



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE HUMANIDADES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Uma outra representação da modernização em Campina Grande: a cidade nas páginas do Diário da Borborema (1960/1980)

Silvana Torquato Fernandes

Campina Grande

Março/2011

Silvana Torquato Fernandes

Uma outra representação da modernização em Campina Grande: a cidade nas páginas do Diário da Borborema (1960/1980)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do Título de Mestre em História. Área de concentração em História, Cultura e Cidades, em Campina Grande, 2011

Orientador: Professor doutor Antonio Clarindo Barbosa de Souza

Campina Grande

Março/2011

Silvana Torquato Fernandes

Uma outra representação da modernização em Campina Grande: a cidade nas páginas do Diário da Borborema (1960/1980)

Avaliado em: ____ / ____ / ____

Conceito: _____

Prof. Dr. Antonio Clarindo Barbosa Souza (PPGH/UFCG)
Orientador

Prof. Dr. Severino Cabral Filho (PPGH/UFCG)
Examinador Interno

Prof. Dr. Luiz Custódio da Silva (CCSA/UEPB)
Examinador Externo

Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha (PPGH/UFCG)
Suplente interno

Prof^a. Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima (PPGH/UFCG)
Suplente interno

Campina Grande

Março/2011

**Aos meus pais, Angelita
Torquato Fernandes e José
Bosco Fernandes, que sempre
apoiaram meus estudos.**

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho não seria possível sem o apoio incondicional dos meus pais, Angelita Torquato Fernandes e José Bosco Fernandes, que sempre estiveram ao meu lado mesmo nos momentos considerados mais árduos. Registro minha gratidão ao meu namorado Lucas Nicolau Queiroz Silva, que também esteve me apoiando e dando força incondicional para terminar o mestrado. E a Deus acima de tudo.

Agradeço ao meu orientador, professor doutor Antonio Clarindo Barbosa de Souza, que esteve disposto ao longo desses dois anos a discutir os rumos do trabalho. À banca, composta pelos professores doutores Severino Cabral Filho e Luiz Custódio da Silva, que me ajudaram com sugestões valiosas para o desenvolvimento e construção da dissertação. E aos demais professores do Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da UFCG, os quais tive contato e que me ajudaram de alguma forma nesses dois anos.

Ao secretário PPGH, que José Arnaldo Dantas, que sempre esteve de prontidão para orientar e fornecer qualquer informação.

Agradeço aos meus colegas de turma do mestrado, em especial às amigas Michele Wadja da Silva Farias e Elane Cristina do Amaral, pelas inúmeras conversas que foram proveitosas para minha pesquisa e construção do trabalho. Não posso esquecer de agradecer também aos meus amigos e jornalistas Tarcísio Araújo e Jerfferson Medeiros, que estiveram comigo nesses dois anos me aconselhando e me ajudando na construção da dissertação.

RESUMO

O presente estudo objetiva compreender como ocorreu a modernização em Campina Grande nos anos de 1960, 70 e 80 através das representações do Diário da Borborema pautado nos estudos sobre a historiografia das cidades. Nesse sentido, buscamos apresentar quais foram os indícios e sinais apresentados pelo meio impresso que caracterizaram essa busca por uma cidade moderna. A partir das noções de representação difundida pelo historiador francês Roger Chartier, percebemos como uma determinada realidade foi construída, dada a ler. Entraram em pauta as contribuições teóricas do italiano Carlo Ginzburg, que dialoga com o modelo epistemológico chamado de paradigma indiciário. Outros autores que trabalham sobre definições e construções sobre modernização/modernidade também ajudaram a discutir esse processo em Campina Grande. Com base nessas referências, tentamos apresentar e descrever a conquista de equipamentos considerados modernos pela elite e políticos, assim como as reformas urbanas que possibilitaram uma nova paisagem para a cidade. Além de analisarmos as representações sobre a luta pela industrialização como saída para crise que se instalou após o declínio da cultura do algodão na década de 1960. E a mudança de discurso quando o jornal encampou, juntamente com a comunidade estudantil e os políticos, o processo de reconhecimento e consolidação do ensino superior. Portanto, o que se almejou neste trabalho foi construir uma narrativa com base nas edições do Diário da Borborema sobre esse processo de modernização que tanto se almejou no século XX.

Palavras-chave: Modernização, representação, Diário da Borborema, industrialização e educação.

ABSTRACT

This study aims to understand how modernization has occurred in Campina Grande in 1960, 70 and 80 through the representations of the *Diário da Borborema* based on studies on the history of cities. Accordingly, we present what were the clues and signs presented by the print medium that characterized the quest for a modern city. Starting from the notions of representation expanded by the French historian Roger Chartier, we see how a certain reality is constructed, given to read. Entered on the agenda the theoretical contributions of the Italian Carlo Ginzburg, which speaks to the epistemological model called evidential paradigm. Other authors working on definitions and constructions of modernization and modernity also helped to discuss this process in Campina Grande. Based on these references, we try to present and describe the conquest of modern equipment considered by the elite and politicians, as well as the reforms that opened up a new urban landscape for the city. We also analyzed the representations of the struggle for industrialization as a solution to the crisis that has developed after the decline of cotton in the 1960s. And the change of address when the newspaper took over, along with the student community and politicians, the process of recognition and consolidation of higher education. So, what is longed for in this work was to construct a narrative based on the issues of the *Diário da Borborema* on this process of modernization that is both longed for in the twentieth century.

Keywords: Modernisation, representation, *Diário da Borborema*, industrialization and education.

SUMÁRIO

Introdução	9
Capítulo I: Campina Grande em busca da tão sonhada “modernização”	31
1.1. Cidade organizada é sinônima de cidade desenvolvida?.....	39
1.2. Símbolos cívicos e suas representações.....	51
1.3. Projetos em prol da urbanização e crescimento de Campina Grande.....	53
Capítulo II: Anos 1960, a dobradiça do século xx: de entreposto comercial à tentativa de consolidação da industrialização em Campina Grande	58
2.1. Série “Uma Indústria por Dia”: desenvolvimento a passos largos?.....	67
2.2. Campina Grande: tentativa de sobrevivência e fortalecimento da economia local.....	82
Capítulo III: Distrito Industrial ‘abre as portas’ para instalação novas indústrias	92
3.1. Wallig: esperança renovada no setor industrial.....	101
3.2. Da crise às discussões sobre o ensino superior.....	114
Considerações finais	133
Referências	137

INTRODUÇÃO

Não escolhi o jornalismo, ele é que me escolheu. A paixão pelo o que eu exerço faz com que as opções acadêmicas perpassem pelas pessoais, completando-se e interligando-se entre si. Há quase cinco anos eu embarcava na aventura de trabalhar em um jornal diário e devido ao meu contato com as sutilezas de construir e editar notícias sobre a cidade de Campina Grande me ajudou a escolher o **Diário da Borborema**¹ como fonte de pesquisa. Estudar Campina Grande foi uma forma de entender melhor como a cidade adquiriu esse enunciado de “Grande” em todos os aspectos e como a elite e os meios de comunicação, que propagavam esse ideia, sempre tentaram engrandecer essa localidade do interior, que fica no Agreste e serve de passagem para quem vem do Sertão com destino ao Litoral, ou vice-versa.

Antes de adentrarmos ao estudo sobre Campina Grande, resgatamos o conceito de jornalismo difundido por Luiz Beltrão há 40 anos. Para Beltrão (1960), o jornalismo pode ser entendido como uma atividade essencial à vida da coletividade, como uma instituição social que assume papel relevante na sociedade. Essa noção não mudou e ainda está adequada para quem vai trabalhar com essa área. Antes de tudo, fazer jornalismo é informar. “Informação, bem entendido, de fatos atuais, correntes, que mereçam o interesse público, porque informar sobre fatos passados é fazer história e o jornalismo, como assinala Rafael Mainar, ‘é a história que passa²’”. (BELTRÃO, 1960:61). E a obra jornalística é constante, acontece todos os dias, e todas as horas, na proporção em que os fatos se sucedem.

Os fatos em que se baseia a obra jornalística, aqueles que, por suas características ou pelo seu conteúdo, despertam o interesse humano ou a atenção das massas, não são de exclusividade de um determinado setor, de uma única pessoa, de um agrupamento, de uma classe ou de um país; para transformar estes fatos em notícias, em mensagens ou em entretenimento, há que o jornalista colhê-los onde quer que se registrem, porque o jornalismo deve ser a mais completa síntese de tudo quanto interessa e reclama o organismo social. (BELTRÃO, 1960:72)

E durante boa parte do século XX, este enunciado de que o município estava a caminho do desenvolvimento foi tema de notícias. Isso porque, nos jornais, essa possibilidade de

¹ **Diário da Borborema** – A partir de agora o jornal será nomeado de **DB**.

² A partir dessa citação, resolvemos acentuar todas as palavras que estavam a exigir o acento ou tirar os acentos conforme as novas regras ortográficas para evitar confusão.

modernização se tornava mais tangível. Esses anseios de transformar Campina Grande cada vez mais industrializada e com um ensino superior consolidado estavam presentes nas matérias, editoriais e artigos publicados no **DB** como se fossem uma preocupação de todos. No entanto, segundo Albuquerque Júnior (2009), esses discursos que chegam até nós sempre vêm condicionados pelas instituições que os produziram e os guardaram ou acolheram. Neste caso, o jornal, que pertencia aos Diários Associados de propriedade de Assis Chateaubriand, tinha forte ligação com os empresários que atuaram na cidade em meados dos anos 1950, 60 e 70 do século XX.

E essa trama e jogo político condicionavam o perfil e determinavam até os tipos de discursos que seriam publicados no jornal. O projeto de industrialização no início dos anos 1960 teve uma forte articulação com os grandes comerciantes, banqueiros e políticos, tendo como principal representante Newton Rique³, que chegou a ser prefeito em Campina Grande de 1963 a 1964, quando foi cassado pelo Ato Institucional nº 1, com menos de 200 dias de mandato, e teve como meta central industrializar a cidade. Foram estes discursos que nortearam o meu trabalho que teve como recorte temporal desde o declínio da comercialização do algodão, em 1960, que já foi a principal fonte de renda da Paraíba, até a estadualização da Fundação Regional do Nordeste (FURNe), em 1987. A questão central que nos mobilizou foi como o **DB** representou as conquistas materiais, que preocupações teve com a reorganização urbana e o desenvolvimento de Campina Grande a partir da instalação das fábricas e mudança de discurso com a crise industrial e luta pelo reconhecimento do ensino superior.

Neste contexto, investigamos também os enunciados que são recorrentes à prática de modernização em Campina Grande, ou seja, toda a regularidade discursiva no tocante ao desenvolvimento da cidade dos anos 1960 à década de 80, na busca de compreender se o **DB** registrou tudo o que era considerado moderno para a época, ajudando a construir um imaginário de cidade moderna. Dessa forma, chegamos a indagar como o jornal, em seus aspectos materiais

³ Newton Rique era filho de um próspero empresário da terra, o industrial e banqueiro João Rique Ferreira, e teve o primeiro contato com a função pública durante a gestão do prefeito Plínio Lemos (1952/55) quando, durante alguns meses, foi titular da Secretaria de Governo da Prefeitura de Campina Grande. Ele chegou a se candidatar em 1959, mas foi derrotado por Severino Cabral. Newton Rique ficou marcado na história da política campinense por ter lançado um plano de governo intitulado “Revolução da Prosperidade”, que tinha como pleito o processo de desenvolvimento através da indústria e do comércio. (SYLVESTRE, 1993). A ligação que Newton Rique possuía com os Diários Associados começou quando ele se apresentou como postulante ao cargo de prefeito em 1959 e teve envolvimento direto com a fundação da TV Borborema, rede de comunicação que pertencia a Assis Chateaubriand. A televisão foi instalada no mesmo prédio onde funcionava o banco de propriedade de Rique, que cedeu o espaço físico ao grupo no centro de Campina Grande.

e intelectuais, levando-se em conta o poder que o periódico adquiriu ao longo do tempo, representou a experiência histórica de modernização na segunda metade do século XX.

Em muitos momentos da discussão sobre o objetivo proposto, preferimos negligenciar a um dado silêncio em relação às camadas mais pobres da população, que como pudemos perceber, não tiveram muito espaço e voz para alardear sobre as rupturas e mudanças que ocorreram durante as três décadas analisadas. Em alguns casos, questionamos o porquê da elite ter tanto espaço no jornal em relação aos populares. Quando há questionamentos sobre a ausência de poder público, como por exemplo, em situações de praças abandonadas, o periódico era quem encabeçava essas reclamações, pode-se dizer que a população tinha espaço principalmente na página de opinião ou quando eram feitas enquetes quando o **DB** tentava mostrar que os políticos estavam preocupados com o julgamento do povo a partir do momento em que pretendia se construir ou mudar o lugar de mais um empreendimento.

Por o processo de industrialização ter ligação com o contexto anterior à década de 1960, tivemos que nos distanciar em alguns momentos para compreendermos melhor como se deu esse engajamento dos empresários, com a ajuda do **DB**, para que o setor conseguisse alcançar patamares de parque fabril com influência em toda a região Nordeste; de que forma a reorganização do espaço urbano e a conquista de equipamentos tidos como modernos na época foram efetivados; além de tentarmos entender o porquê da necessidade de reconhecimento e consolidação do setor educacional através do ensino superior.

Para que essa construção fosse possível, utilizamos um *corpus* documental tendo como eixo norteador o **Diário da Borborema**, que associado a outras fontes ampliou em muito o horizonte e as possibilidades de compreendermos melhor como foi construído esse discurso de modernização em Campina Grande. Mas isso só foi possível graças à mudança de novas perspectivas para a história com o surgimento da Escola dos Annales⁴, possibilitando um campo mais amplo e a interdisciplinaridade das áreas. Neste caso, a Comunicação e a História.

⁴ Na fase inicial dos Annales, em 1929, os interesses de estudo estavam voltados para a construção de uma história social e econômica em oposição a uma tradição historiográfica centrada nos grandes feitos dos grandes homens. A partir de 1940, a Escola dos Annales, em sua segunda geração, com Fernand Braudel e Robert Mandrou, caracterizou-se por uma produção historiográfica predominantemente demográfica. No final da década de 1960 e início dos anos 1970 há um declínio dos temas socioeconômicos, desinteresse por temas demográficos e aparecimento de áreas outrora raríssimas ou desconhecidas. É o período que se convencionou denominar como a terceira geração da Escola dos Annales e que é marcado por uma crescente veemência dos historiadores franceses dos Annales e dos ingleses neomarxistas por temas relacionados à cultura. Na ocasião, os adeptos dos Annales passaram a ter um interesse maior pela história da cultura. (REIS, 2000).

A revista e o movimento fundados por Bloch e Febvre, na França, em 1929, tornaram-se a manifestação mais efetiva e duradoura contra uma historiografia factualista, centrada nas ideias e decisões de grandes homens, em batalhas e em estratégias diplomáticas. Contra ela, propunham uma história-problema, viabilizada pela abertura da disciplina às temáticas e métodos das demais ciências humanas, num constante processo de alargamento de objetos e aperfeiçoamento metodológico. (CASTRO, 1997:45)

Segundo Vainfas (1997:193), pode-se dizer que o grupo de historiadores liderados por Block e Febvre expressou, antes de tudo, um movimento. “Uma sensibilidade, um conjunto de estratégias voltadas para combater o tipo de história que se fazia na França” e era chamada pelos Annales de historicizante. Febvre e Bloch tentavam combater uma história que pretendia ser científica, tomando como critério a verdade dos fatos, à qual se poderia chegar mediante a análise de documentos considerados verdadeiros e autênticos. Neste caso não incluía os meios de comunicação utilizados nesta pesquisa. Essa renovação da pesquisa histórica e a interdisciplinaridade serviram, desde então, como base para a formulação de novos problemas e métodos. Mas isso só foi possível porque o “arquivo do historiador renovou-se e diversificou-se. (...) Agora a história poderá ser feita com todos os documentos que são vestígios do homem”. (REIS, 2004:24).

Inicialmente, os fundadores dos Annales propuseram uma inovação e ampliação do “arquivo do historiador”. Diante das lacunas nas informações, o historiador devia procurar preenchê-las. “O historiador tem como tarefa vencer o esquecimento, preencher os silêncios, recuperar as palavras, a expressão vencida pelo tempo”. (REIS, 2000:77). Surgiu também o espírito da interdisciplinaridade, unindo a História às ciências sociais. Só assim conseguimos trabalhar a comunicação, especificamente os jornais impressos, como fonte de pesquisa. Com os avanços das consideradas fases dos Annales, a partir da década de 1950, o quantitativo tomou de conta de todas as áreas do conhecimento histórico. “O fato histórico tornou-se fenômeno repetido e comparável em um período de tempo dado. (...) A história quantitativa, serial, econômica e demográfica, portanto, é a originalidade dessa segunda fase”. (REIS, 2000:107-108).

Depois de 1968, Fernand Braudel deixou de dirigir a revista dos Annales, mas os historiadores da escola continuaram a centralizar o poder intelectual na França. A partir de então, com a terceira geração, a história se associou a novas disciplinas como a psicanálise, antropologia, linguística, literatura, semiótica, entre outras. E “sensível às interrogações do

presente, a história se aliou à antropologia e se interessou pelos aspectos simbólicos e culturais da sociedade. (...) Os gestos cotidianos, costumes, são abordados na perspectiva da ‘longa-duração’. A história cultural ganhou o lugar da história econômico-social”. (REIS, 2000:113).

A descrição deu lugar à quantificação e a dimensão cultural se tornou mais importante. Reis (2000) lembra que François Dosse citou que os Annales teriam, mais uma vez, que adaptar o seu discurso ao poder dominante dos meios de comunicação já a partir da década de 1970. A história passou a ser plural com uma abrangência nos campos de estudos e uma diversificação dos materiais que passariam a ser utilizados como documentos para o trabalho de pesquisadores. “A *nouvelle histoire* não quer elaborar visões globais, sínteses totais da história, mas ampliar o campo da história e multiplicar seus objetos”. (REIS, 2000:119).

A compreensão do passado através das narrativas jornalísticas também veio à tona passível de ser utilizada pelos historiadores. E quando se fala em jornais a discussão se remete às representações do passado exposto nas páginas dos jornais. Utilizando a História Cultural como norteador deste trabalho, pois esse campo historiográfico marcou “uma reinvenção do passado, reinvenção esta que se constrói na nossa contemporaneidade, em que o conjunto das ciências humanas encontra seus pressupostos em discussão”. (PESAVENTO, 2008:16). Neste caso, a História Cultural possibilitou o alargamento de caminhos alternativos para a investigação histórica, tais como, o da compreensão do passado através das fontes jornalísticas. Concretizando essas mudanças, novas epistemologias surgiram, fundamentando essa nova perspectiva da História.

De acordo com o historiador francês Roger Chartier (1990:16), “a História Cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. Pode-se dizer que a proposta da História Cultural seria, no entanto, decodificar a realidade do passado através das suas representações, “tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e o mundo” (PESAVENTO, 2008:42).

Um dos conceitos fundamentais que estruturou e fundamentou esta pesquisa foi o de representação. A noção de Chartier sobre representação do mundo social se refere às posições e interesses dos “atores sociais”, no objetivo de descrever a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse. Os textos constituem representações de um real, oposição encarada

como primordial para distinguir tipos de história e, ao mesmo tempo, discriminar tipos de textos. (CHARTIER, 1990). A partir desse conceito pudemos nos apoiar na noção da existência de um passado representado, preso a uma determinada dimensão espaço-temporal a partir do momento em que o jornal transferiu a realidade para as páginas impressas e de acordo com a visão da direção da empresa, isto é, uma versão do real.

Para Chartier, a concepção de representação é central para entendermos o que é História Cultural, que se baseia na correlação entre práticas sociais e representações. Dessa forma, a tarefa do historiador seria captar a pluralidade dos sentidos e resgatar a construção de significados representados em diversos meios. “Mais do que isto, tomamos por pressuposto que a história é, ela própria, representação de algo que teria ocorrido um dia”. (PESAVENTO, 1995:280). Entendemos que o passado já chega aos historiadores como textos e leituras. “A representação não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele”. (PESAVENTO, 2008:40). Chartier (1990) também tem a preocupação de mostrar que essas representações não são neutras, pois produzem estratégias e práticas que tendem a uma hegemonia à custa dos outros, delimitando-as como seu campo de atuação.

E para este trabalho, o conceito de representação foi necessário para identificarmos como o **DB** representou essa realidade sobre a modernização em Campina Grande, já que o real é construído pelos diferentes grupos sociais, que sobre ela elaboram discursos que circulam entre a sociedade como sendo a única realidade possível. Influenciado pelos empresários, banqueiros e industriais nas décadas de 1960 em diante, o jornal deixava claro a sua posição enquanto meio de comunicação influente em Campina Grande. Através dos indícios e rastros deixados ao longo das páginas do periódico, conseguimos embarcar na modernização e luta pelo desenvolvimento vivenciado pelos campinenses através dessas representações.

Em meio a essa discussão, trouxemos à tona também o tema sobre “cidades”, que para a História Cultural “não é mais considerada como um *locus*, [...] mas, sobretudo, como um problema e um objeto de reflexão. Não se estudam apenas processos econômicos e sociais que ocorrem na cidade, mas as representações que se constroem na e sobre a cidade” (PESAVENTO, 2008:77-78). E foi a partir dessas representações que compreendemos quais foram as conquistas materiais, o processo de industrialização e a tentativa de reconhecimento do ensino superior tendo Campina Grande como objeto de reflexão.

O estudo a que me propus neste trabalho se inseriu na discussão sobre a historiografia das cidades, pois, segundo Brescianni (1988), a partir da década de 1980, uma área temática específica sobre cidades ganhou notoriedade entre os historiados, dando lugar à formação de grupos de pesquisadores e estimulando os estudos urbanos nos domínios da historiografia, pois, antes disso, o tema “cidades” era objeto de estudo de arquitetos, urbanistas, geógrafos, sociólogos e economistas. Para chegar a esse consenso, deve-se levar em consideração a contribuição da Escola dos Annales, que introduziu mudanças a partir de seus incentivadores Marc Bloch e Lucien Febvre, os quais ajudaram com a alteração de foco e de elementos para renovação da pesquisa, pois eles “defendiam o caráter particular das Ciências Humanas, que não podiam ser regidas por leis” (JANOTTI, 2003:12).

No Brasil, como lembra Matos (2002), os estudos sobre as cidades passaram por mudanças significativas. “Pode-se dizer que, anteriormente, a cidade era um elemento de delimitação espacial do objeto de estudo do historiador, era como o ‘palco da história’, não se constituía em si como objeto, questão e/ou problema”. Vale ressaltar que as mudanças pelas quais a historiografia passou ocorreram a partir das próprias transformações urbanas, quando a cidade se colocou como questão a ser analisada e foi assumida como um desafio a ser enfrentado pelo historiador. (MATOS, 2002:33).

Estudar o tema cidades é muito vasto, já que ele possui uma abrangência de significados em todas as áreas do saber. Mas vale lembrar que “as formas que a cidade assume ganham dinamismo ao longo do processo histórico” e a cidade possui uma história, ganha materialização concreta, diferenciada, em função de determinações históricas específicas. (CARLOS, 2009:57). O interesse de desenvolver uma reflexão sobre o fenômeno urbano e de transformar a reflexão sobre a cidade em um campo mais específico do saber permitiram pesquisas mais densas e necessárias para a História.

Foram vários os estudos que centraram sua atenção nos fenômenos da urbanização em São Paulo, no Rio de Janeiro e em muitas outras cidades do País, entre Porto Alegre, Recife e Belém do Pará. Quase todos esses trabalhos privilegiaram as primeiras décadas do século, momento de intensa modernização e urbanização das cidades, de investimento industrial e de fomento da imigração européia, especialmente no Centro-Sul e Região Sudeste. Os passeios, as modas, os novos perfis urbanos, as novas tecnologias, as soluções urbanísticas, a vida do submundo, a saúde pública e as questões da higiene compuseram um amplo leque de possibilidades temáticas. (RAGO, 1999:88)

No presente trabalho, tentamos pensar a cidade, neste caso Campina Grande, dentro de um recorte temporal ainda pouco explorado, mas que foi possível de ser apreendida enquanto produto histórico e social, que se interligou com as relações da sociedade em seu conjunto, e com sua história. Segundo Carlos (2009), a cidade se transforma à medida que a sociedade como um todo se modifica. Mudam as relações de interesse, a paisagem urbana, as sociabilidades, e até as representações sobre a cidade.

As novas formas de se escrever sobre o tema cidades acompanharam as próprias mudanças que a sociedade vem sofrendo, pois são nossas inquietações presentes que nos fazem acionar o passado e assim tentar representá-lo das mais diferentes formas. Nossas atenções foram voltadas para a cidade moderna e mesmo tendo um amplo estudo sobre esse tema, “o historiador sabe que a sua narrativa pode relatar o que ocorreu um dia, mas que esse mesmo fato pode ser objeto de múltiplas versões”. (Pesavento, 2008:51)

Entendemos que a modernidade urbana, que por si só, se configura como uma representação que introduz toda uma série de apreciações. Apreciações diversas que foram analisadas e discutidas neste trabalho. Tendo com ponto de partida a modernização em Campina Grande entre as décadas de 1960, 70 e 80, propusemos o estudo sobre as conquistas materiais, reforma urbana, desenvolvimento do setor industrial e consolidação do campo educacional da cidade a partir do discurso produzido pelo **DB**.

Trabalhamos com a modernização em Campina Grande sob uma perspectiva mais viva e intensa a partir de (re)construções de momentos da história da cidade e de suas conquistas. Em Campina Grande, objeto de estudo em questão, a modernização foi vivenciada com a demolição de edificações, a reordenação dos espaços e territórios⁵, o abastecimento de água e a conquista de equipamentos considerados essenciais e “modernos”. O setor econômico também elevou a cidade à categoria de “capital do trabalho” pelo seu amplo desenvolvimento no comércio, depois com a tentativa de industrialização e, por conseguinte, com a criação de faculdades e instalação de um campus universitário.

⁵ Um dos autores pioneiros na abordagem do território foi Raffestin (1993). Para ele, “é essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço”. (RAFFESTIN, 1993:143).

E pensando nesse processo de modernização em Campina Grande tivemos que tomar cuidado porque se trata de uma cidade localizada no Agreste paraibano, que mesmo recebendo o título de “Rainha da Borborema”, não pode ser comparada às principais cidades européias, nem tampouco às principais capitais brasileiras⁶ que passaram por esse processo na virada do século XIX para o XX. Mesmo assim, o município campinense tentou extrair dessas localidades o que mais se aproximava da sua realidade enquanto “cidade moderna”.

Dentre algumas aplicabilidades do termo modernidade destacamos como sendo um momento histórico transformador, que por onde passou ou passa, tende a deixar marcas profundas passíveis de críticas. Segundo Giddens (1991:8), a modernidade refere-se “ao estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII (...). Hoje (...) muita gente argumenta que estamos no limiar de uma nova era, a qual as ciências sociais devem responder e que está nos levando para além da própria modernidade”. Com isso surge uma variedade de termos para esta transição tal como “sociedade da informação” ou a “sociedade de consumo”, mas a “maioria sugere que, mais que um estado de coisas precedente, está chegando a um encerramento (‘pós-modernidade’, ‘pós-modernismo’, ‘sociedade pós-industrial’, e assim por diante)”. (GIDDENS, 1991:8).

Mesmo sendo considerada uma ruptura e uma revolução, as elites que tinham “voz e vez” na cidade tinham o desejo de acompanhar o ritmo da história, “captar a mudança e mudar com ela⁷”. Para Bradbury (1989:75), “o modernismo teve seu hábitat natural nas cidades – que, por sua vez, se tornaram centros cosmopolitas”. Rezende (1997:18) afirma que as cidades foram os grandes cenários da modernidade, que “esteve associada à capacidade crescente do homem de emancipar-se do obscurantismo, do preconceito e construir o reino da liberdade”. “Tradução sensível da renovação capitalista do mundo, a modernidade, enquanto experiência histórica,

⁶ Desde o século XIX que o Brasil tentava seguir o que havia de melhor na França e na Inglaterra. Por terem conquistado a modernização bem antes dos brasileiros, tudo referente a conquistas que trouxessem o progresso interessava ao país do terceiro mundo. Com o espírito do século XIX de que o progresso era ilimitado, a Inglaterra, antes da França até, tornou-se um centro propulsor de novos empreendimentos. Na primeira metade do século XIX, a Inglaterra possuía o maior parque industrial do mundo, desenvolvera rapidamente a navegação a vapor, construía estradas de ferro e possuía ricas jazidas de carvão. No Brasil, a elite brasileira passou a consumir de forma frenética as novas ideias, pois havia uma necessidade de digerir rapidamente a última tendência intelectual européia. As reformas urbanas começaram no Brasil bem no início do século XX, entre os anos de 1903 e 1906, quando o engenheiro Pereira Passos foi nomeado pelo novo presidente da República, Rodrigues Alves, para implantar o aspecto urbanístico e dar o pontapé para os empreendimentos no Rio de Janeiro. Sob a influência da formação francesa e dos projetos que conheceu em Paris, a capital da República passou a vivenciar a sua *belle époque*. Em seguida, outras cidades como São Paulo e Porto Alegre também passaram por grandes reformas urbanas.

⁷ Ver mais em Pesavento (1997:30)

individual e coletiva, faz da cidade mais que um *locus*, um verdadeiro personagem”. (PESAVENTO, 2008:79). E neste sentido, a modernidade não poderia se concretizar sem o processo de modernização “que requer mudanças na economia, avanços tecnológicos, predomínio da ciência e da razão prática, burocratização, organização racional do trabalho, ordem e progresso”. (REZENDE, 1997:18).

Através desse processo, a cidade também renasce e se renova por meio da tão sonhada modernização entendida também como uma forma de adoção de padrões de consumo, comportamento, de valores e ideias. Noutras palavras, a modernização representa uma transformação de fora para dentro, quando a sociedade busca em outras localidades o que almeja para a sua cidade. E a história de Campina Grande também está atravessada por momentos de deslumbramentos sobre o seu futuro possivelmente moderno, e por esse motivo, a cidade vivenciou esse dilema de antigo e a busca do novo ao associar à noção de beleza e higiene aos recortes da modernização. Amorim (2000:142) lembra que “as falas do modernismo na cidade seguiam, sem dúvida, a própria fala nacional que determinava ‘crime’ ser contra o progresso. O conservadorismo deveria ser substituído pelo avanço do novo”.

E ao longo do século XX, Campina Grande acreditava nos sinais do progresso que o mundo transmitia. O poder público foi contagiado e passou a adotar determinadas práticas em prol do desenvolvimento, não esquecendo de fazer referência aos projetos e atitudes administrativas voltadas para a modernização e a palavra moderno se tornou constante nas matérias publicadas pelo **DB** quando inaugurada alguma obra e quando decisões foram tomadas sempre em favor das mudanças, que na visão dos empresários, comerciantes, industriais e políticos, trazia aperfeiçoamento para os homens e para a sociedade em que vivem.

Na verdade, em todas as cidades atingidas pelo ritmo veloz da modernidade, as mudanças ocorreram diante da perplexidade e resistência de muitos. Nem todos se sentiram seduzidos pelas invenções modernas, pela renovação dos hábitos, por uma concepção de tempo que exigira mais pressa, pela ruptura com práticas de convivência social enraizadas. (REZENDE, 1997:57)

Com base neste trabalho percebemos que as matérias publicadas no jornal universalizaram o desejo dos campinenses na tentativa de “munir” a cidade de equipamentos considerados modernos e úteis pela elite local; de apoiar projetos voltados para a urbanização; de incentivar uma rápida industrialização e posteriormente de reconhecer e transformar Campina

Grande em um polo educacional. No recorte temporal proposto, parecia que a modernização estava chegando e se incorporando à paisagem do município, quando se publicava a inauguração da Central de Abastecimento (Ceasa) e do estádio O Amigão, por exemplo; a instalação de mais uma fábrica; a criação da Escola Politécnica e demais faculdades; assim como o surgimento da Universidade Regional do Nordeste (URNe), e posteriormente, a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). A imprensa pode ser comparada como um vasto território onde essas novidades foram conhecidas.

Nesse contexto, não podemos deixar de nos aproximar da obra de Marshall Berman, “Tudo que é sólido desmancha no ar” para entendermos essa dialética de modernismo/modernização. O autor busca abraçar o espírito da modernidade, que possui história e tradições. Na verdade, “ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, ‘tudo o que é sólido desmancha no ar’”. (BERMAN, 1986:15). A aventura seria a palavra de ordem desse movimento, que tanto transforma as coisas que estão ao nosso redor, como também ameaça e até destrói tudo o que temos, fizemos, o que sabemos e o que somos. No livro percorremos leituras originais começando por Fausto de Goethe, passando por Marx e Engels, pelos poemas em prosa de Baudelaire, até as vanguardas artísticas contemporâneas.

A modernidade, segundo Berman (1986), refere-se a uma experiência vital de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, alargando caminhos como também demonstrando perigos da vida. Para entender essa tal modernidade, o autor tenta dar a resposta ao longo das páginas do livro. Com o advento do capitalismo, velhas tradições e instituições sociais foram aniquiladas, criando uma capacidade produtiva sem igual e possibilidades infinitas para o homem. Esse estado de coisas consideradas ambíguas por Berman (1986) seria a modernidade.

Para dar título a seu livro sobre "a aventura da modernidade", Berman (1986) toma emprestada uma frase do *Manifesto do Partido Comunista*, escrito por Marx e Engels em 1848: "Tudo que é sólido desmancha no ar." Ele entende que as ideias de Marx lançaram luz sobre a modernidade, vista como um conjunto contraditório de experiências de vida compartilhadas pelas pessoas no mundo contemporâneo. Para Berman (1986), que contesta a dualidade entre modernismo e modernização - a modernidade ocorreria ao mesmo tempo tanto no âmbito da economia e da política quanto no da arte, cultura e sensibilidade e o “*Manifesto* é a primeira

grande obra de arte modernista" (BERMAN, 1986:101), arquétipo de uma infinidade de manifestos modernistas que o sucederiam.

Rezende (1997) também faz uma discussão ampla em seu livro “(Des)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte”. Apesar do autor analisar como a sociedade recifense na representava/entendia a relação entre o novo e o velho, o moderno e o tradicional na década de 1920, nos valem das discussões presentes no livro por Rezende percorrer pelos conceitos de modernidade/modernização difundidos ao longo do tempo. O autor privilegiou as elites intelectuais e suas manifestações através da imprensa, de livros, de debates, movimentos discutindo o modernismo, a modernização, a reorganização do espaço urbano e as divergências e as especulações que marcaram a década de 1920.

O debate proposto por Rezende se aproximou muito das discussões propostas neste trabalho. Neste caso, nos valem também das manifestações da elite e dos políticos presentes nas matérias publicadas no **Diário da Borborema**, mas a análise foi feita em décadas diferentes do trabalho de Rezende (1997). Em segundo plano, o autor também analisa as consequências trazidas para a população em geral ocasionadas pelos embates e tensões presentes no seio da elite. Nesse momento, nos distanciamos do texto por não fazermos esse movimento.

O autor, em muitos momentos, descreveu como os administradores da época tentaram implantar essa onda modernizadora que estava em pauta no Brasil no início do século passado. Antônio Paulo Rezende busca em atitudes de políticos ainda no século XIX para mostrar que ainda nesse período já havia a preocupação de mudar os hábitos e os costumes da população.

Na administração de Francisco do Rego Barros (1835-1842), depois conde da Boa Vista, os ‘estrangeirismos’ tomaram conta da cidade. Influenciado pelos estudos que fez na França, Rego Barros trouxera, inclusive, técnicos e trabalhadores franceses, para iniciar uma série de mudanças na maneira de organizar a cidade. Não havia, no Recife, nem luz pública, nem água encanada e nem tampouco saneamento. (REZENDE, 1997:28)

O futuro conde da Boa Vista também recebeu críticas, mas o Recife se valeu desses sinais de progresso e entrou o século XX acreditando na modernização. “Luz a gás, bonde burros, não bastavam. Na América do Norte havia coisas superiores. No entanto, Recife continuava a ter seus ares provincianos. (...) Em 1904, (...) assumira o prefeito Comendador Eduardo Martins de Barros com ímpetos de modernização e planos que causaram espanto na época”. (REZENDE, 1997:31).

Nos anos seguintes, o discurso de modernização também contagiou o poder público. “Mesmo adotando práticas conservadoras, era constante nas mensagens dos governadores de Estado projetos e referências a atitudes administrativas voltadas para a modernização, dentro das possibilidades da época”. (REZENDE, 1997:37-38). E a imprensa foi um dos vastos territórios onde se podia compreender como os políticos e as pessoas viam o mundo e se organizavam para viver com as alterações trazidas pelas reformas modernizantes. Nos jornais da época, “os preconceitos se mostram ou se disfarçam, onde a permanência das tradições ou alvoroço das novidades ganham os seus adeptos”. (REZENDE, 1997:64). No âmbito de Campina Grande, muitos dos preconceitos com as mudanças implantadas na cidade se disfarçavam como se fossem ausentes naquele momento.

A partir desses conceitos, propomos trazer à tona a modernização em Campina Grande. E estudar a cidade através de suas representações foi “uma fascinante proposta para o nosso final de século, quando a cidade se coloca, mais do que nunca como desafio, sendo o lugar – por excelência – ‘onde as coisas acontecem’”. (Pesavento, 2002:8). Neste caso, a pesquisa se apropriou das representações no meio impresso como forma de acesso ao passado, presa à ideia do que chamaríamos de modernidade/modernização.

Fontes e métodos: caminhos trilhados

Os estudos sobre as cidades trouxeram à luz uma diversidade de documentações históricas, tais como ocorrências policiais, processos-crimes, ações de divórcios, literatura, crônicas, memorialistas, assim como os jornais e a documentação oficial. Esse conceito e a abrangência do termo documento histórico começaram a ser ampliados já no século XIX. A Escola dos Annales, no século XX, também colaborou com esse alargamento no conceito de fontes. “Ao determinar que a busca do historiador seria guiada por tudo o que fosse humano, Marc Bloch demonstra que, ao mesmo tempo em que se amplia o campo do historiador, amplia-se, necessariamente, a tipologia da sua fonte”. (KARNAL & TATSCH, 2009:14).

Em síntese, a noção de documento ampliou-se muito mais do que os historiadores tradicionais queriam, mas, igualmente, não atingiu o patamar de ‘qualquer coisa’ que certos vulgarizadores do pós-modernismo pregavam. Ocorreu, por certo, um esgarçamento do conceito. (...) A grande diferença reside na leitura distinta do mesmo

corpo documental. Muda mais o olhar sobre a fonte do que a fonte em si. (KARNAL & TATSCH, 2009:16).

Já Pesavento (2008) delimita a fonte como representação do passado, meio para o historiador chegar às representações construídas em épocas anteriores. “Mas que um mero jogo de palavras, este raciocínio não leva a desconsiderar a realidade sobre a qual se construíram as representações, mas sim a entender que a realidade do passado só chega ao historiador por meio de representações”. (PESAVENTO, 2008:42)

Para traçarmos e reordenarmos as marcas do que é considerado passado, dos registros, vestígios e ideias, utilizamos as fontes de pesquisa, fazendo-as falar e revelar significados. Segundo Pesavento (2008:98), as fontes são “fruto de uma renovada descoberta, pois só se tornam fontes quando contêm pistas de sentido para a solução de um enigma proposto”. São dados de outro tempo que dependem do historiador para revelar sentidos. Com base nessas assertivas, nos detivemos na análise de fontes impressas como a bibliografia pertinente ao assunto proposto neste trabalho e o jornal impresso, especificamente o **Diário da Borborema**⁸.

Independentemente de seu propósito original, do sentido essencial de sua elaboração, os documentos impressos e/ou manuscritos vinham sendo considerados, por excelência, as fontes principais de estudos e de pesquisas históricas. Sujeitos à identificação e à análise de diferentes olhares, sob diversas abordagens, em temporalidades distintas, permitiam aos historiadores uma ininterrupta reinvenção do passado, o constante refazer da busca de sentido para o mundo em que viviam. Como origem fundamental da narrativa histórica, os documentos deviam ser apreendidos como resultado de um trabalho humano que, ao registrar mensagens emitidas por quem o criava, podia traduzir, embora de modo fragmentado, uma aproximação parcial – os vestígios – de um fato, de um acontecimento, de uma experiência vivida, de objetos ou, até mesmo, de impressões e de sensações. (SAMARA & TUPY, 2007:18-19)

⁸ O **DB** foi o primeiro jornal diário instalado na cidade no dia 2 de outubro de 1957, pertencente à cadeia dos Diários e Rádios Associados. A implantação do jornal em Campina Grande foi uma promessa do seu fundador, o jornalista paraibano Assis Chateaubriand. Teve colaboradores como: Raymundo Asfora, Nilo Tavares, Stênio Lopes, Epitácio Soares, Osmário Lopes e Orlando Tejo. Além de notícias locais e regionais, o **DB** publicava também notícias nacionais e até mesmo internacionais, além de artigos e crônicas de vários escritores. Segundo Araújo (1983), o primeiro exemplar do jornal saiu com sete cadernos e 56 páginas, sendo vendido a três cruzeiros. Desde que começou a circular, o jornal foi testemunha dos principais fatos que hoje compõem a história de Campina Grande e acompanhou os principais desdobramentos da política e daqueles que ajudaram a cidade a se desenvolver. Antes da criação do **DB**, os paraibanos já contavam com os jornais **Correio da Paraíba** (5 de agosto de 1953); **O Norte** (7 de maio de 1908), que nasceu independente, sem compromissos partidários, mas em 1954 foi incorporado aos Diários Associados; e **A União** (2 de fevereiro de 1893), o mais antigo jornal em circulação hoje na Paraíba. Os outros periódicos citados também funcionam até hoje.

Hoje, a documentação hemerográfica, que inclui o jornal impresso, está permitindo aos historiadores trabalhar com um material que se tornou de maior interesse na pesquisa da história em todo o Ocidente desde o século XVIII. De acordo com Aróstegui (2006), a imprensa foi fonte de comunicação pública de maior relevância durante o século XVIII e foi ganhando espaço e destaque ao longo dos anos subsequentes. “Para as pesquisas em história política, cultural, social, a imprensa é uma fonte imprescindível”. (ARÓSTEGUI, 2006:522).

Luca (2005) lembra que na década de 1970 era pequeno o número de trabalhos que utilizava jornais e revistas como fonte para o conhecimento da história no Brasil. Em anos anteriores, o historiador só trabalhava com fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, credibilidade, assim como distanciadas de seu próprio tempo. Nesse momento, os jornais não se adequavam às pesquisas que pretendiam recuperar o passado. Mas o reconhecimento da importância do jornal foi começar a ter relevância, de forma ínfima ainda, a partir da década de 1930, com a Escola dos Annales.

Um olhar com mais interesse pelos jornais se alterou já no final do século XX. Luca (2005) lembra que foi durante a terceira geração dos Annales, na França, que se propuseram novos objetos, problemas e abordagens. Estes proponentes lançaram novas perspectivas para as análises históricas cujas temáticas passavam a incluir “o inconsciente, o mito, as mentalidades, as práticas culinárias, o corpo, as festas, os filmes, os jovens e crianças, as mulheres, aspectos do cotidiano, enfim uma miríade de questões antes ausentes do território da História”. (LUCA, 2005:113).

Até os anos 1950, como lembra Abreu (2002), o monopólio da informação era delineado pelo rádio e pela imprensa escrita. “Os jornais de grande circulação eram vespertinos e poucos concentrados no Rio de Janeiro e São Paulo, o que por si só era um claro indicador da importância política e econômica dos dois centros”. (ABREU, 2002:8). Antes da metade do século XX, a imprensa no geral dependia dos favores do Estado, dos classificados e da publicidade das lojas comerciais. Os maiores investimentos em propaganda nos meios de comunicação começaram no segundo governo de Getúlio Vargas (1950/1954) e se tornou mais visível no governo de Juscelino Kubitschek (1956/1960), quando o processo de industrialização passou a atuar de forma diversificada e mais abrangente. Sodré (1999) admite que a história da

imprensa se confunde com a história do desenvolvimento da sociedade capitalista, quando os interesses e o lucro se entrelaçaram.

À medida que avançava o desenvolvimento industrial e aumentava o peso da publicidade, a imprensa foi se tornando menos dependente do poder público. Mas afinal, quais eram os favores do Estado de que ela dependia naquela época? Eram, como hoje, os financiamentos dos bancos oficiais, as isenções fiscais, a publicidade governamental. (...) No caso dos jornais havia um problema adicional: era o governo que controlava a distribuição das quotas de papel, matéria-prima em grande parte importada sem a qual o veículo simplesmente não existia. (ABREU, 2002:10)

Para fazer tal análise na fonte impressa, neste caso, o jornal, precisamos pensar que ele é um objeto de cultura, que está historicamente localizado e possivelmente foi publicado a partir de orientações com base na linha editorial do periódico. O pesquisador também deve contextualizar o momento em que se foi publicada determinada matéria. E antes de qualquer pesquisa é imprescindível ter em mente que “as explicações que proporcionam sobre o passado dependem do tipo de organização – *o método* – adotado por cada pesquisador”. (SAMARA & TUPY, 2007:19). E a resposta a ser obtida também está no interesse em interrogar as fontes – neste caso os jornais – e fazê-las revelar sobre as sociedades às quais elas pertencem e na criação de uma narrativa explicativa sobre o resultado de suas análises críticas.

Para construção do trabalho a que nos propusemos foi fundamental o diálogo com o modelo epistemológico de Carlo Ginzburg denominado de paradigma indiciário (análise no qual, a partir de dados aparentemente irrelevantes, é possível descrever uma realidade complexa), que “por volta do final do século XIX, emergiu silenciosamente no âmbito das ciências humanas (...) ao qual até agora não se prestou suficiente atenção”. (GINZBURG, 1989:143). Na percepção de Ginzburg, esse método histórico aproxima-se muito do método de um detetive “que, à força de esforços titânicos, deve extrair coisas que só aparecem de forma indireta”. (KARNAL & TATSCH, 2009:17). O autor trabalhou com a ideia de que a escrita e a pesquisa históricas estão profundamente associadas a certas intuições que se aproximam também da análise do médico, por exemplo.

Ginzburg (1989) discorreu sobre o paradigma indiciário baseado no trabalho de Ivan Lermolieff, pseudônimo do crítico de arte, o italiano Giovanni Morelli, que estabelecia orientações metodológicas para a análise de pintura. O método de Morelli para distinguir as obras

originais das suas cópias fixava-se nos indícios, “os pormenores mais negligenciáveis e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia”. (GINZBURG, 1989:144). Neste caso, o trabalho do historiador poderia ser comparado aos de Giovanni Morelli, quando dizia que “é preciso não se basear, como normalmente se faz, em características mais vistosas, portanto mais facilmente imitáveis, dos quadros. (...) Pelo contrário, é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia”. (GINZBURG, 1998:144).

O método indiciário de Morelli chegou a ser comparado ao trabalho do detetive Sherlock Holmes, desenvolvido pelo seu autor, Arthur Conan Doyle. “O conhecedor de arte é comparável ao detetive que descobre o autor do crime (do quadro) baseado em indícios imperceptíveis para a maioria”. (GINZBURG, 1998:145). Assim como Sherlock Holmes que se baseia nos pormenores para identificar o autor dos crimes que investiga, Freud também declarou a influência que o método de Morelli passou a exercer sobre sua vida mesmo antes da descoberta da psicanálise. Para Freud, a leitura dos ensaios de Morelli contribuiu para a sua formação a partir do momento em que o italiano propunha um método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores. Pormenores normalmente considerados sem importância, e até triviais, mas que forneciam as pistas e indícios para a análise de determinado objeto. (GINZBURG, 1998).

Dessa forma, Ginzburg percebeu uma analogia entre os métodos adotados por Morelli, Holmes e Freud. “Nos três casos, pistas talvez infinitesimais permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível. Pistas: mais precisamente, sintomas (no caso de Freud), indícios (no caso de Sherlock Holmes), signos pictóricos (no caso de Morelli)”. (GINZBURG, 1998:150).

Para Ginzburg, essa tripla analogia ao método indiciário se deve pelo fato de Freud ter sido um médico; Morelli formou-se em Medicina; e Conan Doyle havia sido médico antes de se dedicar à literatura. “Nos três casos, entrevê-se o modelo da semiótica médica: a disciplina que permite diagnosticar as doenças inacessíveis à observação direta na base de sintomas superficiais, às vezes irrelevantes aos olhos do leitor”. (GINZBURG, 1998:151). Com base nesses pressupostos, percebemos que quanto mais atento estiver o investigador aos sinais ou pistas

deixados pelo seu objeto, maior será a possibilidade de esclarecimentos em torno da problemática estabelecida, independentemente do campo de atuação.

Nesses aspectos dissertativos discutidos por Ginzburg (1998) nos baseamos para fazer a análise do objeto de estudo proposto neste trabalho com o intuito de identificar se o **DB** publicou tudo o que era considerado moderno para a época. Diante das matérias que analisamos percebemos, o paradigma indiciário foi útil a partir do momento em que trouxemos à tona os meandros que estavam por trás do objetivo do jornal ao publicar e dar destaque a determinada matéria em detrimento de outras e muitas vezes estavam “invisíveis” aos olhos do leitor. E apoiado nessas premissas teóricas e metodológicas, foi possível contruirmos três capítulos sobre como o **DB** representou a conquista de equipamentos considerados modernos pela elite, a modernização no âmbito da industrialização e educação.

E semelhante à postura de Roger Chartier, Ginzburg também defende “a percepção de que diferentes grupos sociais têm interesses de representar o mundo de forma diversa, embora em algum momento da vida social estas representações possam se mesclar conforme a correlação de forças dos grupos sociais envolvidos”. (SOUSA, 2002a:7). A elite e os políticos, por terem espaços privilegiados na sociedade campinense, conseguiram, em muitos casos, transcrever e representar nos jornais um mundo a partir dos olhos deles, sempre com a ideia de que a “cidade” estava apoiando os ideários de modernização tão vigentes no século passado. Essa representação, para Chartier (1990:17), não é neutra, como também não há objetividade no trabalho jornalístico, apesar da teoria pregar esse conceito, pois os jornais existem para difundir determinados objetivos de cunho ideológico. No entender de Chartier (1990:17),

as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

Com base no modelo discutido por Ginzburg, a análise feita neste trabalho buscou investigar os sinais e indícios presentes no **DB** sobre a modernização em Campina Grande a partir dos anos 1960 até a década de 1980. Para que isso fosse feito utilizamos as reportagens/matérias⁹,

⁹ A reportagem jornalística trata-se de um fenômeno social ou político, tentando explicá-lo. “Assim sendo, a reportagem deve adotar um ponto de vista distanciado e global (princípio de objetivação) e deve propor ao mesmo tempo um questionamento sobre

artigos¹⁰ e editoriais¹¹ publicados no jornal no recorte temporal proposto. Na análise do material foi imprescindível perceber as estratégias e a dinâmica postas em prática pelo jornal, as quais operacionalizam sua forma pragmática de ser. Vale lembrar, segundo Mouillaud (2002), que não existe um “todo-informativo”, pois o que se publica no jornal é a versão de um fato de acordo com a linha editorial do meio de comunicação, mesmo que esse veículo aspire à universalidade e a objetividade. “A informação é o que é possível e o que é legítimo mostrar, mas também o que devemos saber, o que está marcado para ser percebido”. (MOUILLAUD, 2002:38)

Quando é analisada uma determinada notícia em um jornal, o pesquisador deve, antes de tudo, identificar o contexto em que se encontra a publicação e o porquê de certos princípios serem priorizados em detrimentos de outros, pois “o que faz as vezes de tela na informação é a questão que é colocada. A representação muda com a questão”. (MOUILLAUD, 2002:47). Mouillaud (2002:51) ainda afirma que,

O jornal – e a mídia em seu conjunto – não está, entretanto, face a face ao caos do mundo. Está situado no fim de uma longa cadeia de transformações que lhe entregam (não apenas por intermédio das agências internacionais, mas de uma multiplicidade de agências, descritas por Mark Fishmann, de instituições públicas e privadas), um real já domesticado. O jornal é apenas um operador entre um conjunto de operadores sócio-simbólicos, sendo, aparentemente, apenas o último: porque o sentido que leva aos leitores, estes, por sua vez, remanejamos a partir de seu próprio campo mental e recolocamos em circulação no ambiente cultural. Se, na origem, o acontecimento não existe como um dado de ‘fato’, também não tem solução final. A informação não é o transporte de um fato, é um ciclo ininterrupto de transformações.

Transformações essas que começam com a linha editorial do jornal, a construção da pauta, a visão de mundo do jornalista que influencia na hora da produção da notícia, e por último, a edição da matéria. Debate que se insere na questão da objetividade, pois um “jornalista não tem como produzir textos sem que estejam inseridos em uma visão de mundo, uma ideologia. (...) O profissional, como testemunha ocular de um acontecimento, não garante a ‘verdade dos fatos’”. (HERNANDES, 2006:36). No entanto, o repórter consegue instaurar um efeito de sentido de

o fenômeno tratado (princípio de inteligibilidade)”. (CHARAUDEAU, 2010:221).

¹⁰ Os artigos de opinião possuem cunho argumentativo e trata-se de um gênero em que a opinião de um autor sobre um assunto de relevância é defendida. Melo (1985) também afirma que o artigo trata-se de uma matéria jornalística onde alguém (jornalista ou não) desenvolve uma ideia e apresenta sua opinião.

¹¹ Já o editorial é considerado um gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento. (MELO, 1985).

adequação ao real, através de um esforço que implica na “educação” de uma determinada visão da realidade.

Do ponto de vista analítico, mais relevante do que discutir se um texto disse ou não a verdade é notar que cada elemento do jornal foi pensado com uma missão: a de fazer o *parecer real ser sentido como real*. (...) O resultado final apresentado pelos jornais deve ser sentido pelo público-alvo como a própria realidade, e não como uma versão dela. Isso acontece geralmente – vamos reforçar mais uma vez –, quando jornalista e público, por exemplo, partilham dos mesmos valores. (HERNANDES, 2006:28).

E ao analisar o **DB** percebeu-se que o jornal transmitia de forma generalizada o ideal de progresso e de desenvolvimento, que seria para a cidade a efetiva transformação do setor urbano, dando-lhe caráter de moderno; a consolidação da industrialização e da educação. Antes de compreendermos essa necessidade de universalizar os anseios para toda a população de que Campina Grande precisava se modernizar, compreendemos os indicadores que remetem ao jornalismo que são os vínculos com o mercado e a equação do vivido em um espaço editável. Segundo Berger (2002), muitos jornais ainda tendem a ter uma postura independente, que se submetem menos à intenção de lucro e ao comprometimento com o poder. “Porém, a tendência predominante e que veio se acentuando ao longo do desenvolvimento do capitalismo é sua função mercadológica e o estreitamento de seus vínculos com o poder econômico e político”. (BERGER, 2002:274).

Para entendermos como se construiu essa modernização em Campina Grande dividimos o trabalho em três capítulos. No primeiro apresentamos um panorama de como se encontrava o município em décadas anteriores a de 1960 para podermos entender essa construção de ideário de progresso. Recorremos ao **Diário da Borborema** para mostrar as representações sobre a reorganização do espaço urbano e inauguração de equipamentos modernos que ajudariam na urbanização da cidade. Trouxemos à tona como se deu a urbanização do Açude Novo e Açude Velho; construção do calçadão da Rua Cardoso Vieira; reforma da Estação Velha. Como também mostramos a expectativa em torno da construção do novo estádio de Campina Grande e da inauguração da Central de Abastecimento (Ceasa). A escolha dos símbolos cívicos do município também fez parte da construção do cenário de cidade moderna. Nesse momento inserimos conceitos teóricos sobre modernidade e modernização para entendermos como se deu esse processo tão desejado.

No segundo capítulo apresentamos o declínio do setor algodoeiro quando Campina Grande perdeu prestígio econômico, mas buscou acelerar o processo de industrialização já na década de 1960, sob proteção via incentivos fiscais concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Como suporte, utilizamos a série “Uma Indústria por Dia” publicada entre dezembro de 1965 a janeiro de 1966 no **DB**. Com estilo de texto/propaganda, o material serviu de aporte para termos a noção de como o jornal se engajou nessa campanha em prol da modernização e da instalação das indústrias. Tivemos a preocupação de descrever cada empresa que ganhou destaque no periódico. Conseguimos compreender os benefícios que surgiram com a criação da Sudene e como os incentivos fiscais ajudaram a alavancar o processo de industrialização, que também se propagava em todo o país nos anos 1960, possibilitando consideráveis progressos.

Finalizando esse percurso pelo desenvolvimento da industrialização, no terceiro e último capítulo voltamos a discutir os incentivos fiscais concedidos pela Sudene e pelos governos municipal e estadual, e a instalação de novas fábricas no Distrito Industrial de Campina Grande. A Wallig Nordeste S.A. também ganhou destaque neste capítulo porque, após a sua instalação, outras empresas de grande porte também escolheram a cidade para se fixar, conferindo evidência para o município em âmbito até nacional. Com a crise no setor industrial no final da década de 1970, o **DB** iniciou os anos 1980 seguindo uma linha priorizando a educação enquanto tema mais discutido no periódico.

Nesse momento buscou-se uma outra “vocação” para a cidade iniciando a luta pelo reconhecimento da Universidade Regional do Nordeste (URNe) e processo de federalização da instituição. No entanto, a saída mais viável foi a sua estadualização, em 1987. Nesse mesmo caminho não deixamos de citar a contribuição de outras faculdades para Campina Grande, como a Escola Politécnica e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Ao longo dos anos percebeu-se que a elite campinense tentava redefinir a expressão de grandeza e vocacionada para determinado setor para que o município não perdesse espaço no âmbito em que tentava se afirmar de maneira grandeloquente.

Com a finalização deste trabalho, permitimos que outros pesquisadores possam dar continuidade ou até descubram outros resultados quando utilizado outro referencial teórico,

fontes distintas e uma metodologia diferente da usada pela autora. Dessa forma, contribuimos com mais um material sobre a história de Campina Grande.

CAPÍTULO I

CAMPINA GRANDE EM BUSCA DA TÃO SONHADA “MODERNIZAÇÃO”

O século XX foi o período em que Campina Grande mais apresentou um panorama de crescimento e desenvolvimento tanto no âmbito geográfico e econômico, quanto em relação à conquista de bens materiais e simbólicos. O passado da ‘Rainha da Borborema’, como era chamada quando assumiu ares de moderna e acentuou o ritmo no caminho da modernidade e do progresso, está presente nos livros, nas fotografias, no imaginário das pessoas, na arquitetura que ainda preserva, e na lembrança do que foi e ainda é Campina Grande, que já teria nascido grande no nome¹².

O município começou a ganhar projeção nos seus primórdios, quando nas primeiras décadas do século XIX os Tropeiros da Borborema traziam do Sertão, Cariri, Agreste e Litoral paraibano, produtos agrícolas variados, em especial, couros e gado para vender e trocar na feira que conquistou alcance no Estado e também nos estados do Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará. Esses foram os primeiros passos para a cidade se transformar em um grande centro comercial do Nordeste anos depois.

As edições do **DB** que remetiam aos aniversários do município são emblemáticas ao tentar resgatar a história de Campina Grande desde a sua origem. O jornal buscava referendar a história da cidade através das declarações de intelectuais ou historiadores da época, para que, dessa forma, fosse validado tudo o que o município passou e como se encontra hoje. Podemos citar como exemplo o editorial publicado no dia 11 de outubro de 1973, intitulado “Campina: Jovem aos 109 anos”. Neste caso, o jornal utilizou do conhecimento do historiador Elpídio de Almeida para relatar quando Campina Grande foi elevada à categoria de cidade. Ele citou que naquele momento, no dia 11 de outubro de 1864, o município foi constituído como “um pequeno aglomerado humano, de pouco mais de trezentas casas, distribuídas em quatro ruas, três largos e

¹² Antes de ser elevada à categoria de cidade, Campina Grande já foi chamada de Vila Nova da Rainha, mas os governantes da época já tinham a inclinação de chamá-la de grande, pelo nome e pela vontade de crescer e se tornar um lugar especial, desenvolvido, progressista e pioneiro em tudo o que se fazia.

oito becos¹³”. Campina Grande cresceu e também embarcou no discurso difundido pelas cidades brasileiras de se modernizar e obedecer os ritmos do progresso.

Nos textos, entre eles artigos, editoriais e matérias, o **DB** utilizava, de forma recorrente, da ideia de progresso, “euforia de desenvolvimento”, comparava o município a “um centro moderno”, tudo ligado à noção de que a cidade estava sempre em movimento, em processo de modernização, associada à fantasia promissora do progresso. Com o avanço do capitalismo, como lembra Rezende (1997), a onda modernizadora tomou de conta dos municípios espalhados em vários continentes. “As cidades passavam por transformações significativas, para atender aos sonhos progressistas e facilitar o avanço da ‘verdadeira civilização’”. (REZENDE, 1997:31-31). E Campina Grande também se destacou nesse cenário de mudanças que revelavam que a modernização estava presente em diversos setores da sociedade.

Ao abordar o tempo áureo que Campina Grande vivenciou ao longo século XX, tivemos que optar por um passado descrito nos jornais impressos da época a partir de um marco temático específico, da década de 1960 a 1980, e que modelou bem a saga pela modernização de transformar a cidade em capital regional do trabalho¹⁴ e do desenvolvimento. A Campina Grande dos anos 1960 foi detalhada pela geógrafa Cardoso (1963b:415), que já naquela época comparou o município ao desenvolvimento vivenciado por São Paulo.

À semelhança de São Paulo que do planalto paulista domina no campo econômico todo o sul e parte do sudeste e centro-oeste do país, Campina Grande, embora em menores proporções, do alto da Borborema irradia sua atuação por extensa área do sertão, contrastando, assim, com a grande maioria dos centros urbanos nordestinos, que vivem apenas em função da área rural da própria comuna.

Nesse período que foi publicada a impressão da geógrafa sobre Campina Grande, o município possuía um elevado índice populacional na zona rural, 81.171, segundo o IBGE, contrastando com 126.274 na urbana. Na década seguinte ocorreu um decréscimo na zona rural (27.929), em comparação com o número de habitantes que residia na sede, 168.045. Um dos

¹³ DB – 11.10.1973; p.2

¹⁴ O termo capital do trabalho esteve presente em vários títulos no **DB**, pois o jornal, assim como a elite local, tentavam disseminar essa ideia de que Campina Grande, principalmente no século XX, era lugar de desenvolvimento com a oferta de trabalho, atribuindo valores simbólicos de forma positiva. O **DB** proclamava essa condição sempre enaltecendo os campinenses com adjetivos qualificativos. O povo, descrito nos jornais, era “de reconhecida capacidade inventiva e que, ao longo de sua história, tem sabido encontrar soluções para seus problemas”. (DB – 11.10.1974; capa). Mesmo diante das crises, “a bravura, o idealismo e o espírito progressista dos seus filhos e de quantos a ela chegam para viver e conviver com o seu povo, criaram uma cidade diferente e gigante”. (DB – 11.10.1981; p.4).

fatores que contribuiu para essa diminuição foi a emancipação de alguns distritos. “Entre 1960/1970, ocorreu a emancipação dos municípios de Queimadas, Lagoa Seca, Massaranduba e Fagundes, reduzindo a área de Campina Grande em 36%”. (LIMA, 1996:75). Mesmo perdendo número significativo de habitantes na zona rural, com o avanço da industrialização a busca por oportunidades de emprego na cidade foi aumentando gradativamente a população. Essa comparação com São Paulo foi recorrente na década de 1960 e a tentativa de desenvolvimento de Campina Grande foi impulsionado a partir desse período, assim como aconteceu em outras cidades do Nordeste com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1959. Mesmo possuindo disparidades, Cardoso (1963b) enalteceu as duas cidades passíveis de comparação. Para a geógrafa,

As duas cidades desempenham, cada uma dentro de sua região, uma grande atuação, principalmente no setor econômico, diferindo apenas em sua intensidade, incomparavelmente maior para o caso de São Paulo, e, também, na variedade de sua atuação, pois enquanto Campina Grande se projeta mais através de seu comércio, São Paulo atua, também, intensamente através das suas numerosíssimas indústrias. (CARDOSO, 1963b:416)

Essa tentativa de aproximação entre as duas cidades foi perceptível por muitos anos, pois, o que os políticos e a elite passavam para a população, através dos jornais, era que Campina Grande estava se desenvolvendo e buscava se firmar como centro econômico produtivo da região Nordeste através da instalação de mais indústrias para o município. Já São Paulo divergia porque, por muitos anos, conquistou a liderança industrial possibilitando a redefinição da divisão regional do trabalho no Brasil, “tornando São Paulo a ‘locomotiva’ e as demais regiões ‘vagões com funções específicas para a reprodução do capital’”. (CANO, 1998, apud PEREIRA, 2008:82). Mesmo possuindo características bem diferenciadas, os empresários que atuavam em Campina Grande também tentavam inserir a cidade em um espaço no desenvolvimento econômico do país.

A discussão, nesse trabalho, partiu da década de 1960 do século passado, período em que Campina Grande apresentou, no tocante às suas transações comerciais, indícios de declínio, e percorreu as duas décadas seguintes trazendo à tona as conquistas e os dissabores dos campinenses. O centenário da cidade, em 11 de outubro de 1964, pode ser considerado um ano

emblemático e comemorativo para o povo campinense. Nessa época, existia apenas o **DB**¹⁵ como jornal fundado e criado em Campina Grande no dia 2 de outubro de 1957, pertencente à cadeia dos Diários e Rádios Associados.

Naquele ano, o jornal local festejou com alarde os 100 anos do município e contribuiu para engrandecer mais uma vez o quão era importante a cidade de Campina Grande para o Estado e região Nordeste. A capa do **DB**, de 11 de outubro de 1964, trazia o título “Campina Grande em cem anos: uma aldeia que se fez metrópole”, enaltecendo os anseios de progresso que desde o reconhecimento da Vila Nova da Rainha, “tudo cresceu, assustadoramente¹⁶”.

Vale ressaltar que no fim da década de 1950¹⁷, Campina Grande “era descrita pelos seus letrados como uma cidade que se tornava a cada dia mais importante e próspera. (...) A grandeza desta cidade, pensavam os bairristas daqueles anos, não estava inscrita até mesmo no nome do município?” (AGRA DO Ó, 2006:17-18). Nesse período, Campina Grande se consolidou como centro regional de importância para todo o interior do Nordeste, resultado da acumulação do capital oriundo da produção e comercialização do algodão¹⁸. Na década seguinte, 1960, o município registrou o maior crescimento populacional já visto, pois o número de habitantes era de 207.445, um aumento de aproximadamente 64,63%, referindo-se à quantidade de moradores na década de 1940¹⁹, que era de 126.319 habitantes. Esses números são mais expressivos se compararmos o contingente populacional que residia apenas na zona urbana nos anos 1960, 126.200, com os habitantes, que também moravam na sede, em 1940, que eram de 33.818. Contabilizando um crescimento de aproximadamente 245%.

¹⁵ No ano de fundação do **DB** já circulavam no Estado outros jornais, a exemplo do Correio da Paraíba, inaugurado em 5 de agosto de 1953. E desde 2 de fevereiro de 1893, o jornal oficial do Governo do Estado, A União, também circulava em toda a Paraíba. Mas neste caso, vale ressaltar que o **DB** se constituiu como uma das principais fontes formadoras de opinião dos habitantes da cidade, por ser genuinamente campinense.

¹⁶ **DB** – 11.10.1964; capa

¹⁷ Nesse período, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de Campina Grande (173.206 habitantes) era superior a de João Pessoa (119.326), a capital da Paraíba, e ocupava o primeiro lugar entre todos os municípios do Estado, além de ser o mais populoso de todas as comunas do interior do Nordeste e se classificava em 13º lugar entre os núcleos municipais do país. Ver Sylvestre (1988:23)

¹⁸ A importância da cultura algodoeira para Campina Grande começou no final do século XIX, quando a cidade se tornou empório comercial do algodão. A partir deste produto, o espaço urbano foi reorganizado em função da produção e escoamento da matéria-prima na condição de ponto de confluência e articulação do Sertão algodoeiro ao mercado internacional. Da cidade campinense, o algodão nordestino foi transportado para a Inglaterra, via Recife (PE), para ser industrializado.

¹⁹ Já na década de 1940, a cidade tinha um total de 126.319 habitantes, dentre eles, 33.818 morando na zona urbana e 95.501 na rural. O número de pessoas morando na zona rural era alto nesse período. No entanto, nas décadas seguintes, esse número foi diminuindo chegando a 17.847 em 2000. (Fonte: IBGE)

De 1960 em diante, o processo industrial ganhou força em todo o país, modificando o quadro organizacional do espaço regionalizado por Campina Grande. Por ocupar sempre um lugar de destaque entre as atividades econômicas do município, a comercialização do algodão também permitiu a instalação das primeiras indústrias na cidade, constituindo-se como nas principais e quase únicos estabelecimentos industriais até a década de 1940. (LIMA, 1996)

No entanto, a função industrial desta época não possuía papel expressivo, até que em meados dos anos 1960, Campina Grande conseguiu se inserir no contexto da industrialização dirigida, ocorrendo precisamente, o deslocamento do capital comercial para a indústria. Como o comércio não era tão efervescente como antes, o município tentava encontrar um novo lugar para si e caminhos diversos para seguir trilhando. Ainda na década de 1960, segundo Cardoso (2000a:50), a economia campinense se reestruturou “e parte desta reestruturação advém da alocação de recursos para a fomentação de industrialização no bojo da política de construções de Distritos Industriais”.

Nessa ocasião de transição de uma década para outra, Campina Grande deixava de ser polo agrícola e comercial para se tornar um centro industrial. “Com isto se queria alardear que a modernidade estava se efetivando através da afirmação, na cidade, de atividades dinâmicas, que viriam para substituir atividades antigas e já desvinculadas da realidade capitalista de então”. (AGRA DO Ó, 2006:20). A obra de Agra do Ó (2006) colaborou com o nosso trabalho ao realçar esse ideário de modernização que a cidade almejava. Apesar dele trabalhar com a questão do desenvolvimento da educação, principalmente a partir da década de 1950, a discussão foi importante porque nos ajudou a entender que até a educação estava voltada para a instrumentalização de uma mão de obra integrada ao parque industrial nascente.

E a conquista de um sucesso da economia industrial passaria a ser entendida como signo do progresso, sendo até mais digna e mais relacionada à modernização que o comércio ou as atividades agrícolas. Essa formação de uma nova configuração do município também contou com as ações de desenvolvimento da Sudene, que foi criada em 1959, mas só passou a liberar recursos para projetos de industrialização na cidade quando foi aprovado o primeiro plano diretor do órgão, em 1961/1963²⁰.

²⁰ A Sudene foi administrada através de planos diretores, que variavam de acordo com a composição das forças políticas no cenário nacional. Conforme as mudanças nesta composição, mudavam-se também os objetivos e prioridades dos projetos

Nesse período, os discursos presentes nos jornais tentavam transmitir uma ideia da grandeza e desenvolvimento que Campina Grande já tinha vivenciado com o ‘boom do algodão’ nas décadas de 1930 e 1940, dando um pontapé inicial para a industrialização que viria anos mais tarde. Havia também a preocupação de se articular de forma discursiva para situar a cidade campinense em um lugar definidor na região Nordeste. “Tornara-se importante para os homens de pensamento de então definir precisamente o *ser* de cada pedaço do Brasil, vez que o entendimento das partes, entendia-se, levaria ao conhecimento do todo”. (AGRA DO Ó, 2006:26).

Ao chegar à década de 1960 em diante, o **DB** buscou resgatar a história de Campina Grande para mostrar, de forma constante, todo o desenvolvimento que chegara a cidade. Na edição do dia 11 de outubro de 1970, um artigo publicado com o título “Campina Grande: 106 anos” denomina a cidade com vocação para o desenvolvimento. Dez anos depois, o jornal voltou a mencionar o município, que possuía tendência para o desenvolvimento e vocação de metrópole²¹. O **DB**, neste caso, procurou transmitir aos leitores que Campina Grande já nasceu preparada para se desenvolver e alcançar o progresso. Uma das vantagens da cidade, ao ser ocupada por Teodósio de Oliveira Ledo em 1697²², foi ser ponto de convergência dos caminhos que ligam o Litoral ao interior do Estado.

Campina Grande estava inserida na região do Agreste paraibano e servia como área de transição, tendo vantagem quanto à valorização da terra, por maior facilidade de contato com outras regiões do Estado. No editorial de 11 de outubro de 1980, o **DB** relatou que Campina Grande,

desde os primórdios da sua formação histórica, quando se iniciou o povoamento às margens do Riacho das Piabas em fins do século XVII, já demonstrava por várias circunstâncias a sua vocação para crescer e progredir. Boiadeiros e tropeiros do Sertão e do Cariri, foram os primeiros negociantes a abrir os caminhos da nascente povoação para as atividades comerciais, passo inicial do seu desenvolvimento. (DB – 11.10.1980; p.2)

Essa evolução econômica proporcionou a Campina Grande certo destaque em toda a Paraíba, mesmo não sendo capital do Estado. (CARDOSO, 1963b:416). Todos esses indicadores

aprovados. (LIMA, 1996).

²¹ Foram escolhidas duas edições especiais de aniversário da cidade nos anos 1970 e 1980 para fazer o comparativo.

²² Os índios Cariris já habitavam ‘Campina Grande’ quando Teodósio de Oliveira chegou no sítio, vindo dos sertões das Piranhas conduzindo os Ariús. Desde então, foi inaugurado o latifúndio pecuarista.

apontavam para o desenvolvimento do município campinense, que, em busca da tal civilização que tantas cidades brasileiras almejavam ao longo do século XX, os administradores locais também propiciaram algumas mudanças em prol dessa tal modernização.

Ao adquirir ares de moderna, Campina Grande, assim como outras cidades do Brasil²³, se espelhou no que havia de melhor na França e na Inglaterra. Cabral Filho (2007:19) lembra que “as novíssimas metrópoles européias – sobretudo Londres e Paris – instituíram um ritmo novo e alucinante, marcador de uma nova temporalidade a reboque de um crucial desenvolvimento tecnológico capaz de transformar estas grandes cidades em símbolos e modelos para todo o mundo que, a partir de tais símbolos, proclamava-se civilizado”.

Por terem conquistado a modernização bem antes dos brasileiros, várias cidades da Europa, assim como Paris, que havia crescido muito, tiveram como consequência o grande aumento populacional e de tráfego. O que o famoso barão e prefeito de Paris, Georges-Eugène Haussmann (1853-1870), fez em Paris em 17 anos de gestão, transformando a capital da França em modelo de metrópole moderna, foi emblemático e serviu como modelo a ser seguido por vários países, inclusive, no Brasil. Pesavento (1997:60) corrobora afirmando que “os ventos do progresso soprariam em direção ao Terceiro Mundo e seriam filtrados segundo os olhos e os interesses de suas elites. (...) Escravista, agrária, exportadora para o mercado mundial, a jovem nação brasileira aspirava também a participar do espetáculo da modernidade”.

Espectáculo esse discutido na obra de Pesavento (1997) sobre as exposições universais e que nos ajudou a entender todo o fascínio que a Europa do XIX, que assistia à consolidação do sistema fabril e das novas invenções, causou para o Brasil. Mesmo buscando a industrialização tardiamente, em comparação com outros países, o Brasil já tinha a noção de que o progresso era competente e desejável e o capitalismo provacava bem-estar. “Aqui, como na Europa, havia também, por parte dos segmentos mais esclarecidos, a percepção de que o mundo atravessava um profundo processo de mudanças. Afinal, por intermédio do comércio intercional, (...) o Brasil tomava conhecimento dos novos produtos lançados pelas fábricas européias”. (PESAVENTO, 1997:60). E toda essa mudança de pensamento também influenciou os letrados e os políticos que

²³ Durante o século XIX, os quatro maiores municípios do Brasil não tinham um décimo da população do país. Os habitantes do Rio de Janeiro pensavam, naquela época, que a cidade era magnífica, com capacidade para oferecer prestígio urbano a quem a visitasse. Apenas aqueles que visitaram cidades da Europa perceberam o quão era grande a distância que separava o Brasil da civilização. Ver Needell (1993).

“comandavam” Campina Grande anos bem depois, alterando a paisagem e a estrutura econômica do município.

A modernidade e todas as suas possíveis derivações têm sua materialidade que atinge o cotidiano da sociedade e modifica as relações sociais. As suas repercussões, a sua penetração nos múltiplos espaços do fazer político, social, econômico dizem muito das relações de poder existentes. Efetivamente, é um processo contraditório, cria conflitos, destrói valores, inventa concepções de mundo e de vida. (REZENDE, 1997:117)

Esse estado de espírito do ser moderno também tomou da elite e do poder público campinense ao tentarem construir tramas e criar concepções de mundo e de vida que a população teria que passar a seguir desde então. As reformas urbanas começaram no Brasil bem no início do século XX, entre os anos de 1903 e 1906, quando o engenheiro Pereira Passos foi nomeado pelo novo presidente da República, Rodrigues Alves, para implantar o aspecto urbanístico e dar o pontapé para os empreendimentos no Rio de Janeiro. Sob a influência da formação francesa e dos projetos que conheceu em Paris, a capital da República passou a vivenciar a sua *belle époque*. Em seguida, outras cidades como São Paulo e Porto Alegre também passaram por grandes reformas urbanas.

No entanto, diferentemente do ritmo de modernização que surgiu no Rio de Janeiro a partir de 1903, quando o governo local almejou a civilização por meio de mudanças concretas, de acordo com os modernos padrões europeus, e distinto do processo de urbanização de São Paulo, Campina Grande também buscou um ‘espaço’ na tão sonhada modernização tentando extrair tudo o que significava burguês para se tornar uma cidade que seguia os “trilhos” da inovação, de tudo o que há de novo no mundo capitalista.

Após passar pelo processo de reforma urbana e embelezamento da cidade a partir da década de 1930, Campina Grande chegou à metade do século XX como uma cidade que se sobressaía como sendo o mais populoso município do interior do Nordeste e o 13º do país. A Rainha da Borborema estava saindo de uma cultura do algodão, que proporcionou tanto progresso tendo uma hegemonia comercial, para uma fase em que a industrialização estava se impondo. Dessa forma, a cidade passou a destituir a imagem de centro agrícola e seguiu os desdobramentos que se alastrava no país durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), marcado pelo “desenvolvimentismo” idealizando o avanço econômico e social do Brasil.

1.1. Cidade organizada é sinônima de cidade desenvolvida?

Campina Grande adquiriu novos ares a partir do processo de industrialização, pois antes dessa conjuntura, o comércio do algodão foi por muitos anos o principal “motor” da economia campinense. O município só chegou a esse momento após ter sido um centro comercial importante para região e para o país. Favorecida pela ligação com a industrialização regional e nacional, a cidade passou a receber contingentes populacionais de todo o Nordeste, que vinham em busca de melhoria das condições de vida e de renda. Silva Júnior (2009:15) lembra que “a atração que a cidade passou a exercer sobre a população regional tornou necessária a redefinição do seu espaço urbano como instrumento de potencializar a capacidade de acumulação de capital aqui inserida”.

Campina Grande, a partir da década de 1960, possuía um cenário que se enquadrava na onda de modernização que assolava o país naquele momento. Dessa forma, o conceito de moderno passado para a população era tudo de novo que surgia ou era reformado, embelezando a cidade. “O ser moderno envolvia múltiplas compreensões, desde a possível perda das raízes culturais e do passado histórico, até a aceitação de que é indispensável superar ‘o atraso histórico’”. (REZENDE, 1997:19). No âmbito local, seria tentar seguir os padrões considerados modernos para época e assim entrar definitivamente nessa “áurea” de cidade no ritmo do progresso. O ser moderno não só estava intrínseco na mudança de hábitos e costumes, como também no âmbito educacional.

Na década de 1960, a implantação, por exemplo, do campus II da Universidade Federal da Paraíba²⁴ (UFPB), em Campina Grande, incorporando a Escola Politécnica, com os cursos de Engenharia Civil, Engenharia Mecânica e Engenharia Elétrica, com um total de 244 alunos, e a Faculdade de Ciências Econômicas (Face), que mantinha os cursos de Ciências Econômicas e de Sociologia e Política, com 223 estudantes, assim como a criação da Universidade Regional do Nordeste²⁵ (URNe), possibilitaram que Campina Grande fosse “um dos mais importantes centros

²⁴ No dia 2 de dezembro de 1955, o então governador da Paraíba, José Américo de Almeida, criou a Universidade da Paraíba incorporando algumas faculdades que existiam em João Pessoa. Cinco anos depois de criada, em 12 de dezembro de 1960, a Universidade da Paraíba foi federalizada se transformando em Universidade Federal da Paraíba tendo a capital, João Pessoa, como a sede dos campi que incluíam o campus de Campina Grande e a Escola de Agronomia do Nordeste, em Areia.

²⁵ A URNe foi criada em 15 de março de 1966 através da Lei nº 23, com sede em Campina Grande.

de ensino superior da região Nordeste, atraindo um grande número de estudantes, de diversos Estados, inclusive do sul do país²⁶”.

A preocupação com a reorganização do espaço urbano esteve presente em várias décadas. A primeira tentativa de promover uma reforma arquitetônica na cidade foi em 1937²⁷ durante a gestão do prefeito Vergniaud Wanderley. Entre os anos de 1960 e 1962, essa preocupação com o projeto de modernização também voltou à tona. Nesse período foi elaborado o Plano Diretor Físico da cidade. “A equipe responsável por esse estudo chegou a produzir um diagnóstico (...) Foram feitos, ainda, projetos referentes à urbanização do Açude Velho e Açude Novo, destacando-se, entre outras obras, a construção do Teatro Municipal Severino Cabral. Contudo, esse projeto não chegou a ser concretizado”. (OLIVEIRA, 2000b:184)

No entanto, como Campina Grande vivenciava uma crise no período algodoeiro, ocorreu um crescimento mais lento de atividades, tanto no comércio como na prestação de serviços. A ideia de melhorar a qualidade de vida da população e a sua funcionalidade veio à tona novamente em 1972, quando o poder público municipal voltou mais uma vez se preocupar com o entrave da reorganização do espaço urbano. As pesquisadoras Carvalho e Scocuglia (2010) afirmaram que havia a necessidade de estabelecer uma imagem da cidade como ordenada, controlada e planejável, não tendo nenhuma forma de participação da sociedade civil nas discussões de propostas para a cidade.

Frente ao desenvolvimento que Campina Grande vivenciava em meados do século XX tanto no âmbito populacional, como também começava a expandir o ensino superior e a produção industrial, o município foi incorporado ao planejamento integrado proposto pelo Governo Federal ao implantar o Plano de Desenvolvimento Local Integrado²⁸ (PDLI), na década de 1970, que serviu para orientar o planejamento de organização da cidade, além de propiciar o desenvolvimento do município e sua região e corrigir os setores considerados deficientes da cidade, desde a área de educação e administração, até os problemas urbanísticos.

²⁶ DB – 11.10.1992; Caderno Especial 128 anos.

²⁷ A partir do ano de 1937 começou a surgir a primeira tentativa de valorização do espaço urbano com o objetivo de organizar e modificar a estrutura da cidade. Nesse período foi exigido o alinhamento dos prédios considerados importantes, como os da praça da matriz; os nomes das ruas, as calçadas, fachadas foram arrancadas ou modificadas. Isso tudo fazia parte da reforma arquitetônica da cidade implantada pelo prefeito Vergniaud Wanderley (1935/1937 e 1940/1945). Nesse período, a urbanização foi intensa. É tanto que a Câmara Municipal votou e aprovou um decreto-lei de 13 de março de 1936, autorizando Vergniaud a utilizar verbas necessárias para o embelezamento e modernização da cidade. Ver mais sobre o assunto em Amorim (2000).

²⁸ O PDLI foi desenvolvido durante a gestão municipal de Evaldo Cruz, de 31 de janeiro de 1973 a 31 de janeiro de 1977.

O Plano de Desenvolvimento Integrado propunha a disciplinarização e ordenação do solo urbano, o controle das ocupações das zonas centrais e o desenvolvimento econômico e social a partir do controle das populações periféricas. (...) Assim, a justificativa da necessidade de uma política urbana para as cidades de porte médio é motivada pela procura de um maior equilíbrio interurbano-regional e pela interrupção dos fluxos migratórios. (CARDOSO, 2000a:53-54)

Oliveira (2005a:86) ainda aponta que o PDLI de Campina Grande “constituiu-se na realidade, em uma imposição do governo militar em consonância com seu modelo de planejamento urbano integrado e centralizado”. O Plano tinha como maior preocupação dotar a cidade de obras de infraestrutura visando à modernização e o desenvolvimento de Campina Grande, e para isso precisaria de recursos. O **DB**, no dia 25 de agosto de 1971, trouxe matéria referente ao plano, afirmando que a Câmara Municipal acabara de aprová-lo dando oportunidade para que a “Prefeitura possa conseguir no Ministério do Interior e do Serfhou um empréstimo de Cr\$ 1.250”. (DB – 25.08.1971; p.8).

O PDLI foi elaborado pela Companhia Pró-Desenvolvimento de Campina Grande²⁹ (Comdeca) em colaboração com o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhou), órgão do Ministério do Interior. Antes de dar início aos trabalhos do Plano de Campina Grande, a Serfhou e a Comdeca definiram a Compartimentação Geo-Econômica da Paraíba com base em vários estudos realizados no Estado.

O município de Campina Grande, mais importante município da Paraíba, depois de João Pessoa, capital do Estado, exercia uma polarização efetiva e potencial sobre uma extensa área de 23.960 Km², 42,5% do território Paraibano, abrangendo 57 municípios, com uma população de mais de um milhão de habitantes, cerca de 50% do efetivo populacional do Estado em 1970. Este conjunto foi definido em 1973 no Plano de Desenvolvimento Local Integrado – PDLI – sob a denominação de ‘Compartimento da Borborema’, constituído de cinco micro-regiões homogêneas: Agreste da Borborema, Brejo Paraibano, Cariris Velhos, Seridó Paraibano e Curimataú. (OLIVEIRA, 2005a:42)

Mais uma vez Campina Grande foi comparada a cidades desenvolvidas do Sudeste, pois, segundo Oliveira (2005a:91), o PDLI tinha como estratégia “construir uma ‘São Paulo no

²⁹ A companhia consistia em um sistema de planejamento, orientação e programação do desenvolvimento físico, social e econômico de Campina Grande. Inicialmente, foi criada como Companhia de Planejamento, em 1971, na gestão do prefeito Luiz Motta Filho, porém, já existia antes como Conselho de Desenvolvimento, uma derivação da antiga Companhia de Industrialização de Campina Grande (Cingra), criado na gestão de Manoel Paz de Lima (1969/70). “A atuação principal da Comdeca prende-se aos contratos que visam dar a cidade, meios possíveis para elaboração de seus planos de desenvolvimento, para que a nossa cidade possa vir a brilhar cada vez mais. A Comdeca faz-se presente em qualquer momento em que se fale no planejamento da nossa comunidade”. (Ver mais DB – 20.10.1973; p.2)

Nordeste’, com condições para abrigar o desenvolvimento de Campina Grande, cidade polo de interesse microrregional, mediante o estabelecimento de relações entre o crescimento nacional e as características do conjunto da sua estrutura urbana”.

Ainda de acordo com Oliveira (2005a), o PDLI, sendo um plano técnico, preparou Campina Grande para desempenhar função de cidade polo do Compartimento da Borborema³⁰. Com essa delimitação, o Plano não pretendia solucionar os problemas de uma só cidade, mas sim, de um conjunto de 57 que formavam o Compartimento. Depois de implantado o PDLI, o prefeito Evaldo Cruz (1974-1976) percebeu que era necessário um programa de ação para operacionalizar as metas e assegurar à administração municipal dinamismo na realização de atividades.

Dessa forma, a prefeitura sancionou a lei nº 28/77 instituindo o Programa Trienal de Ação 1974/1976. O programa previa o dispêndio total, nesses três meses, de cerca de Cr\$ 91 milhões de cruzeiros, dos quais, aproximadamente Cr\$ 34 milhões seriam aplicados em obras e serviços de caráter permanente (bens de capital) e o restante na manutenção do patrimônio atual da prefeitura e seus encargos correntes³¹. No entanto, “O Plano Trienal foi apresentado num momento em que a cidade atravessava uma grande crise financeira. O crescimento das receitas correntes municipais entre os anos de 1964 e 1974 vinham num ritmo extremamente lento”. (OLIVEIRA, 2005a:98).

As obras de serviços públicos a serem executadas no triênio (1974/1976) foram distribuídas em três categorias de setores: Físico Territorial, Sócioeconômico e Administrativos Institucionais³². O **DB** de 2 de abril de 1974 registrou o momento da entrega do Plano Trienal do Governo e trouxe matéria na capa meramente informativa. “O chefe da edilidade campinense fez exposição do Plano perante todos os vereadores (...) dizendo da importância de sua aprovação para que a prefeitura possa executar, dentro de um programa racional, as obras e serviços de caráter prioritários ao desenvolvimento do Município³³”.

Uma das metas principais da administração municipal durante a implantação do Programa Trienal de Ação se referia à expansão e melhoria do sistema de abastecimento de energia elétrica

³⁰ Campina Grande passou a ter influência efetiva e poder de polarização nos seguintes municípios: Massaranduba, Lagoa Seca, Fagundes, Queimadas, Boqueirão, Cabaceiras, São João do Cariri, Gurjão, Soledade, Pocinhos, Olivedos, Puxinanã, Montadas, Areal, Esperança, Alagoa Nova, Areia, Remígio, Pilões, entre outros. Ver mais em Oliveira (2005a)

³¹ DB – 18.05.1974; p.8

³² DB – 27.03.1974; p.3

³³ DB – 02.04.1974; p.1

de Campina Grande e municípios circunvizinhos através da Companhia de Eletricidade da Borborema (Celb) e a construção do ‘campus’ universitário de Bodocongó por meio da Universidade Regional do Nordeste (URNe) visando aumentar a demanda de alunos de nível superior de Campina Grande e da região. Já no âmbito físico-territorial, Evaldo Cruz propusera investimentos no sistema viário; no pátio da Estação Velha; na pavimentação de novas ruas e avenidas; construção de uma nova estação rodoviária; urbanização do Açude Novo; construção do centro cívico; e do Museu de Arte.

Outra prioridade na gestão de Evaldo Cruz e que dotou a cidade com mais um empreendimento moderno foi a urbanização do Açude Novo. Construído por volta de 1830 com o objetivo de garantir o abastecimento de água na Vila de Campina Grande e diminuir os efeitos devastadores da seca, o Açude Novo perdeu a sua finalidade com a implantação de um novo sistema de abastecimento de água³⁴ da cidade no dia 18 de janeiro de 1939.

Nesse dia foi inaugurado o primeiro chafariz público do sistema Vaca Brava³⁵, localizado nas Boninas, no Centro. Cabral Filho (2007) lembra que este evento foi um marco divisor de águas na história da cidade, pois “Campina Grande estava saindo de um universo atrasado e incivilizado para tornar-se um ambiente moderno, posto que asséptico e higienizado”. (CABRAL FILHO, 2007:65). Para comemorar a conquista de um novo serviço de abastecimento de água, foi escolhida, por coincidência ou não, a data do aniversário do benfeitor – o então governador Argemiro de Figueiredo, dia 9 de março de 1939. (SYLVESTRE, 1993:250)

Foram quase vinte e quatro horas de alegria e comemoração que começaram no dia 9 bem cedo com salvas e foguetórios, alvorada tocada por bandas de música, continuaram com a missa celebrada na Matriz às 8 horas e só terminaram na madrugada do dia 10 ao final dos bailes programados por clubes populares e da elite. (SYLVESTRE, 1993:250)

³⁴ Até 1907, a população campinense contava com a água das cisternas, do Açude Novo e de algumas fontes para o consumo diário. Nesta época, Campina Grande contava com 731 casas para uma população inferior a quatro mil habitantes. (Ver mais CABRAL FILHO, 2007). Sylvestre (1993) cita que um novo marco no abastecimento de água em Campina Grande aconteceu quando o governador Argemiro de Figueiredo sancionou a Lei nº 2, de 22 de outubro de 1935, criando o Serviço de Água e Esgoto de Campina Grande. A água jorrou das torneiras do chafariz a partir do dia 18 de janeiro de 1939, mas o serviço de abastecimento de água da cidade foi inaugurado oficialmente no dia 9 de março de 1939. “Foi uma época de euforia e exaltação”. (SYLVESTRE, 1993:250)

³⁵ Segundo Cabral Filho (2007:41), “a construção da barragem de Vaca Brava aparece, no ideário da elite campinense, como a concretização das aspirações de uma população sedenta que há muito ansiava por um sistema de abastecimento de água compatível com as crescentes necessidades de Campina Grande, cuja provisão de água, até então, era realizada para aqueles que podiam pagar, pelos tradicionais aguadeiros que utilizavam animais de carga para transportar, desde mananciais públicos ou privados, o precioso líquido”.

A reforma do Açude Novo também foi uma maneira de erradicar a favela São Joaquim, situada nas proximidades onde moravam famílias oriundas do Sertão paraibano em busca de uma vida melhor. No dia 21 de maio de 1974, o **DB** apresentou uma concepção de que a urbanização do Parque do Açude Novo fez parte de um dos maiores planos de embelezamento da cidade até àquele momento. O jornal ainda citou na matéria intitulada “Urbanização prossegue no Parque do Açude Novo”, que depois de esvaziado, por volta de 1967, o local passou vários meses completamente abandonado para que a lama que existia no local secasse. “Até então não havia praticamente nada do que hoje se pode ver ali³⁶”.

Antes da conclusão no Açude Novo, foi erguido o Monumento aos Índios Ariús. Com 45 metros de altura, o obelisco, simbolizando o marco zero da cidade, foi dotado de uma rampa-ponte de ligação circundada por um lago. “Constituindo a primeira etapa daquele futuro parque, o Governo do Município pretende inaugurar, em dezembro (1975, *grifo meu*), a sede própria do Museu de Arte, o monumento e a fonte luminosa, numa outra realização integrante do seu Plano Trienal³⁷”. No entanto, o Açude Novo só foi inaugurado no dia 31 de janeiro de 1976 e transformado em parque pelo prefeito Evaldo Cruz. Com a morte do ex-prefeito, em 1985, foi dado o nome de Parque Evaldo Cruz, em sua homenagem.

Outras obras também surgiram nesse período e marcaram a administração municipal de Evaldo Cruz, como a reforma da Estação Velha e a construção do calçadão “Jimmy Oliveira³⁸”, conhecido hoje por calçadão da Rua Cardoso Vieira. O crescimento da cidade era, como fez ver o **DB** na edição de 24 de maio de 1974, “incontrolável”. A impressão que o jornal tentava passar naquela época através das matérias publicadas era que “o progresso não mede distância, nem valor sentimental, e a velha estação de trem na entrada da cidade vai mesmo perder parte do seu bucolismo para dar lugar a uma reforma urbana exigida”. Após a reforma, “a estação velha ficará

³⁶ DB – 21.05.1974; p.8

³⁷ DB – 17.08.1975; p.6

³⁸ O nome “Jimmy Oliveira” foi em virtude da morte de um jovem na década de 1970, que causou grande comoção na cidade. Segundo o fotógrafo Nicolau de Castro, que trabalhava no **Diário da Borborema** nessa época, Jimmy era conhecido na cidade por fazer parte da torcida do Campinense e ser um militante político, vindo a morrer de forma drástica em uma construção no Alto Branco. Ele teria ido durante a noite em uma obra onde estava construindo sua casa quando caiu de cima de uma escada e teve traumatismo craniiano. Em julho de 1977, o **DB** publicou um editorial intitulado “Homenagem” no qual citava a propositura do vereador José Altair Pereira para colocar o nome de “Jimmy de Oliveira” no calçadão, por ali ser o “centro das discussões e decisões das pugnas esportivas de Campina Grande (...) Nenhum logradouro, pois melhor para perpetuar a memória do jovem”. (DB – 19.07.1977; p.4).

como um marco de outro passado, a cultura do algodão sustentáculo da economia campinense durante décadas³⁹”.

Uma cidade eminentemente comercial, Campina teve na rede Ferroviária, um dos grandes pontos de apoio do seu progresso. Hoje, superada pelo grau de tecnologia avançada, conseguido pelos outros meios de comunicação, velha estação de trens, entretanto, remodelada pela Prefeitura Municipal, permanecerá para sempre como um marco da luta pela evolução. (DB – 24.08.1974; p.9)

Essa citação expressa bem como Campina Grande passou a ser considerada “eminente comercial”, pois na época em que ainda era um sítio, quando o latifúndio pecuarista permitiu que transações comerciais feitas através da fazenda de gado marcassem o processo evolutivo da localidade, a região onde Campina Grande estava inserida, o Agreste, assumiu “a função mercantil pela comercialização do gado de corte e de tração para o litoral canavieiro, abastecendo-o com os gêneros da lavoura de subsistência”. (SILVA, 2000b:18)

Na edição de aniversário do **DB**, de 11 de outubro de 1981, o jornal também tentava disseminar a ideia de que o município sempre teve vocação comercial. Com o título “Vocação comercial de Campina Grande”, a matéria expressou que a cidade “nasceu e se afirmou com uma extraordinária vocação para as atividades comerciais”. O que favorecia essa tendência, segundo o **DB**, era a situação geográfica, pois Campina Grande está situada entre as regiões da Paraíba e têm proximidade com outros estados do Nordeste⁴⁰. Silva (2000b:18-19) corrobora e diz que, “encravada no agreste, circundada por fazendas de gado e lavouras de subsistência, foi lentamente evoluindo o incipiente aldeamento. A conjunção fazenda-lavoura fomentou a feira de gado e de cereais. Daí, o embrião do agregado, mais tarde povoado, vila e importante cidade do interior paraibano”.

Referindo-se ao período de reforma da Estação Velha, no dia 24 de agosto de 1974, o trecho da reportagem do **DB**⁴¹ relatou o projeto de urbanização direcionado para o pátio da velha estação ferroviária de Campina Grande que fez parte do programa de implantação de equipamentos de recreação e cultura conforme o que propunha o Plano de Desenvolvimento Local Integrado. O projeto previa que o prédio seria adaptado em Museu do Algodão – o qual foi

³⁹ DB – 24.05.1974; p.8

⁴⁰ DB – 11.10.1981; Caderno especial de aniversário

⁴¹ A matéria foi publicada com o título “Pátio da Estação Velha será um complexo cultural e turístico”. (DB – 24.08.1974; p.9)

concretizado anos depois – e os armazéns seriam utilizados como restaurante, bar, comércio de artesanatos e exposições de artes, que não se concretizou. “Estes velhos prédios serão transformados em elementos de expressão cultural, comercial e turística. As ruas foram definidas e traçadas para atenderem ao tráfego de ligação entre o centro da cidade e os bairros do Tambor e Distrito Industrial”. (DB – 24.08.1974, p.9)

No dia da sua inauguração, 11 de outubro de 1975, Evaldo Cruz se referiu ao pátio da Estação como “é a nova Campina que surge: mais moderna e mais consciente do seu passado”. Essa frase é emblemática e acabou tendo uma certa continuidade de ideia durante muitos anos. Em busca da tão sonhada modernidade, a cidade viveu o dilema de instaurar o novo, sem desprezar o passado. Neste caso e em outros exemplos foi possível verificar que o discurso de modernização contagiou o poder público. Mesmo adotando políticas em prol do município, Evaldo Cruz se referiu às obras empreendidas na gestão dele, entre 1974 e 1976, como modernizadoras, mas sem deixar de lado as marcas do passado, mas sim, resgatando-as. A elite e os gestores públicos encarregavam-se de determinar qual o significado e a utilidade das obras dentro de uma concepção de invenção moderna. Rezende (1997:73) lembra que “as invenções modernas exercem uma atração especial”. Espetáculos que causam impactos e ocuparam o noticiário da imprensa.

Denominado de Pátio da Estação Velha – Centro Turístico Integrado Cristiano Lauritzen, uma homenagem a um dos promotores do desenvolvimento campinense no início do século XX, a estação ferroviária “passa a ser agora, um recanto de lazer e de bem-estar com seus velhos armazéns abrigando restaurantes, bares, boate, boxes para venda de artigos artesanais e exposições artísticas. A antiga agência ferroviária, totalmente recuperada, será o Museu do Algodão⁴²”.

Ressaltando o desejo de sempre se tornar moderna, de acordo com os padrões das grandes capitais do país, o **DB** ainda se referiu à Estação Velha da seguinte forma:

É Campina Grande sempre, pioneira, desbravando caminhos, dando passos a frente, numa demonstração do espírito empreendedor e da capacidade de realização de seu povo. É a Campina insaciável na sua sede de conquistas, aceitando o desafio de uma época que exige das comunidades, ao lado do desenvolvimento material, o culto às

⁴² DB – 11.10.1975; capa

tradições e à história, na preservação dos seus mais altos valores espirituais e culturais. (DB – 14.10.1975; Especial, p.4)

Mais uma vez apareceu a ideia de que Campina Grande estava em busca de se inserir no processo de modernização, mas preservando a tradição, as marcas do passado. Como o município se destacava na Paraíba e no Nordeste, o jornal não se furtava de mostrar aos leitores que Campina Grande saía à frente das demais cidades com projetos inovadores e modernizantes, tinha-se a impressão que tudo o que era inaugurado, reformado, construído, fazia parte desse espírito de modernização que estava presente ao longo do século XX. O **DB** também queria chamar a atenção afirmando que o povo campinense era empreendedor capaz de propiciar o desenvolvimento da cidade juntamente com o poder público. Parecia mais uma união em prol da modernização, uniformizando o desejo como fosse de todos.

Como parte do projeto de modernização dotando o município de equipamentos que dariam à cidade aspectos de bem conservada e de projetada para o futuro, o **DB** publicou uma matéria no dia 15 de agosto de 1975 relatando os empreendimentos que seriam inaugurados durante a gestão do prefeito Evaldo Cruz e que fariam parte do Plano trienal do governo. Para setembro de 1975, havia a expectativa da entrega à comunidade de outras realizações – a lanchonete e área de recreação no Açude Velho e o calçadão da Flórida no centro da cidade.

A construção do calçadão tomando todo o trecho da Rua Cardoso Vieira, situado entre as artérias Venâncio Neiva e Marquês do Herval, no centro da cidade, foi iniciada no dia 2 de setembro de 1975. Havia o projeto elaborado pela Comdeca de transformar o “setor em uma área de lazer comunitário e de bate-papo social, exemplo do que está sendo feito em outros centros urbanos do país”, vetando o trânsito de veículos no local. (DB – 15.08.1975, p.8). Depois de inaugurado o calçadão, a prefeitura municipal pensou em destinar outra área central da cidade para o lazer. “Destá feita o trecho da Maciel Pinheiro, compreendido entre as ruas Semeão Leal e Cardoso Vieira. A referida artéria poderá ser o futuro calçadão cuja denominação será ‘calçadão da juventude’⁴³”.

O calçadão, já com o nome de “Jimmy Oliveira”, passou por uma reforma na gestão do prefeito Félix Araújo (1993/1996) para ampliar o lazer no centro da cidade e acabar com o comércio ambulante que se instalou no local e não teria agradado às pessoas que tinham lojas no

⁴³ DB – 16.10.1975; p.8

setor. O prefeito entregou à população o novo calçadão no dia 25 de outubro de 1993, totalmente reformado em estilo de praça colonial. A reforma fez parte do projeto de revitalização do centro de Campina Grande e teve início com a desobstrução das ruas Maciel Pinheiro, Venâncio Neiva e parte da Cardoso Vieira. “Com novo visual, o Calçadão continuará sendo o principal termômetro da cidade, já que diariamente ocorre no local uma grande concentração de pessoas que ocupam os bancos para conversas descontraídas⁴⁴”.

Durante a década de 1970, Campina Grande também foi beneficiada com os projetos de arborização e urbanização. O **DB** apoiou a iniciativa da prefeitura publicando o editorial no dia 7 de novembro de 1993 ressaltando que “Campina Grande é pobre de vestimenta florística nas suas ruas principais, ao contrário do que é recomendado para as cidades do trópico”. O município também foi beneficiado com o projeto de recuperação dos conjuntos habitacionais, que inclui a construção de acessos aos núcleos residenciais, tais como, calçamento de ruas e implantação de meio-fio⁴⁵.

Mesmo diante de obras de infraestrutura e revitalização de algumas áreas da cidade, o jornal tanto enaltecia o que estava sendo inaugurado como também reclamava do abandono de algumas praças. O **DB** se posicionou, em muitas matérias, como porta-voz dos moradores e publicou várias reportagens relatando o abandono de algumas praças. Em uma das edições, o **DB** utilizou o título “Praça abandonada” citando que era “lamentável o estado de abandono em que se encontra a Praça Alfredo Dantas, (...) no Centro. (...) Os canteiros do logradouro estão totalmente tomados pelo matagal, mutilando seriamente a paisagem urbanística daquele recanto⁴⁶”.

No dia 6 de janeiro de 1974, o **DB** publicou “Campina: as praças estão acabando” mostrando aos leitores a situação das praças da cidade. “É verdadeiramente lastimável o estado em que se encontram algumas de nossas praças públicas, tendo em vista não oferecerem as mínimas condições de ornamentação e higiene, principalmente porque são poucos os cuidados que as responsáveis pelo setor têm por elas⁴⁷”. Esse ideário de modernização se mostrou quando o jornal cobrava dos poderes públicos reformas e mais atenção às praças que estavam

⁴⁴ DB – 25.10.1993; p.2

⁴⁵ DB – 10.11.1973; capa

⁴⁶ DB – 08.12.1973; p.8

⁴⁷ DB – 06.01.1974; p.3

abandonadas. As cobranças pareciam mais um pedido de melhoramentos, mais desenvolvimento, para dotar o município de conforto, beleza e segurança para a população.

Com base nas obras realizadas durante a gestão de Evaldo Cruz, o **DB** publicou uma entrevista feita a Hermano José e José Itamar Cândido, no dia 30 de julho de 1978. Na ocasião, o ex-prefeito ressaltou que durante o período em que administrou Campina Grande, de 1974 a 1976, a infraestrutura urbanística foi imprescindível ao desenvolvimento socioeconômico de uma comunidade. “Não apenas construí parques destinados ao lazer da população, como abri ou deixei projetadas novas avenidas destinadas à ocupação dos espaços vazios das cidades. (...) O planejamento urbanístico (...) tornou Campina mais humana, recriando seus pontos de encontro ou fazendo surgir novos”. (DB – 30.07.1978; p.10).

Mesmo com todas as conquistas materiais e o imaginário de cidade moderna e desenvolvida, Campina Grande também enfrentava problemas como lembrou Evaldo Cruz. No setor público, durante a década de 1970, faltavam recursos financeiros; maiores oportunidades de emprego, particularmente aos recém-formados; o sistema viário urbano era precário; e havia uma falta de confiança dos investidores locais nos empreendimentos industriais⁴⁸. Sendo assim, Evaldo citou as obras realizadas em seu governo quando questionaram os jornalistas: “Vocês já atentaram para as obras públicas que têm sido realizadas em Campina nos últimos anos? Áreas de lazer, postos de saúde, grupos escolares, construção de avenidas, unidades de ensino universitário, asfaltamento, expansão da rede de energia elétrica⁴⁹”.

Em Campina Grande, assim como grandes cidades do país, também houve uma expectativa em torno do progresso e o processo de urbanização não parou na década de 1970. O processo de modernização urbana no município despertou amplo interesse na opinião pública. Prova disso foram inúmeras as matérias, artigos e editoriais ligados ao tema que foram publicados no **DB**. Em cada líder governamental, o jornal também fazia com que percebamos a presença de valores que a modernização disseminou. Durante a gestão do governador Ernani Sátiro, de 1971 a 1975, por exemplo, também ocorreram mudanças urbanísticas na cidade e que foram divulgadas inúmeras vezes no jornal. As obras realizadas durante seu governo que receberam mais destaques foram a construção do estádio de futebol Governador Ernani Sátiro,

⁴⁸ DB – 30.07.1978; p.10

⁴⁹ DB – 30.07.1978; p.10

batizado pelo povo campinense de “O Amigão”, em uma referência carinhosa ao chefe do Executivo Estadual⁵⁰, e a Central de Abastecimento (Ceasa).

Inicialmente, Ernani Sátiro iria construir apenas um estádio na Paraíba, a princípio em João Pessoa, mas Campina Grande também reivindicou um estádio para si. “Depois de muito refletir e no auge das discussões, o Chefe do Executivo dá uma de Salomão: em vez de um, dois estádios, agradando a gregos e troianos⁵¹”. Ainda em 1974, Sátiro voltou a reafirmar a construção do estádio em Campina Grande. “A construção simultânea dos dois estádios, (...) se justifica até por uma peculiaridade da Paraíba: a existência de duas cidades importantes, próximas, prósperas e vibrantes⁵²”, além do estádio, o governador garantiu a construção da Ceasa.

Campina Grande sempre tentava se distinguir das outras cidades com obras diferenciadas, o projeto de construção da Ceasa não foi diferente. No dia 21 de março de 1974, o então secretário da Agricultura, Nivaldo Montenegro, recebeu o projeto do Escritório de Serviços Técnicos. O **DB**, que sempre publicava as iniciativas em prol do município e do interesse da empresa, ressaltou que “a Central de Abastecimento de Campina Grande se distingue das outras, em sua concepção geral e nas seleções de estrutura, pela arquitetura criativa e original, que alia funcionalidade e beleza⁵³”.

Prestes a inaugurar o estádio “O Amigão” e a Central de Abastecimento de Campina Grande, o governador Ernani Sátiro afirmou ao **DB** que as duas obras foram frutos do paralelismo que nivelava as duas grandes cidades do Estado: Campina Grande e João Pessoa⁵⁴.

⁵⁰ DB – 05.05.1974; p. 8. O estádio foi batizado de “Amigão” em referência a Ernani Sátiro, porque, como mostra o **DB** de 6 de outubro de 1974, “em governo algum Campina teve participação tão ativa como o do ministro Ernani Sátiro. Conhecendo a potencialidade do povo campinense e sua vontade indomável de crescer com a Paraíba, o governador procurou durante toda a sua administração carrear para o município benefícios e obras que elevassem ainda mais o conceito da poderosa concentração populacional”.

⁵¹ DB – 01.01.1974; Caderno Especial Visão Global 1973, p.15

⁵² DB – 08.03.1974; capa

⁵³ DB – 11.03.1974; capa

⁵⁴ Quando Ernani Sátiro afirmou que as duas obras (O Amigão e a Ceasa) foram frutos do paralelismo que nivelava as duas grandes cidades do Estado: Campina Grande e João Pessoa, isso representou o destaque e a representação que esses dois municípios tinham na Paraíba naquele período e até hoje. Na década de 1970, período em que foram inaugurados “O Amigão” e a Ceasa em Campina Grande, a capital contava com uma população de 221.546. Já Campina Grande tinha 195.974 pessoas. Vale ressaltar que a ‘Rainha da Borborema’ vinha se destacando em âmbito estadual pelo seu crescimento econômico e populacional. Para se ter uma ideia, nos anos de 1960, Campina Grande contava com 207.445 habitantes, enquanto João Pessoa tinha 155.117. Em décadas anteriores, o município campinense também se destacou pelo seu contingente populacional que era maior que o da capital da Paraíba.

“Não se pode conceber uma Ceasa em João Pessoa, sem outra também em Campina Grande. Um estádio na capital sem que se construa outro na ‘Rainha da Borborema’⁵⁵”.

O estádio Governador Ernani Sátiro foi inaugurado no dia 8 de março de 1975 dotando a cidade de um equipamento a altura do povo campinense, conforme alardeava os políticos da época. Um ano e quatro meses depois, o então governador Ivan Bichara, juntamente com o ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, inauguraram no dia 3 de julho de 1976, “a casa que não tem portas, sempre aberta a todos que produzem⁵⁶”, referindo-se à Ceasa. Naquele ano, já havia 18 centrais de abastecimento em todo o Brasil⁵⁷. “As Ceasas de João Pessoa e Campina estarão contribuindo para definir uma nova economia paraibana, mais moderna, mais forte e mais racional⁵⁸”. Era o que esperavam os dirigentes do Estado.

1.2. Símbolos cívicos e suas representações

Campina Grande enquanto cidade com representação no Estado também necessitava de símbolos cívicos próprios. A música e a letra, que comporiam o hino oficial, foram escolhidas apenas na década de 1970 após meses de realização de concurso público regulamentado pelos Decretos 61/73 e 60/74, respectivamente. Já a bandeira, brasão de armas e estandarte foram instituídos pela Lei Municipal nº 54, de 26 de agosto de 1974. O **DB** não deixou de acompanhar o processo de escolha dos símbolos cívicos e publicou diversas matérias.

A autorização para criar o Hino Oficial de Campina Grande foi dada pelo prefeito Evaldo Cruz determinando também que fosse executado pela banda de música em festas e solenidades especiais e datas cívicas. Dessa forma, para a escolha do hino foi formada uma comissão para avaliar a melhor letra e música (composição). A Lei nº 84/73 de 5 de outubro estabelecia que a

⁵⁵ DB – 29.12.1974; p.11

⁵⁶ DB – 03.07.1976; p.8. Discurso proferido por Ivan Bichara durante solenidade de inauguração. “Iniciada no Governo Ernani Sátiro e concluída pela atual administração estadual, a Ceasa desta cidade, representou um investimento final de Ct\$ 18.082.194,40”. (Idem, ibidem, p.8)

⁵⁷ No caso de Campina Grande, o **DB** destacou que a “Ceasa representa nesse processo um papel de alta significação no que diz respeito aos seguintes fatores: facilidade de acesso da produção a áreas de comercialização e consumo; aumento das oportunidades de negócios, pela reunião de maior número de compradores no mesmo local; (...) oportunidades de melhores vendas (...); melhores condições de trabalhos”, entre outros benefícios. (DB – 04.07.1976; p.8).

⁵⁸ DB – 23.08.1974; caderno especial, p.2

“motivação para concurso deverá constar de fatos cívicos-históricos através de concurso vinculados à tradição do povo e no desenvolvimento da cidade e da Paraíba⁵⁹”.

Conforme a reportagem publicada no **DB**, no dia 9 de outubro de 1973, o prêmio para a composição que ficasse em primeiro lugar seria de Cr\$ 2 mil cruzeiros e o segundo lugar receberia Cr\$ 500 cruzeiros. A previsão, naquele momento, era que o julgamento seguisse até o dia 31 de dezembro de 1973, mas não foi possível. As inscrições do concurso para escolha do Hino Oficial feitas na Secretaria de Educação e Cultura do município tiveram que ser adiadas porque os interessados não enviavam as cópias das letras das composições.

No dia 26 de janeiro de 1974 houve o julgamento⁶⁰ da melhor letra e composição, mas “nenhuma música foi considerada digna de ser o Hino Oficial campinense, justamente porque o regulamento elaborado pela comissão era composto com muita rigorosidade, oferecendo poucas condições a todos os compositores e musicistas que participaram⁶¹”. Dessa forma foi promovido um novo regulamento para escolha do hino prevista para o mês de março de 1974, mas logo se prolongando até setembro.

Diferentemente do primeiro concurso, a primeira fase deste segundo julgamento escolheria a música, e a segunda, a letra. Por meio do Decreto nº 60/74-GP, de 13 de maio de 1974, o prefeito municipal ampliou o valor do prêmio para Cr\$ 6 mil cruzeiros. Dessa vez foram inscritas 23 peças. No dia 5 de outubro de 1974, o julgamento decisivo da música aconteceu no auditório do Colégio das Damas, e uma das quatro composições musicais inscritas pelo maestro Antonio Guimarães Correia foi vitoriosa. Então foi marcada uma nova data para a fase da escolha da letra. Então, no dia 14 de junho de 1975, no Teatro Municipal, três poemas, dos seis inscritos, foram julgados, sendo vitorioso o trabalho do professor, escritor, jornalista e cearense Fernando Silveira, que morava em Campina Grande há vários anos.

O prefeito Evaldo Cruz também contratou, através do Instituto de Genealogia Heráldica do país, o padre Paulo Leshmayer, que, após estudos sobre a história da cidade, apresentou os

⁵⁹ DB – 09.10.1973; capa

⁶⁰ Nesse dia foram avaliadas seis peças no Teatro Municipal por uma comissão de “alto nível”, de ilibada idoneidade e notório reconhecimento musical. O regulamento advertia aos participantes que a composição, embora classificada em primeiro lugar, não atingisse pelo menos 50 pontos dos sete membros da comissão, seria desclassificada. A composição de autoria do poeta e advogado Raimundo Yasbeck Asfora de parceria com o maestro Antonio Guimarães Correia foi a única a se aproximar do limite previsto atingindo a contagem de 47 pontos. Sendo assim, Campina Grande continuou sem hino. (DB – 10.10.1993; 2º Caderno, p.2)

⁶¹ DB – 20.02.1974; p.8

símbolos do município, brasão, bandeira⁶², carimbos da prefeitura, da Câmara e do gabinete do prefeito, “conforme as peculiaridades de cada unidade e que possam falar na sua linguagem simbólica, de nossa história e de nossa existência como unidade autônoma no Território Nacional⁶³”. O projeto de lei que dispunha dos símbolos heráldicos do município foi sancionado pelo prefeito Evaldo Cruz, em 26 de agosto de 1974. Dessa forma, os símbolos permaneceram os mesmos até hoje.

É nesse cenário múltiplo da cidade de Campina Grande que os signos do moderno se materializaram com a força e a velocidade que a modernidade impõe. Espelhando-se em outras localidades do Brasil e de fora do país também, o município campinense tentava extrair tudo o que era considerado moderno e burguês, para se tornar um lugar com ares de progresso e desenvolvimento. Desde o início do século XX, Cavalcanti (2000:70) lembra que Campina Grande já almejava ser “cosmopolita, arejada, liberada, emancipada e senhora de si, para experimentar as benesses e os prazeres da modernidade e, ao mesmo tempo, ser experimentada e admirada por seres urbanos”.

1.3. Projetos em prol da urbanização e crescimento de Campina Grande

O discurso do senador Argemiro de Figueiredo, transcrito no **Diário da Borborema** no dia 10 de março de 1974, descreve bem como Campina Grande era vista pelos políticos e o desejo de sempre colocar a cidade nos passos do progresso. Argemiro enalteceu Campina Grande ao receber a homenagem de ter o seu nome no Colégio Estadual do Catolé.

Campina: há mais de meio século acompanho os vossos passos. Não me cabe fazer a vossa história. Direi, porém que nasceste com o destino singular de não pertencer a ninguém, porque sempre fostes a terra de todos; a terra cosmopolita. Teceste o vosso ninho de águia no dorso de uma serra altaneira. Era o marco de uma predestinação.

⁶² Para que o povo campinense conhecesse a nova bandeira e brasão do município, Evaldo Cruz mandou imprimir desenhos coloridos com os símbolos heráldicos para serem distribuídos nas escolas e universidades. O campo da bandeira de Campina Grande é na cor verde e os desenhos amarelo-ouro. O verde representa a nossa riqueza agrícola. As espadas presentes na bandeira têm dupla significação. Elas representam o espírito de luta do povo campinense, assim como a participação do nosso município em importantes movimentos políticos do Nordeste: a Confederação do Equador (1824) e a Revolução Pernambucana (1817). A bandeira ainda possui uma banda em ângulo ou como se diz em heráldica, uma aspa, significando o instrumento racional do trabalho da população ou então a espada dos tropeiros, homens que tornaram Campina Grande o grande centro de comercialização. Já a cor amarelo-ouro significa a riqueza do município em todos os setores de atividades. (DB – 08.10.1974; p.8).

⁶³ DB – 04.09.1974; p.3

Subiram até vós homens de todos os recantos do mundo; mas, só subiram os que tinham pendor das águias. Lembro-me que vos chamaram, de começo, a CIDADE DOS MERCADORES. Era o tributo à inveja. O comércio tem função social nobre na economia dos povos. Mas, o conceito continha o veneno dos pérfidos. Não viam que ao lado dos velhos RANCHOS, aonde chegavam e de onde partiam as filiais intermináveis de animais, carregados de mercadorias, as escolas também funcionavam. Não compreendiam que a vossa tarefa inicial era a criação de riqueza, a riqueza imprescindível ao progresso de todos os núcleos humanos. E aí está hoje comprovado o acerto de vossas iniciativas. O comércio agigantou-se. (...) as modestas casas caiadas que eu alcancei, pontilhando, aqui e ali, os antigos centros urbanos, morreram, uma a uma. Cederam o espaço aos majestosos edifícios que assinalam o poder de uma nova e fecunda civilização. (...) As velhas escolas, iluminadas a querosene, transformaram-se em centros modernos de instrução. É a CIDADE DOS MERCADORES, vamos repetir, é hoje a cidade da cultura, a cidade-luz, com os seus ginásios, as suas Faculdades, doando à Pátria a inteligência e o saber das novas gerações que se empluma⁶⁴.

Argemiro de Figueiredo se remeteu à história de Campina Grande para citar que ela era “terra de todos” e não pertencia a ninguém, pois, o município estava encravado em uma região onde se tornava ponto de passagem para quem vinha do Sertão ou do Litoral. Silva (2000b:19) lembra que o “modesto aglomerado acolhia ‘o forasteiro pobre’, o mercador de cereais, o aventureiro e mais negociantes (...), todos marginalizados pela concentração territorial, tanto na zona da mata como no próprio interior”. Esse fluxo de pessoas vindas de outras regiões atraídas pelas feiras de gado e de cereais possibilitou que o sítio crescesse, até se transformar em vila e posteriormente em cidade.

Neste caso, quando Argemiro citou que Campina Grande já foi chamada como “cidade dos mercadores”, inicialmente teve um tom pejorativo, porque o termo “mercadores” surgiu ainda no século XIX quando a burguesia passou a ser identificada como a classe dominante de produção capitalista e os mercadores seriam os comerciantes que negociavam vários itens como tecidos, panos, artigos de lã, entre outros, mas não tinham prestígio na sociedade. No entanto, o senador voltou a se referir que Campina Grande era sim “cidade dos mercadores” depois do município acumular riquezas e progredir em vários setores da sociedade.

Para entender como se deu o processo de transformação que passara Campina Grande a partir da década de 1960 até os anos 1980 foi importante frisar a execução de duas grandes ações que propiciaram a inserção do município na dinâmica de urbanização, perpassada pelo desenvolvimento da industrialização. Ainda durante a década de 1970 e início dos anos 1980

⁶⁴ DB – 10.03.1974; p.8

havia a preocupação de acelerar o processo de urbanização, tanto para modernizar e implantar um sistema de comunicações e transportes, como também para ampliar o comércio local e consolidar a industrialização na cidade. Dessa forma, o governo federal instituiu dois grandes projetos em substituição ao Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI): o Programa Nacional de Cidades de Porte Médio (PCPM) e, posteriormente, o Projeto Comunidade Urbana para Renovação Acelerada (Cura).

Segundo Cardoso (2000a), o Cura tinha como meta priorizar as obras que permitissem valorizar as áreas urbanas, destinando seus recursos para a construção de galerias e áreas de lazer, além da pavimentação de ruas. O projeto teve que ser dividido em três fases, sendo que apenas a primeira, que se refere às desapropriações para a execução de futuras obras, foi executada em sua plenitude. As outras fases foram concretizadas algumas obras, como, por exemplo, a construção do novo terminal rodoviário no bairro do Catolé.

O Cura e o PCPM pretendiam expandir a cidade por um modelo concêntrico. E “em Campina Grande é induzida a expansão da cidade através da Zona Oeste. De modo que em 1975 é estabelecido o zoneamento da cidade, através da Lei de Uso do Solo Urbano (Lei nº 176, de 30/04/1975)”. (CARVALHO & SCOCUGLIA, 2010). O Caderno Nacional, de outubro de 1973, publicado no **DB**, resumiu algumas das etapas do desenvolvimento do Cura: divisão da cidade em microrregiões homogêneas quanto às suas características urbanas; estimar o custo das obras necessárias para completar cada microrregião, entre outras. Na reportagem “O crescimento desordenado das cidades” era visível como o Projeto Cura pretendia solucionar os problemas de Campina Grande.

As cidades cresceram nas últimas décadas em ritmo acelerado porém sem nenhuma ordenação. (...) Agora o projeto Cura (...) surge com o objetivo de ordenar o crescimento das cidades. O Cura se destina a partir das aspirações e possibilidades econômicas das populações, em termos de equipamentos comunitários atender com obras de infraestrutura executadas paralelamente à implantação de uma política fiscal que limite a especulação imobiliária propiciada pelos investimentos. (DB - CADERNO NACIONAL – OUTUBRO DE 1973)

No aniversário de 117 anos de Campina Grande, Enivaldo Ribeiro fez um balanço de seu governo (1977/83) no **DB** e ressaltou os recursos que a cidade conseguiu no plano federal,

representados pelos Projetos Cura I e II⁶⁵, investimentos que permitiram mais ainda o desenvolvimento da cidade. Havia a necessidade de se criar na cidade e no Estado um ‘espírito de modernidade’. “Aliado ao investimento da Sudene, o Programa para as Cidades de Porte Médio possibilitou a implantação do parque industrial de Campina Grande. (...) Relevante também é a inserção da cidade no circuito dos Pólos Tecnológicos”. (Cardoso, 2000a:56-58)

A construção de uma nova rodoviária para Campina Grande foi uma das obras executadas durante a implantação do Projeto Cura na cidade. No dia 27 de abril de 1974, o **DB** publicou a matéria “Campina terá nova Estação Rodoviária”, construindo uma ideia de que a cidade realmente precisava de tal equipamento. O projeto de lei para a construção do terminal foi entregue à Câmara de Vereadores no dia 26 de abril de 1974. “Em sua mensagem diz o Prefeito que a Estação Rodoviária é não só uma reivindicação de toda comunidade, como também a satisfação de imperiosa necessidade exigida pelo progresso das comunicações interurbanas⁶⁶”.

Naquele mesmo ano da entrega do projeto de lei, o **DB** realizou uma enquete com os comerciantes e representantes das empresas de ônibus perguntando qual seria o local ideal para a nova Estação Rodoviária de Campina Grande. A maioria das respostas apontou o centro da cidade como o melhor local para a construção do novo terminal, mas foi escolhida outra área, o bairro do Catolé⁶⁷. Até 31 de dezembro de 1984, segundo o **DB**⁶⁸, tinham sido investidos nas obras do terminal Cr\$ 5 bilhões e 200 milhões de cruzeiros. Até aí, o prédio já estava praticamente concluído. O então diretor superintendente do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), o engenheiro Francisco de Assis Quintans, registrou nas páginas do jornal que Campina Grande estava sendo dotada de um moderno terminal rodoviário com todos os serviços básicos de atendimento disponibilizados ao público.

A conquista de uma nova rodoviária para o município foi ressaltada também pelo vice-governador do estado, José Carlos da Silva, em fevereiro de 1985, ao conceder entrevista ao **DB** afirmando que “Campina Grande tem (...) uma rodoviária à altura do seu desenvolvimento e pelo menos nos próximos 20 anos esta população não terá preocupação em relação a essa questão⁶⁹”.

⁶⁵ DB – 11.10.1981; Especial, p.6

⁶⁶ DB – 27.04.1974; capa

⁶⁷ DB – 08.12.1974; p.3

⁶⁸ DB – 06.03.1985, p.3

⁶⁹ DB – 08.02.1985; p.5.

E no dia 25 de maio de 1985 foi inaugurado com festa o Terminal Rodoviário Argemiro de Figueiredo em substituição a Rodoviária Cristiano Lauritzen, localizada no Centro, e que hoje é conhecida como rodoviária velha. No dia em que foi inaugurada, o **DB** trouxe a notícia ressaltando que “o novo terminal rodoviário é uma velha aspiração da população de Campina Grande, uma vez que a Rodoviária Cristiano Lauritzen construída há mais de 25 anos, tornou-se inviável para a prestação dos serviços de transporte de passageiros⁷⁰”. A inauguração constituiu-se em um evento festivo com show do cantor Genival Lacerda.

Outro destaque relevante para a época foi a construção do Parque do Povo, em maio de 1986, que serviu de espaço para abrigar as manifestações populares, encontros políticos, religiosos e o Maior São João do Mundo, festa popular de grande relevância para cidade. As obras foram iniciadas cinco meses antes de serem inauguradas na gestão do prefeito Ronaldo Cunha Lima. O **DB** tratou o ‘Forródromo’ como “a verdadeira apoteose dos festejos juninos⁷¹”.

Essas e outras conquistas que significavam moderno para a elite campinense ganharam espaço no **DB** e no imaginário do povo. Equipamentos e símbolos que possuíam características da modernização dividiram espaço no jornal no momento em que começou a luta pela industrialização já a partir da década de 1960. Campina Grande também tentou se destacar e ganhar reconhecimento no setor educacional, áreas consideradas imprescindíveis e essenciais para o desenvolvimento e formação de mão de obra qualificada de uma localidade.

⁷⁰ DB – 25.05.1985; p.8. No dia de sua inauguração, o novo terminal rodoviário da cidade contava com uma área de 104 mil metros quadrados onde 12.100m² eram de construção. O equipamento tinha 22 plataformas de embarque, nove de desembarque, 33 bilheterias e 38 lojas comerciais.

⁷¹ DB – 09.05.1986; capa.

CAPÍTULO II

ANOS 1960, A DOBRADIÇA DO SÉCULO XX: DE ENTREPOSTO COMERCIAL À TENTATIVA DE CONSOLIDAÇÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO EM CAMPINA GRANDE

O século XX foi considerado o período em que Campina Grande se desenvolveu em vários setores da economia. Desde a sua origem, o município adquiriu importância por ser considerado como entreposto comercial e estar localizado em uma posição geográfica no contato com regiões diversas, como o Sertão e o Litoral da Paraíba, além da proximidade com Pernambuco. “O comércio sempre ocupou lugar de destaque entre as atividades econômicas do município. (...) Destacava-se o algodão, ou o ‘ouro branco’, como era conhecido no ápice da cultura algodoeira no Estado”. (LIMA, 1996:34).

O algodão apareceu nas páginas do **DB** como sendo o grande propulsor da economia local durante muitos anos do século XX. Com o título “Campina Grande e sua evolução industrial”, o jornal deu destaque ao comércio da cidade equiparando-o a um grande empório do algodão, não só na Paraíba como em toda a região Nordeste, apresentando todas “as características (...) típicas da ‘cidade mercado’⁷²”. O termo o qual o jornal utilizou nessa frase – cidade mercado – tinha relação com a função que Campina Grande desempenhava enquanto centro distribuidor e absorvedor de matérias-primas e mão de obra, principalmente no que diz respeito ao algodão, e através da tradicional feira livre.

Por muitos anos, Campina Grande foi o grande centro de comercialização do algodão. Na época áurea do ‘ouro branco’, entravam na cidade muitos caminhões de algodão por dia. Os produtores do interior paraibano vinham para o município e conseguiam vender toda a carga do produto. Então, criou-se uma imensa logística espontânea e entendeu-se que Campina Grande tinha se tornado um grande centro de distribuição, até aí, várias usinas e fábricas nos diversos gêneros, que fabricavam artigos com grande demanda para o interior, se instalaram no município e Campina Grande começou a distribuir para todo o Nordeste, principalmente, na primeira metade do século passado⁷³.

⁷² DB – 11.10.1971; p.4.

⁷³ Depoimento de Buega Gadelha concedido a autora no dia 3 de fevereiro de 2011.

No entanto, o mercado algodoeiro apresentou declínio em 1962 e Campina Grande universalizou os anseios, principalmente da elite, para que o município se desenvolvesse em outro setor. Os anos 1960, para Buega Gadelha, foram considerados a “dobradiça do século XX”. Neste caso, “a indústria, campo em que os homens transformavam mais radicalmente a natureza, parecia ser uma atividade mais digna e mais relacionada ao progresso que o simples comércio ou as atividades agrícolas ou pastoris”. (AGRA DO Ó, 2006:20).

Por volta de 1960, com o progressivo declínio das atividades cotonicultoras, Campina Grande passou a perder espaço e prestígio econômico, muito embora tenha buscado afirmação em outros campos da produção, mais precisamente em atividades industriais que, sob os auspícios da Sudene, conheceu também consideráveis progressos. (CABRAL FILHO, 2007:4)

A partir da comercialização do algodão na primeira metade do século XX, o município se desenvolveu e surgiram as primeiras indústrias, que beneficiavam e prensavam o algodão, constituindo-se como as únicas indústrias da cidade até a década de 1940. Segundo o Censo Industrial do Estado da Paraíba feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos anos 40, Campina Grande contava com 87 estabelecimentos industriais, enquanto que em João Pessoa havia 96.

Na década seguinte (1950), a cidade conseguiu crescer em importância na região por causa do “acelerado processo de industrialização e à abrangência do comércio com as cidades circunvizinhas, e até com outras regiões do Nordeste”. (LIMA, 1996:34). Para se ter uma ideia, de acordo com o censo industrial da Paraíba feito pelo IBGE, Campina Grande assistira nos anos 50 e 60 ao surgimento de novas indústrias e a proliferação do número de seus estabelecimentos industriais, superando a capital político-administrativa da Paraíba, João Pessoa, cujos índices de crescimento industrial imperavam na década de 40. (OLIVEIRA & RODRIGUES, 2009: 26-27)
Ver tabela 1.

Tabela 1
Número de Estabelecimentos Industriais (1940/50/60)

Municípios	Número de estabelecimentos		
	1940	1950	1960
Campina Grande	87	93	212
João Pessoa	96	111	186

Fonte: Censo Industrial do Estado da Paraíba – IBGE

Em termos comparativos, da década de 1950 para a 1960⁷⁴, Campina Grande registrou um aumento de 127% na quantidade de indústrias instaladas na cidade. Enquanto João Pessoa apresentou um crescimento de 67,5%. Nesse período, havia uma articulação de fazer com que Campina Grande se identificasse como uma cidade moderna, próspera e que caminhava nos passos do desenvolvimento em prol da industrialização tão desejada em todo o país. A estratégia era transformar esse anseio como se fosse de toda a população, e o jornal, neste caso o **DB**, enquanto formador de opinião, tentava criar esse “clima” de cidade industrializada para poder fazer parte e conquistar um espaço no cenário nacional.

De maneira incisiva e com textos que se assemelham a publicização das informações, os leitores do **DB** se depararam entre dezembro de 1965 a janeiro de 1966⁷⁵ com a série intitulada “Uma indústria por dia⁷⁶”. Esse material serviu como ponto de partida para mostrarmos que o jornal foi mais que um incentivador da consolidação e modernização das indústrias. Conforme o

⁷⁴ De acordo com o 5º e atual presidente da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (Fiep), com sede em Campina Grande, Francisco de Assis Benevides Gadelha, conhecido por “Buega Gadelha”, o declínio do período algodoeiro aconteceu em 1962. Com o fim da época de ouro do algodão, Campina Grande começou a investir na educação, e o tripé de sustentação da economia paraibana: algodão, sisal e cana-de-açúcar, também passou a ceder espaço para um novo mosaico industrial que se implantava com os incentivos fiscais advindos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). (Entrevista concedida por Buega Gadelha no dia 3 de fevereiro de 2010).

⁷⁵ O segundo capítulo deu destaque à discussão a partir de 1965 por causa da série “Uma indústria por um dia” publicada no **Diário da Borborema**, que possui inúmeras informações ajudando-nos a contextualizar melhor o processo de industrialização e a luta desencadeada pelo veículo de comunicação em prol do desenvolvimento de Campina Grande.

⁷⁶ A série publicou a primeira matéria no dia 7 de dezembro de 1965. As seguintes foram descritas nos dias 7, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30 e 31 de dezembro de 1965. Como também 1º, 6, 13 e 20 de janeiro de 1966. No mês de dezembro, a publicação das matérias referentes a algumas indústrias instaladas em Campina Grande teve uma certa regularidade, já em janeiro, o **DB** só divulgou as empresas em quatro edições. Em duas ocasiões, dia 23 e 26 de dezembro de 1965 e 20.01.1966, o jornal republicou matérias que já haviam saído dias antes. Percebemos que além dessas indústrias citadas ao longo da série existiam outras com expressão em Campina Grande, portanto, a publicação dessas matérias também pode ter sido como forma de comercial das mesmas. Neste caso, o **DB** lançou a proposta da série e em troca do espaço no jornal, as indústrias pagariam pela publicação. Hoje, esse tipo de permuta é muito comum nas publicações de cadernos especiais sobre determinado assunto.

DB, a série deixou de ser “um simples trabalho jornalístico sob o ponto de vista da divulgação ou da publicidade, para se transformar na etapa deflagradora de uma grandiosa campanha pela rápida industrialização de Campina Grande”. (DB – 01.01.1966; p.3).

Segundo Charaudeau (2010:180), “diz-se que as mídias não têm de tomar posição, que devem mostrar neutralidade, mas sabe-se que essa neutralidade é ilusória”. Neste caso, o jornal tentou buscar com a série de matérias um efeito de verdade, fazer com que o público acreditasse que aquele contexto era o que realmente estava acontecendo em Campina Grande na década de 1960, período que foi saudado pela luta da industrialização, tanto a nível local quanto nacional. O **DB** só fez acentuar o desejo dos empresários de trazer mais indústrias e de transparecer que o município estava propício e possuía estrutura para abrigar mais empresas.

A série “Uma Indústria por Dia” não assinada pelos jornalistas do **Diário da Borborema**, entendendo-se que foi um material encabeçado pela direção jornal, sem esquecer que, pelo estilo da construção textual, há indícios de que o veículo de comunicação também utilizou do prestígio e da competência de informar para “vender” espaço como forma de publicidade. Não é à toa que o jornal descreveu algumas empresas já instaladas em Campina Grande em detrimento de outras, não foi mero acaso do destino. E principalmente nessa série, o **DB** atribuiu valor ao conteúdo com uso de adjetivos⁷⁷ e de mostrar apenas o lado positivo da industrialização em Campina Grande. “Tornar algo visível, presente é, antes de tudo, determinar-lhe valor. Significa, simultaneamente, omitir ou esquecer outros aspectos envolvidos”. (HERNANDES, 2006:23).

Comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolha das formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de *estratégias discursivas*. (CHARAUDEAU, 2010:39).

O material publicado por um período de dois meses trouxe à tona a história das empresas instaladas em Campina Grande, enfatizando as dificuldades e vitórias de cada uma; a capacidade produtiva e o nível técnico de cada estabelecimento; além do jornal tentar provar que a cidade “é

⁷⁷ Para garantir a famosa objetividade no jornalismo, os teóricos orientam que os jornalistas não devem utilizar de adjetivos e de palavras com juízo de valor para não comprometer a informação. “A objetividade é um dos recursos jornalísticos para se tentar ‘apagar’ o modo pelo qual a realidade foi filtrada a partir do sistema de valores do jornal”. (HERNANDES, 2006:30). Segundo os preceitos teóricos de se fazer um bom jornalismo, o repórter precisa convencer o público de que “ele permaneceu neutro na coleta e na apresentação da história reportada, que não se envolveu com a notícia”, para que aconteça isso, “os adjetivos são evitados. Pessoas, tempo e espaço são bem demarcados. Cede-se a palavra a entrevistados, o que cria a ilusão de situações ‘reais’ de diálogo”. (HERNANDES, 2006:34).

uma terra propícia ao triunfo das grandes iniciativas e que aqui, quem trabalha, mesmo enfrentando barreiras iniciais, alcança fatalmente grandiosos triunfos”. (DB – 01.01.1966; p.3).

Esse tipo de discurso estava intrínseco nas ideias dos intelectuais da época na formação de uma opinião de que o jornal tinha o papel de propulsor desta modernização. Momento em que a sociedade adotou valores que estavam sendo disseminados no país sobre os benefícios que a industrialização traria para uma cidade, fazendo com que mudanças estruturais alterassem o perfil da estrutura econômica e social. Havia também a necessidade de divulgar para outros estados, instituições bancárias e para a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste⁷⁸ (Sudene) o que Campina Grande já comportava, em termos de indústrias.

De certa maneira, essas matérias constituíram-se como mensageiras de uma nova conjuntura econômica que o município estava vivenciando com os incentivos à industrialização. Vale lembrar que essa série surgiu após a “abertura das portas” para as empresas estrangeiras, acelerando o crescimento da indústria nacional durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-61). “O plano deste governo foi fundamental para o crescimento industrial do país, que nos anos de 1956-1957 superou pela primeira vez o valor da produção agrícola”. (OLIVEIRA & RODRIGUES, 2009:20). Nesse período, Campina Grande já contava com a sede da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (Fiep) desde 1949⁷⁹.

Outros fatores que contribuíram para que Campina Grande alargasse a quantidade de indústrias já instaladas na década de 1960 e permitisse que o setor se desenvolvesse ainda mais foram as criações da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica⁸⁰ (Fundact), em 1957, e da Sudene⁸¹, com sede em Recife (PE), no ano de 1959. A construção do Distrito

⁷⁸ O **Diário da Borborema** enviava diariamente exemplares do jornal para a sede da Sudene, em Recife (PE), com o propósito de ampliar os investimentos nas indústrias instaladas na cidade.

⁷⁹ Campina Grande foi a primeira cidade do interior do Brasil a sediar uma Federação das Indústrias, por isso a importância de mencionar esse fato. “Nos anos pós-guerra, graças às políticas de promoção da abertura do país às importações (...), Campina Grande atraiu novos investimentos e diversas indústrias e tornou-se a cidade-palco de um acelerado processo de desenvolvimento econômico”. (OLIVEIRA & RODRIGUES, 2009:43-44). Dentro desse contexto, um grupo de industriais locais criou a Fiep no dia 17 de julho de 1949, com o objetivo de valorizar a indústria paraibana. A primeira sede da Federação funcionava no primeiro andar da Rua João Pessoa, nº 21, no centro da cidade. Naquele ano, a diretoria da Fiep era formada por Domício Velloso da Silveira (presidente); José Marques de Almeida Júnior (vice-presidente); Milton Bezerra Cabral e Jorge Gomes de Freitas (primeiro e segundo secretários); e Giuseppe Gióia (tesoureiro).

⁸⁰ Um grupo de intelectuais da cidade, influenciados pela ideologia desenvolvimentista implantada no governo de Juscelino Kubitschek, liderados por Edvaldo de Souza do Ó e Lopes de Andrade, criaram a Fundact, que foi instituída pela Lei municipal nº 48 de 28 de dezembro de 1957. A Fundação serviu de guia para os industriais locais que desejaram investir na região. No período em que funcionou na cidade, a Fundact desenvolveu atividades ligadas à indústria e ainda manteve a Faculdade de Filosofia de Campina Grande, onde formava uma nova geração de intelectuais. (LIMA, 1996)

⁸¹ A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) foi criada no dia 15 de dezembro de 1959 pela Lei nº 3.692. O

Industrial surgiu através do Decreto nº 3.491 de 31 de dezembro de 1963⁸² e também foi outro fator preponderante para aumentar o número de estabelecimentos industriais, já que ele era dotado de toda infraestrutura necessária para o funcionamento das empresas. O município também contou com o Fundo Municipal de Industrialização de Campina Grande⁸³ (Fumingra), criado em 13 de dezembro de 1963, e que foi administrado pela Companhia de Industrialização de Campina Grande⁸⁴ (Cingra), sociedade de economia mista com participação majoritária do município.

Como ávido instrumento utilizado pelos empresários para consolidar a industrialização, o **DB** publicou uma matéria com tom veemente sobre a instalação e funcionamento da Cingra em uma das salas do segundo andar do edifício Manoel Patrício, no Centro. Na ocasião, foi descrito na íntegra o discurso do diretor econômico da Companhia, o bacharel Hélio Soares. Nas palavras do diretor, a ideia de que o progresso seria consequência da industrialização estava representado na criação da Cingra. Hélio ainda unificou o desejo de industrializar a cidade citando que os empresários e os trabalhadores possuíam essa “velha aspiração”. (DB – 21.01.65; p.8).

Ao longo do discurso descrito na matéria, Hélio Soares passou a impressão de que a “industrialização é condição obrigatória e necessária para o progresso de um município, de um Estado ou de um país, pois além de aumentar as rendas para os cofres públicos, ela é capaz de

novo órgão começou a funcionar em março de 1960 e estava diretamente subordinado ao Presidente da República e sediado em Recife (PE). A atuação da Sudene esteve ligada a um Plano Diretor plurienal, tendo a primeira aprovação em dezembro de 1961, onde estavam descritos os empreendimentos e trabalhos prioritários para o desenvolvimento da região. (SUDENE, 1962)

⁸² A área inicial de 196 hectares do Distrito Industrial de Campina Grande começou a ser ocupada em 1964 com a instalação de oficinas do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs).

⁸³ O Fumingra consistia de recursos destinados a atender às necessidades de financiamento do processo industrial, proporcionando meios para ampliação e implantação de unidades fabris.

⁸⁴ O Projeto de Lei que autorizou a criação da Cingra no município foi encaminhado pelo então prefeito Newton Rique – um grande incentivador da industrialização – para a Câmara de Vereadores no dia 13 de dezembro de 1963. A Companhia estava vinculada diretamente ao município, que tinha participação de 51% das ações. A Cingra tinha o objetivo de promover medidas desenvolvimentistas no agenciamento de investimentos industriais de outras fontes para o município. Em mensagem à Câmara de Vereadores, Newton Rique justificou o projeto de criação da Cingra afirmando que apesar das ações construtivas em prol da industrialização, elevando Campina Grande como sendo um centro atrativo de novas indústrias, não estavam sendo suficientes para promover a tão sonhada industrialização. Para isso, o prefeito admitiu outra alternativa como o aumento do Imposto de Indústria e Profissão para ser empregado no fortalecimento da conjuntura econômica do município. (DB – 14.12.1963; p.8). Esse imposto estadual foi criado na gestão do presidente do Estado, Camilo de Holanda, em 1917, determinando que os contribuintes estabelecidos em Campina Grande tivessem que pagar alíquotas mais elevadas em comparação aos demais municípios da Paraíba. Essa decisão tinha caráter político, pois Camilo de Holanda pretendia “punir” a cidade por causa da briga política que tinha com o prefeito da época, Cristiano Lauritzen. Os comerciantes se uniram contra a medida e não aceitaram os desígnios governamentais. “Estavam ali, naquele ato de rebeldia, sendo lançadas as bases da Associação Comercial de Campina Grande”, que foi criada em 1926. Os empresários queriam defender a manutenção e consolidação de Campina Grande como um dos principais centros comerciais do Nordeste. (Fonte: site da Associação Comercial e Empresarial de Campina Grande – http://www.accg.com.br/?page_id=13).

resolver problemas cruciais, mormente o desemprego, que produz tantos desníveis⁸⁵”. (DB – 21.01.1965; p.8)

Como forma de atração de novas indústrias, o município também oferecia incentivos através da Lei Nº 47, de 8 de agosto de 1958, que concedia a isenção de impostos locais “pelo prazo de dez anos, às indústrias novas de produtos sem similares que viessem a se instalar no município. O que seria feito após o parecer da Fiep, certificando de que não havia indústria similar”. (LIMA, 1996:65). O benefício também foi estendido às indústrias que haviam se instalado na cidade até cinco anos de vigência da lei.

Anos depois, através do decreto nº 54.105, de 6 de agosto de 1964, foi criado outro meio de conceder financiamentos para complementar o capital de trabalho das empresas industriais que se proponham em aumentar a produção local, o Fundo de Democratização do Capital das Empresas (Fundece). Conforme informações publicadas no **DB**, “esse novo tipo de financiamento será através do Banco do Brasil, para impulsionar a indústria principalmente nos centros menos desenvolvidos”. (DB – 17.03.1965; p.8).

A Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (Fiep) tomou conhecimento do fundo durante uma visita de Cláudio José Cisneiros de Albuquerque e Jayme Fernandes de Oliveira, representantes da agência local do Banco do Brasil. O presidente em exercício da Fiep, José Carlos da Silva Júnior, foi comunicado sobre as condições preliminares para a obtenção desse novo tipo de financiamento e foi responsável em transmitir outra relevante iniciativa de concessão de crédito para as indústrias de Campina Grande.

A nível estadual, o então governador Pedro Gondim (1958/60), considerado um entusiasta da industrialização, instituiu o Fundo de Desenvolvimento Agrícola e Industrial (Fagrín) através da Lei Nº 2.031 de 8 de abril de 1959⁸⁶. “O governo estadual ainda concede a empresas em fase de instalação – através do Fundo de Desenvolvimento Agrícola e Industrial –, colaboração financeira, a partir da participação de capital e projetos de investimentos ou incremento de capital de giro”. (LIMA, 1996:64).

⁸⁵ É necessário lembrar, só para contextualizar o período detalhado acima, que o país estava sob o regime militar, que tinha como diretrizes básicas, no âmbito econômico, criar e assegurar condições para um crescimento econômico acelerado; consolidar o sistema capitalista no país; aprofundar a integração da economia brasileira no sistema capitalista internacional; e, transformar o Brasil em potência mundial, retirando-o da condição de subdesenvolvido e projetando-o como integrante do chamado Primeiro Mundo. (BRUM, 1999:322)

⁸⁶ Através da Lei nº 3.458, de 31 de dezembro de 1966, o Fagrín passou de autarquia para sociedade de economia mista.

O Estado da Paraíba ainda oferecia uma série de incentivos fiscais e financeiros para as empresas que optassem por se instalar no estado. Entre os incentivos financeiros, estava a baixa remuneração da mão de obra⁸⁷. O salário mínimo pago nos dois mais importantes polos de industrialização do Estado representava para as indústrias que aqui se instalassem uma economia de mais de 30% em relação a região Sudeste. (...) Além da baixa remuneração da mão de obra em relação a outras cidades da região Sudeste, o governo do Estado isentava de todos os impostos estaduais as indústrias de vulto econômico que viessem a se instalar na Paraíba, nos termos da Lei nº 1.564, de 25 de outubro de 1956. (LIMA, 1996:62-63).

Referindo-se aos incentivos destinados para a toda a região Nordeste, é preciso destacar a criação da Fundação para o Desenvolvimento Industrial do Nordeste (Fundinor), em 1964⁸⁸, com sede em Recife (PE) e que tinha por finalidade estimular o progresso da região através da promoção da iniciativa privada e da divulgação dos incentivos disponibilizados aos empreendimentos de caráter econômico. O **DB** de 8 de outubro de 1964 informou aos leitores ávidos pelas industrialização que o novo órgão estava sendo chamado nos círculos nordestinos de “Sudene dos Particulares”. (DB – 08.10.1964; p.6). De acordo com os estudos preliminares acerca da Fundação, o jornal ainda pontificou alguns benefícios que a Fundinor traria para o Nordeste.

A Fundação para o Desenvolvimento Industrial do Nordeste procurará incentivar, em caráter prioritário, os investimentos em pequenas e médias indústrias. Isto porque, dessa maneira, será possível a absorção de maior contingente de mão de obra, o que permitirá solucionar o problema do desemprego e oferecer ao homem do Nordeste melhores condições de vida, através de salários maiores. Entretanto, este incentivo não exclui a participação de capitais em outras indústrias rentáveis, embora automatizadas. (DB – 08.10.1964; p.6)

Segundo o **DB**, a ideia de criação da Fundinor⁸⁹ surgiu durante a visita à Confederação Nacional da Indústria (CNI) de técnicos da Agency for International Development, sediada nos Estados Unidos, que sugeriram a instituição da Fundação com verbas das federações das indústrias de todos os Estados do Nordeste, além da ajuda financeira norte-americana por meio da

⁸⁷ Em termos comparativos, o salário mínimo oferecido em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, chegava a Cr\$ 21.000, enquanto nos municípios da Paraíba, a remuneração variava de Cr\$ 13.900 a Cr\$ 11.500. (LIMA, 1996:63).

⁸⁸ A data de criação da Fundinor não foi precisa, pois a pesquisadora teve dificuldade em encontrar o dia e o mês da instituição da Fundação. No entanto, no dia 8 de outubro de 1964, o **DB** trouxe matéria discorrendo a importância e como se deu a criação da Fundinor. O **DB** também traz na edição do dia 6 de abril de 1965 que o convênio assinado pela Fundinor foi feito no dia 5 de abril de 1965, um dia depois publicou-se a matéria. Dessa forma, entende-se que os trabalhos da Fundação iniciaram logo após.

⁸⁹ Em 1966, após reformulação dos quadros administrados da Fundinor, o empresário campinense, Domício Veloso da Silveira, foi eleito vice-presidente da Fundação. Na época, o industrial fazia parte da direção da S.A. Indústria Têxtil, da Fiep e do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem do Estado da Paraíba. (DB - 24.03.1966; p. 8).

Aliança para o Progresso, para poder cumprir o programa de orientar e fomentar o aparecimento de novas indústrias no Nordeste⁹⁰.

Compreendendo a necessidade de industrializar a região, empresários nordestinos uniram-se para constituir a Fundinor, que é a primeira tentativa da empresa privada de acelerar a industrialização no Nordeste. Os governos – federal e estadual – colaboraram de maneira indireta para o aparecimento de mais indústrias na região, através da concessão de isenção de impostos e permitindo a aplicação de 50 por cento do imposto de renda em novos projetos industriais no Nordeste (artigos 18 e 34 do Plano Diretor da Sudene). (DB – 06.04.1965; p.5)

Retornando para os órgãos que foram criados em Campina Grande, a Fumingra, a Cingra e a instalação do Distrito Industrial surgiram na gestão do prefeito Newton Rique (1963/64). Em 1959⁹¹, Newton Rique já havia sido candidato a prefeito e era considerado o representante da política da industrialização na cidade. O candidato da situação foi Severino Cabral, da política “assistencialista”, que estava em vigor até então, e que tinha como lema: “Dividir, Doar e Ajudar”. “Houve quem acreditasse (...) ter sido aquela campanha o *maior acontecimento político ocorrido em Campina Grande*”. (AGRA DO Ó, 2006:57). Havia uma distinção entre os candidatos a prefeito a partir de suas identificações com modelos de riqueza ou pobreza, onde um se aproximava das elites, neste caso seria Rique, e o outro dos pobres (Cabral). Newton Rique foi derrotado em 1959, mas retornou à disputa em 1963 e apresentou o mesmo projeto da eleição anterior, mas com reformulações, intitulado-o “Plano de Ação”. O da campanha anterior foi chamado de “Revolução da Prosperidade”. Meta por excelência do novo administrador eleito em 1963, a industrialização teve lugar de destaque no projeto de governo de Newton.

As três metas principais estipuladas no “Plano de Ação” foram: 1) Atrair para Campina Grande investimentos industriais de maior porte; 2) Amparar e ajudar a pequena indústria e

⁹⁰ O assunto foi estudado desde março de 1964 pelos representantes das federações das indústrias. A criação da Fundinor foi aprovada com unanimidade e comunicada com a Agency for International Development. As primeiras providências tomadas foram a instalação da sede em Recife e dos primeiros escritórios no Rio de Janeiro e São Paulo. (DB – 18.10.1964; p.6)

⁹¹ Durante a campanha de Newton Rique e Severino Cabral em 1959, de forma explícita através das matérias divulgadas no **DB**, o jornal se expôs a favor da vitória de Rique e consequentemente da industrialização, já que o candidato era um ávido representante do progresso de Campina Grande através da instalação de indústrias na cidade. Títulos como “Ou Campina acaba com o ‘Severinismo’ ou o ‘Severismo’ acaba com Campina”, (01.07.1959); “Newton Rique o melhor candidato”, (21.09.1959); “Cabral sentindo-se derrotado: pleiteia abatimento de 50% das dívidas”, (23.09.1959); “Cabral teria recebido um milhão de cruzeiros”, (26.07.1959); “Como eles encaram a derrota”, (26.07.1959); “Newton Rique – o melhor candidato ao governo de Campina Grande”, (30.07.1959); “Nunca foi tão fácil escolher os melhores: do gabarito de Juscelino e Pedro Gondim”, (30.07.1959); “Estamos tranquilos quanto ao resultado das urnas de domingo”, (31.07.1959); “Quanto custa aos cofres públicos a família Cabral”, (01.08.1959); entre outros. O **DB** já trazia a vitória de Newton Rique como certa. Nesse período de campanha também percebeu-se muitos anúncios publicados no jornal em favor de Cabral.

artesanato; e 3) Fortalecer a estrutura econômica do Município⁹². Durante a sua gestão, vários objetivos de fortalecer a industrialização foram concretizados, como a criação da Secretaria de Indústria e Comércio, que visava fornecer infraestrutura adequada para novas indústrias e “até ajudar na elaboração de projetos junto aos investidores interessados em implementar qualquer tipo de projeto para o desenvolvimento da cidade, com especial atenção para os projetos na área industrial”. (LIMA, 1996:46). E como forma de incentivo à industrialização, Newton Rique criou a Fumingra e a Cingra, além de ter se articulado com o Estado para concretizar a instalação do Distrito Industrial em Campina Grande.

“É nesse cenário de possibilidades de crescimento econômico da cidade que os campinenses assistem, desesperados, a mudança no seu projeto de industrialização em decorrência da política econômica implementada (...) após o golpe militar de 1964”. (OLIVEIRA, 2005a:64). Um ano após ganhar a eleição de 1963, Newton Rique foi cassado e o vice, Williams Arruda, assumiu o governo municipal. Apesar de Williams não ter compactuado com os mesmos ideais, ele continuou “com a política desenvolvimentista iniciada por Newton Rique e até inova em alguns setores, quando procura diversificar mais os investimentos públicos, investindo tanto em infraestrutura básica, como na garantia de mão de obra qualificada”. (LIMA, 1996:49).

2.1. Série “Uma Indústria por Dia”: desenvolvimento a passos largos?

As mídias, ao relatarem um acontecimento, segundo Charaudeau (2006), constroem uma representação que toma lugar da realidade, neste caso, o **DB** tentou reforçar a ideia de que se Campina Grande não desenvolvesse e ampliasse o parque industrial a cidade parava⁹³. Baseando-se na premissa de que “a informação é o que é possível e o que é legítimo mostrar, mas também o que devemos saber, o que está marcado para ser percebido” (MOUILLAUD, 2002:38), o **DB** tentou unir forças para alavancar o setor industrial da cidade a partir da década de 1960. O jornal não tinha a pretensão de resolver sozinho “este problema” como estava exposto na edição do dia 1º de janeiro de 1966, mas ele tinha a certeza que contribuiria decisivamente para a formação de

⁹² DB – 28.07.1963; p.3. Suplemento Especial

⁹³ DB – 01.01.1966; p.3

uma consciência coletiva que unificasse as atividades isoladas dos setores para exercer influência no encaminhamento e solução dessa problemática⁹⁴.

No período em que foi publicada a série “Uma indústria por Dia”, Campina Grande tentava promover os produtos industriais, incentivar as indústrias locais e atrair novos investimentos para a cidade. Segundo Lima (1996), a indústria campinense⁹⁵ se desenvolvia a passos largos em 1965, ano em que foi divulgada a série, e “já empregava mais que o comércio”, com 16.425 trabalhadores, enquanto o setor comercial tinha 14.733 pessoas. “E os projetos para a industrialização na cidade continuavam sendo aprovados pela Sudene” naquele ano. (LIMA, 1996:68). Ainda conforme Lima (1996), o período de maior aprovação de projetos para o município foi entre 1965 e 1967.

Muitas indústrias descritas na série foram instaladas em Campina Grande sem os incentivos da Sudene, mas tiveram projetos aprovados para modernização ou ampliação anos depois. O primeiro estabelecimento industrial a ser detalhado pelo jornal foi a “Indústria de Celulose e Papel da Paraíba S.A. – Ipelsa⁹⁶”, fundada em 4 de janeiro de 1960. Assim como a Ipelsa, outras indústrias se instalaram “no bairro industrial da cidade”, neste caso, o bairro de Bodocongó⁹⁷. “O grande e antigo reservatório de água da cidade, que ao lado do Açude Velho foi responsável pela sobrevivência de Campina Grande como aglomerado humano”, serviu como fator de implantação e fixação de várias fábricas na cidade⁹⁸. No entanto, o açude de Bodocongó apresentou elevado teor de salinidade e a água se tornou imprópria para o consumo humano. E “a partir dos anos 1920 instalaram-se junto a este reservatório uma indústria têxtil e alguns curtumes”. (CABRAL FILHO, 2007:41).

⁹⁴ DB – 01.01.1996; p.3

⁹⁵ Hoje, a indústria mais antiga em funcionamento em Campina Grande é a Refinaria de Óleos Vegetais S/A (Rovsa), que tem como presidente e acionista majoritário desde 1974, Francisco de Assis Benevides Gadelha (Buega Gadelha), atual presidente da Fiep em Campina Grande. A firma foi criada em 1948 pelo mesmo fundador da Ipelsa, Clóvis Matos. A refinaria se localiza na Rua Portugal, 600, em Bodocongó, Campina Grande. (Depoimento de Buega Gadelha concedido a autora no dia 3 de fevereiro de 2010).

⁹⁶ A Ipelsa começou a operar com um capital de 15 milhões de cruzeiros, alcançando a casa dos 543 milhões em 1965. “A Ipelsa produz todos os tipos de papel utilizados para embrulhos, empregando matéria-prima regional, como bagaço de cana, bucha de sisal e também aparas de papel”. A direção era composta por Artur Monteiro e Helvetti Cruz. (DB – 07.12.1965; p.30).

⁹⁷ O açude de Bodocongó foi originalmente criado por conta da escassez de água na região, uma vez que o Açude Novo e o Açude Velho já não estavam suprindo as necessidades da população. Além do mais, o Açude de Bodocongó fica muito distante dos Açudes Novo e Velho, podendo abastecer gente que morava muito longe do centro da cidade. Cabral Filho (2007:41) corrobora afirmando que a obra foi realizada pelo governo federal e inaugurada em março de 1917, com o objetivo de abastecer a população campinense, “uma vez que a demanda por água crescia em consonância com o crescimento populacional de Campina Grande”.

⁹⁸ DB – 07.12.1965; p.3

Segundo Lima (1996), a área de 5.760.00 m² onde estava instalada a Ipelsa foi doada pelo município através do Projeto de Lei Nº 1/63 em 22 de janeiro de 1963, durante a gestão do prefeito Severino Cabral (1959/63). O discurso de que Campina Grande era a “capital do trabalho” foi exaltado novamente na série do **DB**. O jornal pretendia disseminar a ideia de que o município era “um exemplo notável para aqueles que desejam produzir” seguindo o exemplo das conquistas da Ipelsa⁹⁹, que escoava produção de Alagoas até o Pará¹⁰⁰.

Para finalizar a matéria sobre a Ipelsa de forma positiva, o jornal expôs a seguinte afirmação: “como se vê, a Indústria de Celulose e Papel da Paraíba, pelo dinamismo dos seus dirigentes e por sua incontida ânsia de progresso, é uma das empresas mais representativas do parque industrial de Campina Grande¹⁰¹”.

No mesmo compasso de matérias com tom elogiativo, a segunda indústria detalhada foi a “Móveis de Aço Vigia” criada em 1957, mas teve o nome mudado para “Metalúrgica Vigia S.A.¹⁰²” em 1962. “A referida fábrica (sem similar no Estado na sua especialidade), é uma demonstração evidente do espírito empreendedor dos campinenses posto que, compete galhardamente com várias e importantes indústrias do Sul do País na fabricação de ferro”. Segundo o jornal, os produtos fabricados pela Metalúrgica Vigia, entre eles toda a linha para escritório (cofres, birôs, fichários, armários, prateleiras, balcões, mesinhas para telefone, estantes), tinham larga aceitação na região Nordeste.

Em 1965, a empresa tinha como dirigentes João Assis Pereira de Melo (diretor gerente, acumulando as funções de presidente) e Araken Barbosa de Farias (diretor comercial). Assim como as outras indústrias, o **DB** fazia questão de frisar que a indústria destacada na série possuía grande representação no parque fabril da cidade. Isso acontecia porque o jornal valorizava e incentivava as indústrias já instaladas e as que pretendiam se firmar no município. “A ‘Metalúrgica Vigia S.A.’, por seu pioneirismo, por sua singularidade e especialmente pela boa

⁹⁹ Na matéria sobre a Ipelsa, o jornal afirmou que a indústria também recebeu incentivos da Sudene através de um projeto de financiamento e ampliação da capacidade de produção da fábrica. Segundo os dados referentes aos projetos industriais aprovados pela Sudene, a Ipelsa recebeu incentivos com o projeto de reformulação financeira em 1966. Já em 1976, a indústria também foi beneficiada com o projeto de ampliação.

¹⁰⁰ DB – 07.12.1965; p.3

¹⁰¹ DB – 07.12.1965; p.3

¹⁰² No ano em que foi publicada a série (1965), a fábrica trabalhava com 16 operários, abrangendo as seções de fabricação, acabamento e embalagem. A Metalúrgica Vigia também solicitou projeto de financiamento ao Banco do Nordeste para aprimorar a linha de produção da fábrica. (DB – 10.12.1965; p.3).

qualidade dos produtos que fabrica, (...), merece, portanto, o estímulo dos organismos de financiamento”. (DB – 10.12.1965; p.3).

Já a Indústria e Comércio de Óleos Vegetais “Medeiros, Cirne & Cia¹⁰³” foi fundada em maio de 1953 e produzia óleo bruto para ser vendido às refinarias da Paraíba e de outros Estados. Mais uma vez o jornal ressaltou que essa indústria recebia incentivos da Sudene e também estava localizada no bairro de Bodocongó. Mesmo elogiando o desenvolvimento das indústrias até então instaladas na cidade, o **DB** também apresentou as dificuldades que as indústrias de óleos de Campina Grande e de todo o interior paraibano estavam enfrentando por causa da concorrência dos estados vizinhos.

Para o jornal, deveria haver solução para esse problema, já que o “desenvolvimento da indústria de óleos vegetais de Campina Grande é um dever inafastável de todos aqueles que compreendem o quanto representa o parque fabril campinense no conjunto de fatores determinantes da permanência desta cidade como capital econômica regional”. (DB – 11.12.1965; p.3).

Com o título “Calçados Marconi: produtos de larga aceitação em todo o país”, o jornal publicou no dia 12 de dezembro de 1965 mais uma matéria sobre uma indústria destacando que a Valdemar Oliveira & Cia., firma proprietária da “Fábrica de Calçados Marconi”, era uma das mais sólidas empresas do parque industrial campinense e uma das maiores empresas de calçados do Nordeste, instalada na cidade em dezembro de 1961. Conforme informações contidas no **DB**, a Fábrica Marconi estava capacitada a produzir mais de dois mil pares de sapatos¹⁰⁴ por semana e o capital da firma em 1965 era da ordem de 40 milhões de cruzeiros.

A Calçados Marconi não estava instalada no bairro industrial da cidade, Bodocongó, mas sim na rua Barão do Abiaí, que ficava no Centro. O edifício foi construído com a ajuda do Banco do Nordeste através de um empréstimo. A fábrica empregava cerca de 50 operários e tinha clientes espalhados por várias cidades do Nordeste, tendo como maior volume de vendas as capitais Rio de Janeiro, Salvador, Fortaleza, Belém e Manaus. A empresa era dirigida por Valdemar Oliveira.

¹⁰³ Considerada pelo jornal como uma das principais fábricas campinenses no setor na década de 1960, a indústria tinha como sócio Cícero Patrício. (DB – 11.12.1965; p.3)

¹⁰⁴ A Marconi se especializou em calçados para “senhoras”, com estilo ‘Luiz XV’ e variados tipos de sapatos de salto baixo. “O cuidado na confecção e no acabamento dos artigos que produz tem conquistado uma justa fama para os calçados Marconi”. (DB – 12.12.1965; p.3)

Segundo Campos (1995, apud OLIVEIRA e PEREIRA NETO, 2009:64), a indústria calçadista teve como marco inicial a década de 1940 a partir das cidades localizadas no Sertão, a exemplo de Cajazeiras, mas depois se estendeu por João Pessoa, Campina Grande e Patos. “Tratava-se de um segmento industrial bastante tradicional, baseado em pequenas e médias empresas. Esse perfil, no entanto, começará a mudar a partir dos anos 1960, com os resultados da política adotada com a Sudene”. (CAMPOS, 1995, apud OLIVEIRA e PEREIRA NETO, 2009:64).

Assim como a Metalúrgica Vigia, a empresa “Geraldo Dias & Cia”¹⁰⁵ também se especializou no setor de manufaturas de ferro. Responsável por fabricar estruturas metálicas, tanques, caçambas, portas de aço, grades, portões, janelas e basculantes, os serviços da “Geraldo Dias” foram utilizados em muitas edificações que possuíam arquitetura moderna em Campina Grande, tais como, a Estação Rodoviária Cristiano Lauritzen e o edifício sede de Irmãos Vilarim Meira S.A., que ficava na avenida João Suassuna, ambos no Centro. Já no setor de janelas e portas de ferro, muitas construções também utilizaram os produtos de ferro, entre eles os edifícios João Rique e Manoel Patrício e os Clubes Médico Campestre e do Trabalhador.

Com cerca de 20 operários trabalhando no setor de fabricação, a firma produzia mensalmente mais de dez toneladas de ferro e conquistou clientes nos estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão e Pernambuco. A firma era constituída pelos empresários paraibanos Geraldo Dias e Genaldo Ribeiro Dias.

Vale destacar que a partir da década de 1960, o Nordeste registrou um expressivo crescimento econômico, impulsionado principalmente pelos incentivos fiscais e concessão de crédito feitos através da ação governamental, como também investimentos privados. Tudo isso possibilitou que atividades como a indústria se desenvolvessem e ganhassem mais espaço no ambiente econômico regional. “Dentro desse contexto, destaca-se o papel desempenhado pela Sudene, que nos anos 1960 e 1970, incentivou e organizou distritos industriais nas capitais e principais cidades e incentivou a implantação de novas indústrias e/ou a modernização das já existentes”. (ALVES & SILVA JÚNIOR, 2009:37).

Em muitas matérias que foram publicadas na série “Uma indústria por Dia”, o **DB** tentava exaltar o “lugar” de Campina Grande no contexto da região Nordeste. Até a década de 1950, o

¹⁰⁵ A Geraldo Dias & Cia foi criada em 1951, antes mesmo da Metalúrgica Vigia (1957). (DB – 14.12.165; p.3)

Nordeste era considerado uma região periférica, enquanto o Sudeste do país mantinha um desenvolvimento econômico em todos os setores. “Em 1956, por exemplo, o produto interno do Centro-sul era de 11,2 milhões de dólares. No Nordeste, era de 1,8 milhões, ou seja, seis vezes menor. O produto per capita no mesmo ano era de 303 dólares no Centro-sul e de 96 dólares no Nordeste”. (LIMA, 1996:13). Essa diferença regional veio à tona durante o governo de Juscelino Kubitschek. “Foram muitos os debates e os seminários organizados na região, com objetivo de reverter o quadro de atraso econômico, político e social em que se encontrava a região”. (LIMA, 1996:13).

O marco inicial para que fosse concretizada a mudança político-econômica no Nordeste foi o I Encontro dos Bispos do Nordeste, realizado em maio de 1956¹⁰⁶, em Campina Grande. “O Encontro tratou eminentemente de política econômica” e “reuniu as mais renomadas autoridades do país e os principais intelectuais e conhecedores dos diversos setores da sociedade. (...) No encerramento do encontro esteve presente o Presidente da República, Juscelino Kubitschek”. (LIMA, 1996:14).

Em meio a esse contexto favorável para instalação de indústrias em Campina Grande, em 1965 foi fundada a “Indústria de Máquinas e Implementos Agrícolas Criador S.A.”¹⁰⁷ (IMAC). A indústria produzia pás, enxadas de cultivador, carro de mão, escariador e cultivador, escoando os produtos para toda a região Nordeste e também para o Amazonas. “A IMAC contribui decisivamente para colocar nas mãos dos agricultores e dos administradores públicos, os instrumentos imprescindíveis a supressão dos métodos arcaico de tratamento da terra, impulsionando (...) o aumento da produção (...) da agricultura nordestina¹⁰⁸”.

¹⁰⁶ Ainda em 1956 foi criado pelo governo federal o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) no dia 14 de dezembro com o objetivo de fazer um estudo exaustivo da região e das atividades e dispêndios federais efetuados. Outros eventos também foram realizados após a criação do GTDN com o intuito de diminuir os desequilíbrios regionais. “A conjunção de fatores políticos e sociais, que ganham concreção com o diagnóstico do GTDN, leva o Presidente da República a propor a criação de um órgão de planejamento regional – a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste”. (OLIVEIRA, 2005a:58). Outra iniciativa importante foi o Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste, promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), que aconteceu em Garanhuns (PE), de 25 de abril a 3 de maio de 1959. Na ocasião, foram discutidos os problemas gerais da região e o industrial. “Apesar destas preocupações da iniciativa privada, não se pode negar que a política traçada no sentido de atacar as desigualdades regionais foi principalmente do governo. Primeiro, através do GTDN e, posteriormente, via SUDENE”. (LIMA, 1996:20)

¹⁰⁷ Na série, o DB destacou que as máquinas utilizadas na fabricação dos implementos produzidos pela IMAC foram construídas na própria empresa, a maioria delas idealizada e fabricada pelo conhecido mecânico campinense Luiz Azevêdo. “Esta ocorrência diz muito bem do arrojo e da capacidade de realização do povo desta progressista cidade”. (DB – 15.12.1965; p.3)

¹⁰⁸ DB – 15.12.1965; p.3

A empresa¹⁰⁹, conforme descrição na matéria publicada na série “Uma indústria por Dia”, estava engajada com a luta pelo desenvolvimento sócioeconômico da região nordestina. Através da publicação de discurso favorável e incentivador de investimentos, o **DB** aproveitou a oportunidade para reforçar que a IMAC merecia apoio dos poderes públicos, pois “sua contribuição ao desenvolvimento do Nordeste é inegável e somente com a compreensão das autoridades governamentais em todos os seus âmbitos (municipal, estadual e federal), é possível atingir plenamente as suas reais finalidades”. (DB – 15.12.1965; p.3).

Com o objetivo de desenvolver as atividades, a IMAC também solicitou um financiamento na ordem de 380 milhões de cruzeiros à Sudene, Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e ao Fundo Agrícola e Industrial (Fagrín). Assim como as demais indústrias que solicitaram apoio aos órgãos financiadores do Nordeste, a IMAC pretendia ampliar a capacidade de produção e lançar outras linhas de fabricação. Outra meta que o jornal pretendia alcançar com esta série era que o empréstimo também fosse aplicado às despesas de mudança da empresa que ficava na rua Duque de Caxias, no bairro da Prata, para o Distrito Industrial.

Como forma para conseguir a liberação do empréstimo, a IMAC divulgou no jornal outros benefícios que a empresa e a cidade teriam com esse dinheiro. “As transformações que serão introduzidas depois da liberação dessa importante ajuda, a IMAC admitirá em seus quadros cerca de 80 operários especializados, aumentando (...) o número de seus empregados e (...) contribuindo para a absorção de mão de obra”. (DB – 15.12.1965; p.3).

A “Indústria Artefatos de Metais Sanca S.A.”¹¹⁰, inaugurada no dia 1º de setembro de 1961, também estava empenhada em promover a indústria nordestina. Considerada pela elite local uma das maiores empresas de Campina Grande e do Estado, a Sanca, com sede na rua João Suassuna, no centro de Campina Grande, produzia pregos, grampos para cerca, parafusos, tachas, entre outros produtos de metais. A zona de comercialização dos produtos se estendia da Bahia ao Amazonas; e nas capitais e principais cidades dos estados compreendidos naquela área, a firma mantinha agentes e representantes autorizados.

Por ser a máquina o instrumento fundamental na economia capitalista, o quadro de operários da Sanca era de 32 com cada trabalhador sendo utilizado em um conjunto de oito

¹⁰⁹ A IMAC tinha como presidente, Jeová Nunes de Matos; Mauro Nunes Pereira (superintendente); Raimundo Nunes Pereira (diretor comercial) e Rodrigo Nóbrega Araújo (diretor industrial). (DB – 15.12.1965; p.3)

¹¹⁰ DB – 16.12.1965; p.3

máquinas de fabricação de pregos ou de chuleadeiras. Muitas máquinas usadas na firma eram construídas na própria empresa, “em uma demonstração inequívoca da capacidade realizadora dos mecânicos locais¹¹¹”, outras tinham procedência alemã. Como carro-chefe das empresas estavam Walter Maia Camboim (diretor-presidente) e Inácio Loiola de Brito (diretor-gerente).

Um ano depois de instalada a Sanca, a “Indústria e Comércio de Ladrilhos Campinense”¹¹² foi inaugurada em fevereiro de 1962 na rua Aprígio Veloso, no bairro de Bodocongó, mas também mantinha escritório na rua Eptácio Pessoa, no Centro, que servia como mostruário completo da firma e também vendia materiais de construção fabricados por outras empresas, tais como azulejos e conjuntos sanitários.

Uma média de 15 operários trabalhava na indústria e fabricava ladrilhos para piso (mosaicos), lavatório para cozinha em granito, além de revestimento para paredes. A produção era escoada para os estados de Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte. As vendas também seguiam para João Pessoa, Campina Grande e demais cidades do interior da Paraíba. A empresa precisava de incentivos para continuar progredindo e o jornal foi o porta-voz desse desejo da firma. De “comprovada capacidade administrativa”, Valdemar Brito (proprietário) merecia “toda a cooperação por parte dos poderes públicos e dos órgãos de financiamento que opera no Nordeste, a fim de que possa conseguir os recursos imprescindíveis ao desenvolvimento de suas atividades”, visto que, “do pioneirismo e do arrojo desses empreendedores é que se constrói a grandeza de uma Região”. (DB – 17.12.1965; p.3).

Uma das mais flagrantes peculiaridades do parque industrial de Campina Grande é o pioneirismo. A maioria dos nossos capitães de indústria começou da estaca zero e chegou às culminâncias dos triunfos consecutivos e definitivos, produzindo artigos sem similar no Estado e muitas vezes na Região. (DB – 18.12.1965; p.3)

Foi com essa expressão que o **DB** descreveu a abertura da matéria sobre a “Indústria Yvel LTDA”¹¹³, “uma firma que marcha a passos largos no caminho do progresso¹¹⁴”. Criada em julho de 1962, a Yvel produzia cata-ventos, bombas aspirantes para poços tubulares e armadores de

¹¹¹ DB – 16.12.1965; p.3

¹¹² O proprietário da Indústria e Comércio de Ladrilhos Campinense era Valdemar Brito. (DB – 17.12.1965; p.3)

¹¹³ A Yvel tinha como sócios João Vieira Filho e Eliphaz Levy Ribeiro.

¹¹⁴ DB – 18.12.1965; p.3

rede¹¹⁵. Vale ressaltar que a indústria foi a “primeira organização em toda a região Norte-Nordeste a produzir cata-ventos em ritmo industrial, permanecendo ainda sem concorrente em toda esta vasta área do País” até 1965. (DB – 18.12.1965; p.3).

A Yvel possuía duas oficinas na avenida Rio Branco, Centro, e na rua Montevideu, na Prata, mas já havia adquirido um terreno na rua Aprígio Veloso, em Bodocongó, com uma área total de 960 metros quadrados, para onde pretendia se instalar, já que o bairro era considerado o parque industrial de Campina Grande por causa do açude de Bodocongó, que juntamente com o Açude Velho¹¹⁶, tiveram um papel importante na história da industrialização em Campina Grande, pois “constituíram-se durante algumas décadas fontes supridoras de água utilizada no processo produtivo das mais tradicionais empresas campinenses¹¹⁷”. Por conta disso foram implantados próximos a essas reservas vários estabelecimentos fabris ligados a diversas atividades como a têxtil, óleos vegetais, curtumes, descaroçamento e prensagem de algodão e fábrica de papel. (DB – 11.10.1971; p.4)

Mais uma vez o **DB** serviu de intermediário da indústria para que os órgãos públicos contribuíssem e apoiassem o desenvolvimento da Yvel. Segundo informações contidas na matéria, a empresa trabalhava em um “setor decisivo para o desenvolvimento econômico do Nordeste e sua existência em Campina Grande é uma honra para a nossa cidade e para a Paraíba, especialmente quando se sabe que ela não tinha concorrente até 1965 (*grifo meu*) em nenhuma localidade da área Norte-Nordeste”. (DB – 18.12.1965; p.3).

O jornal ainda afirmou que “o desdobramento das atividades da Yvel interessa intimamente ao progresso de Campina Grande, porque além de diversificar e aprimorar a sua produção, contribuindo para o enriquecimento do parque fabril da cidade, a Yvel admitirá novos operários especializados”, que em 1965 eram 18 trabalhadores, “absorvendo parte da mão de obra ociosa existente em nossa região”. (DB – 18.12.1965; p.3).

¹¹⁵ A produção média mensal da Yvel era de 30 cata-ventos; 20 bombas manuais; seis motores e 1.800 pares de armadores. Os armadores eram vendidos em Campina Grande, já os cata-ventos eram comercializados, sob encomenda, à Sudene e à Companhia Nordestina de Sondagens e Perfurações (Conesp), empresa subsidiária da Sudene; ao Ministério de Minas e Energia; Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e a particulares. (DB – 18.12.1965; p.3)

¹¹⁶ O Açude Velho foi construído em 1828 e passou quase um século sendo o único reservatório artificial de água na região, juntamente com o de Bodocongó. “Sua construção foi consequência da seca de 1824/28, que assolou o Nordeste, sua conclusão deu-se em 1830, custando aos cofres públicos um conto de réis. (...) Numa tentativa de solução para o abastecimento d’água, foi construído, em 1866, o Açude Novo. Em 1925, foi construído o Açude de Puxinanã e com ele uma adutora (...) com a extensão de 13.000 metros, que ia até o reservatório de Monte Santo”. (FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO, 1984:33-34).

¹¹⁷ DB – 11.10.1971; p.4

Vários fatores econômicos, como a pujança comercial, matéria-prima abundante e vasta rede bancária, levaram a “Fábrica de Calçados Bambini”¹¹⁸ a transferir sua sede de Timbaúba (PE) para Campina Grande, no dia 31 de agosto de 1963¹¹⁹. Como a inauguração da empresa aconteceu em um sábado, o **DB** publicou na capa uma matéria intitulada “Indústria de calçados ganha mais uma fábrica em Campina: Bambini” no dia 3 de setembro daquele ano exaltando o setor na cidade que estava “em franco desenvolvimento, tanto na quantidade como na qualidade. Realmente, em nossa cidade já se fabricam calçados que podem se rivalizar aos das grandes fábricas do Sul do País¹²⁰”. O jornal sempre tentava engrandecer os produtos fabricados no município para que os artigos conseguissem concorrer de igual para igual com as indústrias localizadas no Sudeste e Sul. Isso também serviu para mostrar que o Nordeste, especificamente Campina Grande, estava acompanhando o ritmo da modernização e já podia se igualar com outros centros.

Segundo Lima (1996:41), “a importância da cidade não era medida apenas por seu comércio, pois estavam estabelecidos na cidade 16 bancos¹²¹ (incluindo cooperativas que funcionavam como bancos), sendo nove deles com matrizes na cidade”. Esse crescimento no número de estabelecimentos bancários foi registrado em 1962, um ano após a aprovação do Primeiro Plano Diretor da Sudene. “Campina Grande era uma das cidades mais promissoras e uma das que mais crescia em toda a região. O município havia se transformado de simples entreposto comercial do final dos anos 30, em uma cidade com importância fundamental para todo o Estado e até para Estados vizinhos”. (LIMA, 1996:41). A atividade se desenvolveu com a instalação de curtumes de Manoel Motta¹²² e de Vilarim Meira¹²³, em Campina Grande, a partir da década de 1930.

¹¹⁸ A Bambini operava sob a razão social de Vilarim. Pimentel & Cia. e tinha como sócios José da Costa Pimentel, Orlando Vilarim e Valdecir Vilarim. O capital registrado era de dezesseis milhões de cruzeiros. (DB – 19.12.10; p.3).

¹¹⁹ A fábrica funcionava na Rua Almeida Barreto, no bairro São José, em Campina Grande.

¹²⁰ DB – 19.12.10; p.3

¹²¹ Os bancos e cooperativas que possuíam matrizes eram: Banco Industrial de Campina Grande S/A; Banco do Comércio de Campina Grande S/A; Banco Auxiliar do Povo S/A; Cooperativa Banco Mercantil LTDA; Cooperativa Banco Agrícola de Campina Grande LTDA; Cooperativa Agrícola de Campina Grande LTDA; Cooperativa Central de Crédito da Paraíba; Cooperativa Agrícola da Borborema LTDA; e Cooperativa Rural de Investimentos LTDA. Já as filiais ou agências de crédito eram: Banco do Brasil S/A; Banco Industrial de Campina Grande S/A (Agência Mercado); Banco Industrial de Campina Grande S/A (Agência Rua João Pessoa); Banco da Lavoura de Minas Gerais S/A; Caixa Econômica Federal; Banco do Nordeste do Brasil S/A; Banco Magalhães Franco S/A; Banco do Povo S/A; Banco Nacional do Norte S/A; e Banco do Comércio de Campina Grande S/A (Agência Mercado).

¹²² A entrevista de um dos fundadores do Curtume da família Motta, Luiz Francisco da Motta – que, juntamente com Manoel Francisco Motta e João Francisco da Motta criaram o empreendimento –, está no livro de Dinoá (1993) e faz referência ao período

A Bambini produzia calçados para mulheres e crianças. Com capacidade para fabricar 15 mil pares de calçados por mês, a empresa só fabricava cerca de 4.800 pares. Um dos sócios da empresa, José Pimentel, afirmou à equipe de reportagem do **DB** que a manutenção de um terço da capacidade da fábrica foi “motivada pela retração do mercado nordestino no que diz respeito ao consumo dos produtos da região, uma vez que o povo, usando tradicionalmente os calçados fabricados no Sul do País, não acredita na boa qualidade dos artigos regionais”. (DB – 19.12.1965; p.3). Mesmo assim, ele garantiu que os produtos da Bambini tinham beleza e durabilidade com preços acessíveis. As vendas eram direcionadas às principais cidades do Nordeste e do Rio de Janeiro, mas com 70% da produção comercializada em Recife (PE).

Devido ao período favorável de concessão de incentivos, a Fábrica Bambini também aproveitou o espaço do jornal para pleitear isenção do imposto de vendas e consignações, “uma vez que está perfeitamente enquadrada nos requisitos que integra a lei que concede o referido incentivo a determinadas empresas paraibanas. (...) O que lhe dará maiores condições para a sustentação da concorrência com as indústrias do Sul do País¹²⁴”.

A concorrência com as indústrias do Sul do país mais uma vez foi citada na matéria que sucedeu a da Fábrica Bambini. Neste caso, a série destacou a “Artefatos de Borracha Auto Peças”¹²⁵ (ABAP), que segundo o **DB**, era uma indústria “que eleva o conceito de Campina Grande como centro industrial e merece a simpatia do povo, das autoridades, e dos mecanismos desenvolvimentistas da Região, não só pelo seu pioneirismo, (...) mas (...) por sua coragem, concorrendo com poderosas empresas paulistas¹²⁶”. A questão da concorrência com o Sudeste do país foi mais uma vez articulada no jornal em função do desejo de impor para os campinenses e

em que foi instalado o curtume, em 1926. Segundo Luiz Motta, na época em que ele e os demais irmãos chegaram para morar em Campina Grande não havia quase indústria e nem máquinas. “O processo da ‘Curtição do Couro’ era feito por mulheres batendo na casca do angico, machucando para poder curtir a sola”. (DINOÁ, 1993:144). E a maior dificuldade encontrada pela família Motta era o transporte e as estradas, além do apoio financeiro do governo que eram as mínimas possíveis. Luiz Motta também citou que a concorrência com o Sul do país era grande, e os produtos produzidos em Campina Grande eram comercializados a nível local mesmo. No entanto, “a melhor época foi a de 1940 a 1954, por aí assim. Na época da Guerra, nós exportamos muito para os Estados Unidos. Foi realmente a melhor fase que se pode considerar de ouro nesse ramo”. (DINOÁ, 1993:146). Em 1981, o curtume encerrou as atividades. Com a desapropriação do terreno por parte da prefeitura municipal, o local foi transformado em um centro de entretenimento, chamado Parque da Criança. No local ainda é preservado a chaminé da indústria.

¹²³ Já o Curtume Vilarim foi instalado nas proximidades do açude de Bodocongó.

¹²⁴ DB – 19.12.1965; p.3

¹²⁵ A Artefatos de Borracha Auto Peças foi organizada em 1963 por Walfredo Tito de Sousa. A razão social de Walfredo Tito & Cia. data de 15 de julho de 1964 e também participavam da firma Walter Wanger de Sousa e Wayner Walker de Sousa, além do fundador e proprietário Walfredo Tito. Em 1965, o capital da indústria totalizava 15 milhões de cruzeiros. (DB – 20.12.1965; p.3)

¹²⁶ (DB – 20.12.1965; p.3)

órgãos públicos a regularidade da compra de produtos fabricados pelas indústrias locais, já que os artigos, segundo o **DB**, possuíam tamanha qualidade e merecimento de comercialização.

O prédio da ABAP ficava na Rua 24 de Maio, no bairro do Tambor, e produzia borrachas de vários tipos, tanto para veículos como também para acoplamentos de bombas de irrigação usadas na agricultura e na indústria. Com capacidade para produzir uma média de seis mil unidades de cada borracha da linha Willys e cerca de mil unidades das demais peças, mensalmente, o jornal elogiou a indústria afirmando que “os artigos produzidos pela ABAP estavam (...) se projetando diariamente no conceito dos proprietários de veículos e consequentemente dominando novos mercados”. As vendas maiores eram feitas na Paraíba, Pernambuco e Ceará, porém, o produto também era comercializado nos demais estados do Nordeste.

A firma havia contratado “um viajante para trabalhar nos Estados da Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro e os primeiros pedidos oriundos daquela região já estão chegando e alguns já foram despachados”. (DB – 20.12.1965; p.3). Com certa regularidade, o **DB** fazia referência às localidades para onde eram vendidos os produtos fabricados nas indústrias instaladas em Campina Grande, para assim, ressaltar que as empresas estavam conseguindo ampliar os negócios para além da Paraíba.

Para divulgar os produtos¹²⁷ produzidos na ABAP ficaram registradas no jornal as opiniões, de forma unânime, de mecânicos, motoristas e comerciantes do ramo, sem identificação, que as borrachas fabricadas pela Artefatos de Borracha Auto Peças “duram cerca de vinze vezes mais do que as originais. Outra prova contundente da aceitação cada vez mais crescente dos produtos da ABAP é que toda a produção dos meses de janeiro e fevereiro já está totalmente vendida aos diversos clientes da empresa”. (DB – 20.12.1965; p.3). Dessa forma, o **DB** deixou um registro emblemático de que estava na luta pela consolidação do setor industrial, já que o discurso estava associado aos pontos positivos da empresa, para que dessa forma atraíssem mais compradores dos produtos da ABAP como de outras empresas descritas na série “Uma Indústria por Dia”.

Aproveitando o momento favorável da concessão de incentivos fiscais, a ABAP solicitou isenção do imposto de vendas e consignados pelo período de cinco anos ao Conselho Estadual de

¹²⁷ A ABAP utilizava como matéria-prima os pneus que eram descartados em toda a Paraíba.

Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). Através da Cingra, a empresa também enviou documento requerendo isenção referente ao imposto de indústria e profissão.

Outro grande setor que merece atenção é a indústria têxtil, que antes de instalada em Campina Grande, outras cidades da Paraíba já contavam com empresas voltadas para esse ramo. Em Mamanguape, a Fábrica Têxtil de Rio Tinto, criada em 1924, pertencia à família Lundgren de Pernambuco e era considerada de grande porte, equipada com 770 teares e 13 mil fusos. “No entanto, as fábricas menores se localizavam em outras cidades, a exemplo de Campina Grande e Areia, que empregavam, em média, cinquenta operários por estabelecimento”. (OLIVEIRA & RODRIGUES, 2009:25). Sousa (1996b) afirma que a origem da indústria têxtil em Campina Grande se deu como um prolongamento da industrialização de outros municípios do Estado.

Com isto, surgiram as primeiras fábricas em Campina Grande, como foi o caso das fábricas de beneficiamento de algodão e de sisal. Com o advento do setor de transformação, surgiram a Sanbra, a Anderson Clayton, Zé Marques de Almeida, e poucas outras empresas que tinham a finalidade de beneficiar produtos da terra para o uso doméstico e até mesmo exportar. (SOUSA, 1996b:64)

Oliveira & Rodrigues (2009:25) ainda lembram que o setor têxtil se fez hegemônico em Campina Grande nas primeiras décadas do século XX, “comportando o maior número de estabelecimentos industriais e empregando mais de 50% dos operários na Paraíba, acompanhado pelo setor de transformação de alimentos, deixando a terceira posição para o setor de minerais não metálicos”. Dentro desse contexto, a “S.A. Indústria Têxtil de Campina Grande”¹²⁸ (ITCG) também aproveitou o momento favorável que a cidade oferecia e foi o primeiro estabelecimento

¹²⁸ A Indústria Têxtil foi considerada uma empresa que mantinha a tradição na cidade, já que possuía 33 anos de fundação no ano de publicação da série “Uma Indústria por Dia”, em dezembro de 1965. A família Velloso da Silveira, através de Aprígio Velloso e Eugênio Velloso da Silveira, comprou as ações dos demais associados e passaram a ter controle absoluto na direção da empresa após dois anos da instalação da indústria no município. Posteriormente, esses industriais foram sucedidos por Ademar Velloso da Silveira (presidente); Domício Velloso da Silveira (diretor técnico) e Agostinho Velloso da Silveira (diretor gerente). Em 1965, o capital e reservas da firma eram de 560 milhões de cruzeiros. (DB – 21.12.1965; p.3). Segundo Oliveira & Rodrigues (2009), Domício Velloso, juntamente com os irmãos Agostinho e Ademar e jovens da sua geração, engajou-se na luta pela consolidação e modernização do setor industrial na Paraíba. “Domício Velloso da Silveira começou a se destacar no setor comercial e industrial pela postura ética e moral que pontuaram sua personalidade em todos os momentos da sua vida. Foi diretor da Associação Comercial de Campina Grande no ano de 1948 e no ano seguinte fundou e presidiu o Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado da Paraíba, etapa importante para a criação da Federação das Indústrias no Estado da Paraíba (Fiep). Por causa da liderança, o nome de Domício Velloso logo foi cotado para assumir a presidência da Fiep, órgão suprossindical”. (OLIVEIRA & RODRIGUES, 2009:58). Após a reunião de criação da Federação, Domício foi eleito o primeiro presidente da Federação.

industrial a se instalar no bairro de Bodocongó – zona preferencial para instalação de indústrias de grande porte – em 14 de julho de 1933.

O complexo industrial da ITCG trabalhava com o beneficiamento do algodão, fiação, tecelagem e confecção de sacaria. Os sacos eram utilizados para embalagem de farinha de trigo, rações balanceadas, cereais, açúcar, torta e colheira do algodão, farelo, entre outros produtos. A matéria-prima utilizada era toda oriunda do interior da Paraíba e a zona de comercialização da ITCG abrangia os estados de Pernambuco ao Maranhão.

Considerado instrumento complexo de poder, o **DB** apresentou “o que deve ser entendido como ‘realidade’, os valores em jogo, ou seja, o que deve ser valorizado ou desvalorizado, e a própria forma de interpretar esses mesmos ‘fatos’” (HERNANDES, 2006:20). O jornal tentou reforçar que as indústrias apresentadas na série “Uma Indústria por Dia” possuía capacidade para concorrer com outros estabelecimentos industriais e que Campina Grande era considerada a ‘capital do trabalho’ pela força produtiva que possuía até então.

Com relação à ITCG, que tinha um quadro funcional de aproximadamente 180 operários e uma folha mensal de cerca de dez milhões de cruzeiros, o jornal mais uma vez trouxe à tona a ideia de que a indústria se preocupava com o bem-estar dos trabalhadores e citou que a equipe de reportagem visitou o ambiente de trabalho, “sem prévio aviso”, e encontrou operários uniformizados, que recebiam acima do salário mínimo e dispunham de um médico para atendê-los quando havia necessidade. Além de citar que a ITCG era “uma das mais representativas unidades fabris do parque industrial de Campina Grande e do Estado¹²⁹”, o **DB** se reportou à visita que fez dando um sentido mais real aos pontos positivos da empresa.

Outro ponto relevante que o jornal citou sobre a Indústria Têxtil foi que a firma possuía uma vila operária composta de 60 casas as quais eram destinadas aos trabalhadores de forma gratuita. A ITCG também dispunha de uma área de 50 hectares no bairro de Bodocongó, onde os operários plantavam feijão, milho, batata e macaxeira.

Já no setor educacional, a indústria mantinha um convênio com a Escola Santa Rita de Cássia, que funcionava em frente à fábrica, para que os filhos dos operários pudessem estudar gratuitamente. Os trabalhadores também tinham acesso à capela de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, construída pela ITCG, para facilitar a assistência religiosa dos operários e dos

¹²⁹ DB – 21.12.1965; p.3

moradores de Bodocongó. Partindo da premissa de que o “jornal pode ser entendido como um texto que materializa e congela, numa coordenada espaço-temporal específica, o recorte da realidade que um grupo social faz e julga mais conveniente legitimar para uma camada social mais ampla” (HERNANDES, 2006:29), o **DB** tentou passar para os leitores que as iniciativas como essas da ITCG, que foram exemplificadas, constituíam “reais ajudas à melhoria das condições de vida dos trabalhadores”, sendo exemplo dignificante que devia ser seguido. Para com isso mostrar que Campina Grande possuía empresas que pensavam nos seus operários e lhes proporcionavam trabalho digno, além de tentar atrair mais indústrias e incentivos fiscais, elevando mais uma vez a cidade à categoria de “capital do trabalho”.

Mais “um exemplo notável de que Campina Grande é uma terra propícia ao desenvolvimento das grandes iniciativas¹³⁰”. Foi com essa frase que o **DB** iniciou a matéria que tratou da “Indústria Metalúrgica Dovisan”¹³¹, instalada na cidade no dia 10 de março de 1965. A firma era especialista em móveis de ferro com linha de fabricação diversificada com a produção de cofres, birôs, estantes, arquivos, fichários, mesas para máquinas de escrever, cadeiras giratórias e também armários fechados para cozinhas e hospitais.

Mesmo funcionando na Rua Arrojado Lisboa, 101, no bairro do Monte Santo, a indústria já pensava em ampliar as instalações e transferir a fábrica para outro local. Imbuído na ideia de descrever as indústrias até então instaladas em Campina Grande e sua capacidade produtiva, o **DB** embarcou mais uma vez na premissa de que os produtos fabricados na Paraíba eram capazes de concorrer com os produtos do Sul do país. Assim como fez nas outras matérias, o jornal também frisou que a Dovisan tinha cuidado na fabricação, esmero no acabamento, despertando atenção de quem visita a indústria, sendo assim, “os produtos ‘Dovisan’ em nada ficam a dever aos móveis de sua classe, fabricados no Sul do País¹³²”.

No entanto, para se manter, a empresa também precisava de apoio do município e do Estado para “vencer as dificuldades naturais às pequenas indústrias”. Com os incentivos fiscais, a

¹³⁰ DB – 22.12.1965; p.3

¹³¹ O proprietário da indústria era Donato Vicente dos Santos. Dovisan foi considerada pelo jornal como uma pequena indústria, já que seu capital era de um milhão de cruzeiros em 1965. Para engrandecer ainda mais a empresa, o **DB** ressaltou que o futuro da Dovisan seria grandioso mesmo com um capital considerado baixo, “porque ao sr. Donato Vicente dos Santos não faltava disposição para o trabalho e pleno conhecimento dos pormenores técnicos dos artigos que produz”. (DB – 22.12.1965; p.3).

¹³² Mais uma vez a comparação com os artigos fabricados no Sul. (DB – 22.12.1965; p.3)

indústria pretendia “multiplicar” a produção, “contribuindo ainda mais para o desenvolvimento econômico de Campina Grande e do Nordeste¹³³”.

Ainda em fase de organização, já que foi instalada em 1965 — ano da publicação da série “Uma Indústria por Dia”— a “Companhia de Produtos Químicos Tabajara S.A.”¹³⁴ também procurava requerer do Estado e município isenções fiscais, concedidas às indústrias pioneiras, para se consolidar em Campina Grande. “Ao mesmo tempo, a direção da ‘Tabajara’ pleiteará junto ao Banco do Nordeste do Brasil um empréstimo para aumentar a sua produção e também para estocagem de matéria-prima, uma vez que esse é um dos problemas enfrentados pela empresa”. (DB – 24.12.1965; p.3).

A produção da Tabajara S.A. era vendida na capital e em todo o interior paraibano, além dos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas e Ceará. Para garantir as vendas em Campina Grande, a empresa contava com um grupo de vendedores a domicílio. Diante da concorrência dos artigos produzidos no Sul do país, o **DB** trouxe na matéria um tom carregado de elogios e positividade do parque industrial campinense, ressaltando a pujança econômica que o município passava na época. Sem temer a concorrência com outras praças, o jornal frisou que os produtos fabricados pela Tabajara “já alcançaram um elevado índice técnico e podem ser comparados sem desdouro, com similares oriundos do Sul do País. (...) E os artigos aqui fabricados, como é o caso da Sanitarite, do Sabonite e do Desodorite da ‘Tabajara’, em nada ficam a dever aos fabricados no Sul”. (DB – 24.12.1965; p.3).

2.2. Campina Grande: tentativa de sobrevivência e fortalecimento da economia local

Em 1959, a discussão em pauta era sobre o destino da região Nordeste e de que forma o município campinense se tornaria ponto de atração para novas indústrias para que fosse possível propiciar o desenvolvimento desse setor. Em âmbito nacional, os anos 1950 consagraram-se na história com o discurso de que “o mundo rural era identificado como atrasado, velho, passado, enquanto o mundo urbano seria visto como adiantado, novo, moderno”. (OLIVEIRA, 2002c:31).

¹³³ DB – 22.12.1965; p.3

¹³⁴ A diretoria da Tabajara era composta por Wilson Vasconcelos (Diretor Presidente); Basílio Araujo (Diretor vice-presidente); Péricles Nunes de Figueiredo (Diretor Tesoureiro) e José Ferreira filho (Diretor Técnico). (DB – 24.12.1965; p.3)

A ideia e necessidade de modernização já haviam contagiado o poder público e a elite brasileira em anos anteriores, quando foi concretizada a reforma urbana do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre; a construção de Belo Horizonte, entre outras cidades do país. Com o avanço do capitalismo, “as cidades passavam por transformações significativas, para atender aos sonhos progressistas e facilitar o avanço da ‘verdadeira civilização’. O Brasil não estava excluído dessas aventuras de modernidade, no seu lado de concretização das mudanças urbanas que influíam no traçado das cidades”. (REZENDE, 1997: 31-32).

Os anos de 1950, como lembra Oliveira (2002c), foram marcantes, principalmente no governo de Juscelino Kubistek, que foi apresentado à sociedade como “ideal de homem empreendedor, empenhado na construção de um país urbano e moderno”. (OLIVEIRA, 2002c:32). Com o objetivo de tirar o país do atraso, JK instituiu o plano de metas, que segundo o presidente, iria colocar o país “no mesmo nível dos países europeus que estavam se recuperando da Segunda Guerra Mundial (1939/1945) (*grifo meu*). Iríamos ter no Brasil, em 5 anos, o desenvolvimento que no ritmo anterior levaríamos 50 anos para alcançar. Passa-se, deste modo, da ideologia nacionalista para a ideologia desenvolvimentista”. (LIMA, 1996:10)

Foi no governo Kubitschek que se consagrou, definitivamente, o vocábulo ‘desenvolvimentismo’. (...) Antes de JK falava-se em ‘fomento’ e em ‘fomentar o desenvolvimento’; Juscelino teria sido o inventor da palavra, cuja mística ficou, na história contemporânea, inarredavelmente vinculada ao seu nome. Até hoje, qualquer sinal de ‘modernidade’ ou de ‘espírito realizador’ – misturados a um certo otimismo e às virtudes da conciliação política – costuma ser identificado como traço de um ‘juscelinismo’ redivivo. (BENEVIDES, 1991:9)

Toda essa discussão sobre o desenvolvimento no país também ressoou em Campina Grande, que sempre tentava participar dos grandes debates que se davam em âmbito nacional. No fim da década de 1950, Campina Grande se engajou no processo de industrialização proposto pelo governo e buscou de todas as formas, com a ajuda dos jornais e da elite da época, atrair mais indústrias e modernizar as empresas que já existiam na cidade. “Pode-se afirmar que Campina Grande preparou-se para absorver o projeto de industrialização proposto pela Sudene”. (LIMA, 1996:44).

Após perder a hegemonia comercial, Campina Grande vivia uma fase em que a industrialização tentava se impor como único e exclusivo instrumento de sobrevivência e

fortalecimento da economia local. As eleições de 1959 foram marcantes nesse aspecto com a candidatura de Newton Rique. Na situação, o candidato era Severino Cabral. Mesmo com a derrota de Newton Rique, foram tomadas algumas medidas na administração de Severino Cabral (1959-1963) em prol da implementação do projeto de industrialização, como lembra Oliveira (2005a): a criação do Banco do Município de Campina Grande S.A; do Fundo Municipal de Desenvolvimento Agro-industrial e a doação de áreas para instalação de novas indústrias, tais como a Cande – Campina Grande Indústria Ltda¹³⁵ e a Indústria de Papel de Celulose (Ipelsa), que foi a primeira a ser detalhada pelo **DB** na série “Uma Indústria por Dia” no dia 7 de dezembro de 1965.

Em mais uma edição do jornal, a série de matérias do **DB** detalhou a “Indústria de Artefatos de Papel Cartaxo¹³⁶”, que havia se instalado no dia 9 de junho de 1959 em meio a essa discussão de Campina Grande galgar um espaço na região. A empresa, que tinha como proprietário Valdemar Cartaxo, era responsável pela produção de sacos de papel para cereais e café em pó; para presentes; rótulos para caramelos, destinando as vendas para os estados do Rio Grande do Norte, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e principalmente Paraíba e Ceará.

Outro destaque dado pelo jornal foi que a Cartaxo era uma indústria automatizada e possuía máquinas das mais modernas no gênero, isso tudo para reforçar que a firma possuía produtos de qualidade e que pretendia diversificar a linha de fabricação para atrair mais clientes, dessa forma, o **DB** se posicionava em favor do desenvolvimento do parque fabril e de que a cidade possuía produtos com capacidade para concorrer com outros estados do país. Valendo-se do pioneirismo, foi destacado também na série que a Cartaxo tinha sido a primeira indústria do Nordeste na fabricação de papel para presentes e na fabricação de sacos de papel na Paraíba. Valendo-se das isenções fiscais concedidas por algumas leis estaduais, a Artefatos de Papel Cartaxo também enviou documento requerendo isenção de imposto de vendas e consignações por dez anos.

¹³⁵ A Cande foi instalada na cidade pelo empresário e médico Humberto de Almeida em 1964.

¹³⁶ DB – 25/26.12.1965; p.3

“Para quem entra em nossa cidade pela estrada que nos liga à capital do Estado e à cidade do Recife, a Intermezzo Indústria e Comércio S.A.¹³⁷ é a primeira evidência da pujança econômica de Campina Grande”. Foi assim que o jornal começou a matéria seguinte da série “Uma Indústria por Dia”. Localizada no quilômetro 116 da BR-230, a Intermezzo foi instalada na cidade no dia 22 de abril de 1964, mas mantinha escritório na Rua Barão do Abiaí, no centro da cidade. “Aquela fábrica instalada fora do perímetro urbano e até suburbano da cidade, é como um posto avançado da luta que se trava em Campina Grande pela industrialização e, conseqüentemente, pelo desenvolvimento”. (DB – 28.12.1965; p.3).

Para se instalar no município, a Intermezzo pleitou e obteve os benefícios legais referentes a isenções fiscais por parte do município e do Estado. O **DB** também citou que a ajuda recebida pelo Banco do Brasil, através do empréstimo concedido pela Carteira Agrícola e Industrial da agência bancária, ajudou a empresa a se firmar na cidade. Tendo como presidente Amaury Abrantes Pinto de Oliveira, a indústria, considerada pioneira pelo jornal, produzia sabão de côco em barras e tabletes; sabonete de bola para pia; sabão líquido e detergente. A comercialização era dirigida para os estados do Maranhão, Sergipe, mas o maior volume de vendas seguia para Pernambuco e Ceará.

Com o objetivo de ampliar as atividades industriais, a Intermezzo, que trabalhava com oito operários, lançou no ano de 1965 o sabão comum da marca São José, feito através de um processo de fabricação diferente do adotado pelas empresas concorrentes, segundo informações contidas na série do jornal. A firma também pretendia introduzir um setor de perfumaria na região Nordeste. Para isso, as fórmulas da nova linha de lavanda, colônia e outros tipos de perfumes, foram testados no próprio laboratório da indústria.

Contando com as águas do açude de Bodocongó, a “Premol Indústria e Comércio S.A.¹³⁸” também se instalou no até então bairro industrial de Campina Grande, na rua Luiz Malheiros, 310, no dia 30 de abril de 1959. Para o jornal, a indústria foi considerada pioneira no seu gênero em 1965 e dois dos fatores que ajudaram a firma a se manter na cidade foram as isenções fiscais

¹³⁷ DB – 28.12.1965; p.3. A Intermezzo já havia sido citada no **DB** de 10 de outubro de 1964, ano em que foi instalada e que a cidade comemorava 100 anos. O jornal ressaltou, na ocasião, que os empresários tinham o desejo de “enriquecer o parque industrial da cidade como também participar do progresso que, no setor industrial, vem se observando em Campina Grande”. (DB – 10.10.1964; p.3)

¹³⁸ A firma era composta por Maurício Clovis de Almeida (presidente); Antonio Leal Filho (diretor comercial); e o engenheiro Carlos Alberto Lins de Albuquerque na direção industrial. (DB – 29.12.1965; p.3)

do município, concedidas por dez anos, e do Estado por seis anos e seis meses. Em 1966, a Premol também recebeu incentivos da Sudene referentes à ampliação da capacidade produtiva da empresa.

Conforme informações contidas na série do **DB**, a Premol tinha a capacidade de produzir, diariamente, 35 postes, 80 estacas industriais e agrícolas, além de duas estruturas. Contando com 31 operários, a produção da firma era direcionada quase que exclusivamente para a Paraíba, com algumas vendas esporádicas para o Rio Grande do Norte. Para confirmar a credibilidade da empresa, o jornal utilizou o artifício de relatar quais eram os principais clientes e as cidades que compravam os produtos da Premol. O **DB** citou a antiga Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba (Saelpa) — hoje se chama Energisa —; o Departamento Autônomo dos Serviços Elétricos de Campina Grande (Dasec); e as cidades Gurinhém, Juarez Távora, São Sebastião de Umbuzeiro, São João do Cariri e Monteiro também já utilizaram os postes da Premol.

Considerada como a primeira indústria a se instalar em Campina Grande, a “Comércio e Indústria Marques de Almeida S.A.¹³⁹” teve destaque na série do **DB** “Uma Indústria por Dia”. Em decorrência do pioneirismo, a ‘Marques de Almeida’ se instalou em 1925 no coração da cidade e “suas instalações abrangem todo um quarteirão, limitado pelas ruas Getúlio Vargas, Teodósio de Oliveira Lêdo, Félix Araújo e Santos Dumont”. (DB – 30.12.1965; p.3).

A diretoria da indústria era composta por Dionísio Marques de Almeida (presidente); Fernando Marques de Almeida (diretor gerente) e José Marques de Almeida Júnior¹⁴⁰, Leucio Marques de Almeida e Clóvis Marques de Almeida, como diretores auxiliares.

Ainda sobre a indústria pioneira de Campina Grande, Dinoá (1993) relatou uma entrevista que fez com Fernando Marques de Almeida, filho do fundador da indústria, Dionísio Marques de Almeida, descrevendo como se estabeleceu a indústria na cidade em 1925. “Prevendo o futuro industrial de Campina Grande, ao lado de seu já famoso internacionalmente comércio do algodão, os irmãos Marques de Almeida¹⁴¹ se estabeleceram em 1922 com a ‘Saboaria Pernambucana’, a primeira do gênero em toda a Paraíba” (trecho retirado da entrevista de Fernando no livro “Memórias de Campina Grande”). (DINOÁ, 1993:141).

¹³⁹ Em 1960, a firma foi transformada em sociedade anônima com a denominação de ‘Comércio e Indústria Marques de Almeida S.A’. (DB – 30.12.1965; p.3)

¹⁴⁰ José Marques de Almeida Júnior, que também era irmão de Dionísio e João Marques de Almeida, foi o primeiro vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (Fiep), em 1949. (OLIVEIRA & RODRIGUES, 2009).

¹⁴¹ Neste caso, os irmãos Marques de Almeida se referem a Dionísio e João Marques de Almeida.

Três anos depois, os irmãos Marques de Almeida iniciaram a construção do prédio onde seria instalada a nova fábrica da família. “Somente no dia 5 de outubro de 1925, é que toda a cidade desperta sobressaltada com o ‘apito’ estridente e animado da fábrica do meu pai, que acabara de ser festivamente acionada e para onde haveria de convergir grande parte da população pobre de Campina”. (DINOÁ, 1993:141).

A ‘Marques de Almeida’ produzia sacaria em geral, para cereais, farinha, sal, trigo, entre outros produtos. Para fabricar cerca de 80 mil sacos, a indústria consumia uma média de 15 mil quilos de algodão por mês. Os sacos produzidos pela firma eram vendidos em toda a região Nordeste, especialmente nos estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Paraíba. Já o quadro funcional da empresa era formado, em 1965, por 103 operários, distribuídos pelos setores de beneficiamento, fiação e tecelagem. “A firma possui uma Vila Operária à Avenida Rio Branco (bairro da Bela Vista), além de várias casas em outros bairros da cidade, as quais são ocupadas gratuitamente pelos operários especializados e os mais antigos da fábrica”. (DB – 30.12.1965; p.3).

Na próxima matéria da série “Uma Indústria por Dia” sobre a “Artefatos de Madeira e Equipamentos Elétricos LTDA¹⁴²” (Artema), o **DB** iniciou lembrando o termo “pioneira” para relatar a instalação de mais uma indústria em Campina Grande, que possuía “sempre uma porta aberta às grandes iniciativas”. Sob a direção de José Alves Sobrinho, Hildeberto Barreto do Amaral e José Gusmão dos Santos, a Artema começou a funcionar em 1962 na rua João XXIII, no bairro do Tambor.

Os artigos produzidos pela indústria eram ferro elétrico; resistência elétrica; lustres e calhas para lâmpadas fluorescentes; buchas para automóveis; caixa para eletricidade; entre outras peças em ferro fundido. A capacidade produtiva da Artema atingia às seguintes quantidades, diariamente: 300 ferros; 1.500 resistências; 300 calhas e duas mil buchas. Os produtos eram vendidos para toda a região Norte-Nordeste do país, especialmente para Recife (PE) e, segundo afirmavam os dirigentes da Artema, “seus artigos competiam galhardamente com os similares produzidos no Sul”. (DB – 31.12.1965; p.3).

Como outras indústrias, a Artema foi implantada em Campina Grande com subsídio do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), através de sua Carteira Industrial (Carin). A empresa

¹⁴² DB – 31.12.1965; p.3

também se beneficiou de isenções junto ao município e ao Estado. “Interessada na ampliação de sua capacidade de produção, a fim de atender com precisão às solicitações constantes do grande mercado consumidor a que está servindo”, a Artema encaminhou um projeto de complementação de financiamento ao BNB e à Sudene na década de 1960. “Ao mesmo tempo, a empresa será transformada em Sociedade Anônima e triplicará praticamente o seu quadro funcional passando de 30, em 1965, (*grifo meu*) para oitenta e cinco operários, tão logo seja liberado o empréstimo solicitado”. (DB – 31.12.1965; p.3).

O jornal manteve uma regularidade no uso do termo “capital do trabalho” para se referir a Campina Grande e mais uma vez comparou a cidade a um local próspero para trabalhar no último trecho da matéria sobre a Artema. O **DB** reforçou as qualidades da indústria afirmando que “trabalhando diuturnamente em busca da solidificação de sua empresa, eles merecem admiração e simpatia das autoridades e do povo da ‘Capital do Trabalho’, porque encarnam perfeitamente o espírito desenvolvimentista da nossa gente”. (DB – 31.12.1965; p.3)

Após alguns dias sem publicar a série “Uma Indústria por Dia” por causa dos feriados de início de Ano Novo, o **DB** se mostrou mais uma vez como forte aliado ao processo de industrialização de Campina Grande com a divulgação de uma indústria instalada na cidade e considerada pelo jornal dinâmica e progressista a nível estadual. No dia 6 de janeiro de 1966, a “Indústria e Comércio José Carlos S.A.¹⁴³” (Café São Braz) ganhou destaque nas páginas do **DB**. A empresa, destinada à torrefação de café, foi instalada em Campina Grande em 1942 por José Carlos da Silva.

Anos depois de instalada na cidade, a indústria passou a ser dirigida por José Carlos da Silva Júnior¹⁴⁴, filho do fundador da empresa. “Ao longo do tempo, a denominação da firma foi alterada duas vezes por imperativos do próprio desenvolvimento da empresa. Em 1951, passou a

¹⁴³ A marca Café São Braz já existia no mercado campinense desde 1930. José Carlos da Silva adquiriu a empresa em 1942 quando fundou a Indústria e Comércio José Carlos S.A. (DB – 06.01.1966; p.3).

¹⁴⁴ José Carlos da Silva Júnior, juntamente com outros industriais como Luiz Francisco da Motta, Francisco Alves Pereira, entre outros, estavam comprometidos com a criação da Fiep na década de 1940. No dia da instituição da Federação, em 17 de julho de 1949, esses empresários se reuniram na Associação Comercial, que na época estava instalada no 1º andar da Rua João Pessoa, no centro de Campina Grande. Após a reunião entre os presentes, foi eleita a primeira diretoria da Fiep. Na gestão de 1980/1983 do presidente Agostinho Velloso da Silveira, José Carlos da Silva Júnior, além de Fernando Marques de Almeida, Fleury Soares, Geraldo Dias, Jeová Heiner de Carvalho, Francisco de Assis Benevides Gadelha, entre outros industriais, também fizeram parte da diretoria da Federação e contribuíram para a consolidação da Fiep, enquanto instituição, e para materialização da sede própria. O Edifício Casa da Indústria foi inaugurado em 24 de setembro de 1983 e possui uma área de 6.654 m², incluindo sete pavimentos, além do Restaurante Panorâmico e dois auditórios: o maior, que tem capacidade para 326 pessoas, recebeu o nome de Domício Velloso da Silveira, e o menor (65 pessoas), o nome de Francisco Alves Pereira. Ambos foram presidentes da Fiep na década de 1950. (OLIVEIRA & RODRIGUES, 2009:50).

se chamar Indústria e Comércio José Carlos Ltda., e em 1954, foi transformada em sociedade anônima, sob a razão social de Indústria e Comércio José Carlos S.A.”. (DB – 06.01.1966; p.3).

Depois de se consolidar no mercado¹⁴⁵, a empresa resolveu diversificar a produção e começou a fabricar produtos de milho e condimentos. “A produção real da Indústria e Comércio José Carlos S.A. atinge cento e oitenta toneladas de café por mês; quarenta toneladas de condimentos e trezentas toneladas de milho, o que a coloca numa posição invejável entre as demais indústrias do gênero”. (DB – 06.01.1966; p.3).

No setor da torrefação de café, o jornal engrandeceu a empresa afirmando que ela era a maior produtora em toda a Paraíba. Já na moagem de milho, a firma foi considerada como a maior produtora em toda a região Nordeste. A produção era distribuída na Paraíba e em cidades dos estados vizinhos. No ano em que foi publicada a reportagem sobre o Café São Braz, a empresa contava com 150 funcionários que trabalhavam em diversos setores da indústria, tais como: torrefação de café; moagem de milho; ‘café-pequeno’ da Cardoso Vieira; filial de João Pessoa; fábrica de condimentos; oficina; seções de embalagem de café e produtos de milho, entre outros. Já o maquinismo foi exposto no jornal como o que tinha de mais moderno no gênero. “O conjunto de torrefação de café, por exemplo, está capacitado a produzir até trezentas toneladas por mês. No setor de moagem de milho, (...) o operário não participa em nenhuma fase do processo de fabricação”, já que as máquinas eram automatizadas. (DB – 06.01.1966; p.3).

Entusiasmados com essa atmosfera de luta pela industrialização, o **DB** finalizou a matéria sobre o “Café São Braz” afirmando que a empresa possuía responsabilidades elevadas e definidas “no complexo econômico da Região, e com o aprimoramento índice técnico a que chegou, em 1965 (*grifo do autor*), é uma presença marcante no panorama industrial do Nordeste e uma comprovação inegável da capacidade de trabalho do povo campinense”. (DB – 06.01.1966; p.3).

Após dois meses relatando e tentando incentivar a instalação de mais indústrias em Campina Grande, o **DB** finalizou a série de reportagens intituladas “Uma Indústria por Dia” com

¹⁴⁵ No intertítulo “Localização”, o jornal ressaltou que as diversas seções da Indústria e Comércio José Carlos S.A. estavam assim localizadas: Torrefação de Café e Escritórios, à Rua Simeão Leal, Centro, 56, em um edifício de dois pavimentos; Moagem de milho, à Rua Almeida Barreto, São José, 557 (estes dois prédios totalizam três mil e quinhentos metros quadrados de área coberta). Departamento de vendas e cafezinho à Rua Cardoso Vieira, no Centro, 34, e possuíam filiais em João Pessoa (com torrefação de café) à Praça Álvaro Machado, no Centro, 54.

a descrição da “Indústria Campinense de Óptica S.A.¹⁴⁶” (Incosa), instalada na cidade no dia 12 de outubro de 1964. Ao longo das detalhadas e expressivas matérias sobre as indústrias que já estavam instaladas no município, o jornal buscou persuadir o público-alvo de que “o recorte da realidade que efetuam ao noticiar é a própria realidade lançando mão de diálogos, fotografias, filmagens e outras possibilidades de concretude discursiva”. (HERNANDES, 2006:31-32).

No caso da Incosa¹⁴⁷, o **DB** a titulóu como pioneira no Nordeste na fabricação de armações óticas e uma das mais jovens e também mais promissoras empresas para a década de 1960. A direção da empresa era composta por Roberto Luciano Pereira (presidente); Paulo Ribeiro Sobrinho (vice-presidente); Ulderico Ulisses da Luz (gerente) e Galvão Dias de Almeida (diretor de produção). Na linha de produção, a Incosa fabricava todos os tipos de armações óticas, desde os mais simples e populares até os mais luxuosos modelos, inclusive esportivos. A capacidade de produção¹⁴⁸ da indústria era da ordem de 150 peças diárias. “Essa produção será comercializada nas praças do Norte-Nordeste do país, onde já foi feita uma pesquisa de mercado, cujos resultados foram animadores com relação ao lançamento dos produtos da Incosa”. (DB – 13.01.1966; p.3).

Assim como as outras indústrias descritas ao longo da série, a Incosa também solicitou aos governos Estadual e Municipal isenção de impostos. “Igualmente encaminhou à Superintendência do Nordeste, um projeto destinado à aplicação na empresa de recursos dos artigos 34/18¹⁴⁹ da legislação do referido organismo”. (DB – 13.01.1966; p.3).

¹⁴⁶ Em 1996, a Incosa estava preparando um novo local para passar a funcionar definitivamente na Rua Antenor Navarro, 710, no bairro da Prata. Já o departamento de distribuição ficaria na Rua João Pessoa, no centro da cidade. (DB – 13.01.1966; p.3)

¹⁴⁷ A Incosa nasceu da iniciativa do comerciante Galvão Dias aliada à capacidade do jovem industrial Roberto Pereira. “Ambos dinâmicos e progressistas, uniram seus esforços e estão estruturando em bases sólidas uma indústria para a qual podemos prever um futuro dos mais brilhantes”. Tal descrição aparecia nas páginas do jornal enaltecendo a empresa de forma lapidar. (DB – 13.01.1966; p.3).

¹⁴⁸ A indústria contava, na época em que a série foi publicada, com 11 operários em suas várias seções e dispunha de um acervo de 18 máquinas em seus setores de produção e acabamento. Entre essas máquinas, destacam-se: prensas excêntricas; serras de coluna; prensas de rebite; politrizes; topias automáticas; pistolas injetoras; torno mecânico; lixadeiras, etc. (DB – 13.01.1966; p.3).

¹⁴⁹ O discurso desenvolvimentista e o utilizado durante boa parte da Ditadura Militar eram de que “os incentivos fiscais seriam a forma pela qual o Nordeste passaria a ter seus problemas resolvidos”. (LIMA, 1996:22). Para proporcionar esse desenvolvimento, um dos mecanismos considerados como responsável pela industrialização da região foi o “34/18”. A designação se refere ao artigo 34 da Lei Nº 3.995, de 14/02/1961, de autoria de um deputado federal nordestino na época, Gileno De Carli, e ao artigo 18, da Lei Nº 4.239, de 27/06/1963. “Juntos o 34/18 criaram e regulamentaram os incentivos para inversões no Nordeste. O sistema 34/18 foi sem nenhuma dúvida o mais importante mecanismo econômico de intervenção de indústrias na região com o mínimo de custos para o capital do investidor. O capital inicial necessário à instalação destas indústrias provinha do próprio governo”. (LIMA, 1996:22).

Pioneira em todo o setor Norte-Nordeste, a Indústria Campinense de Optica S.A. está primando pela boa qualidade dos seus produtos e está conseguindo a cada hora que passa, um aprimoramento excelente dos seus artigos, através de um treinamento intensivo dos operários e de uma dedicação toda especial do Diretor de Produção, o economista Galvão Dias de Almeida, cuja preocupação maior de dotar as armações da Incosa de uma qualificação técnica capaz de enfrentar galhardamente a concorrência das fábricas do Sul do País, especialmente porque leva em consideração ao desenhar os seus modelos, as peculiaridades da anatomia facial do nordestino e do nortista. (...) Iniciativas como a Incosa, merecem o estímulo dos campinenses e dos nordestinos em geral. (DB – 13.01.1966; p.3)

Para finalizar a série “Uma Indústria por Dia¹⁵⁰”, o jornal refletiu com extrema lucidez o desejo dos empresários da época de proporcionar e consolidar a industrialização em Campina Grande. Considerada como uma tarefa árdua, o material produzido pelo **DB** foi mais um incentivo para que outras indústrias viessem a se instalar na cidade através dos exemplos positivos das empresas já fixadas no município.

¹⁵⁰ A matéria sobre a Incosa foi considerada a última na série “Uma Indústria por um Dia”, pois o **DB** republicou no dia 20 de janeiro de 1966 o material sobre a Artefatos de Borracha Autopeças (ABAP), que saiu primeiramente no dia 20 de dezembro de 1965.

CAPÍTULO III

DISTRITO INDUSTRIAL ‘ABRE AS PORTAS’ PARA INSTALAÇÃO NOVAS INDÚSTRIAS

O presente capítulo tem por objetivo dar continuidade ao tema industrialização, assim como mostrar o processo de consolidação do ensino superior em Campina Grande. Tomando como norteador deste tópico, buscaremos, ao longo das páginas seguintes, relatar alguns pontos considerados importantes para entendermos como se deu a instalação de várias indústrias na cidade a partir do Distrito Industrial. Através dos discursos do **DB** elegemos como porta de entrada os benefícios concedidos pela Sudene e governos municipal e estadual, além da instalação de grandes indústrias como a Wallig Brasil S.A e Cande – Campina Grande Indústria.

Campina Grande sempre foi considerada uma região predominante comercial. Primeiramente com a cultura algodoeira, que perdurou por quase meio século e apresentou declínio apenas na década de 1960, dando início à fase de industrialização na cidade. Até os anos 60, o setor industrial campinense, segundo Pereira (2008:121-122), era composto por empresas tidas como tradicionais, “ou seja, desde o surgimento das primeiras indústrias até a década de 1960, as indústrias campinenses estavam vinculadas principalmente aos ramos alimentares, têxteis”, de couros e similares.

No entanto, através das ações da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), criada em 1959, essas indústrias tradicionais puderam não apenas se reerguer, como também as consideradas não-tradicionais também receberam fomentos. “A Sudene procurou favorecer a transferência de capital do Centro-Sul para o Nordeste, onde seria aplicado em projetos de desenvolvimento regional que possibilitasse um rápido crescimento e integração produtiva da Região”. (PEREIRA, 1998, apud, PEREIRA, 2008:122).

Pela primeira vez, o governo federal partia para um planejamento global, integrado, de desenvolvimento do Nordeste, elaborando um diagnóstico dos problemas com a indicação dos remédios econômicos mais adequados para reverter a tendência histórica da cristalização das diferenças ou desníveis de crescimento entre o Nordeste e o Centro-Sul. (ZENAIDE, 1996:9)

Presente na sociedade campinense como meio de comunicação influente na elite local desde 1957, o **Diário da Borborema** se posicionou como forte aliado da industrialização ao longo da década de 1960, período em que o “município foi alçado a um dos principais centros econômicos do Nordeste, à frente da capital do Estado e de outras capitais da região”. (QUEIROZ, 2008:33). Boa parte desse crescimento foi propiciado pela Sudene com a aprovação de projetos de instalação e modernização de indústrias, fazendo com que a cidade se transformasse em um grande centro.

Se essa visão de cidade próspera não foi hegemônica, como mostram algumas reportagens da época, ela certamente foi dominante, fator que contribuiu para a idealização desse período da história local e que tem aí as origens da mania de grandeza campinense, alimentada até hoje, muitas vezes de acordo com as conveniências políticas. Nesse espírito, os jornais da época traziam matérias e mais matérias carregadas de tom heróico acerca da pujança econômica do município. (QUEIROZ, 2008:33)

Além dos incentivos fiscais oferecidos pelo poder público estadual e municipal, outra vantagem foi a criação do Distrito Industrial (DI) de Campina Grande através do decreto nº 3.4991 de 31 de dezembro de 1963, durante a gestão do prefeito Newton Rique¹⁵¹ e do governo estadual de Pedro Gondim. Conforme a medida, o Governo do Estado teria que aplicar cerca de um bilhão e 300 milhões de cruzeiros em obras de infraestrutura. (LIMA, 1996).

No dia 3 de setembro de 1963, um pouco antes de Pedro Gondim promulgar o decreto que tratou da instalação do Distrito Industrial em Campina Grande, o **DB** trouxe uma matéria confirmando que o então superintendente da Sudene, Celso Furtado, tinha aprovado o plano do governador de criar os dois distritos na Paraíba. Essa ação foi considerada pelo jornal como um “gigantesco passo para a criação de um parque industrial paraibano”. Isso só ratificou que o **DB**, desde então, estava engajado na luta pela industrialização na cidade. (DB – 03.09.1963; p.8). Para transmitir efeito de verdade, o jornal transcreveu o ofício nº 3599 de Celso Furtado direcionado ao governador Pedro Gondim¹⁵², datado de 28 de agosto daquele ano.

¹⁵¹ Newton Rique sempre estava presente nesta rede modernizante em busca da efetivação da industrialização da cidade. O **Diário da Borborema**, enquanto instituição social, sempre esteve condicionado às diferentes relações locais de poder. Neste caso, essas relações buscavam articulações entre industriais, banqueiros e grandes comerciantes, assim como os políticos e o “povo” que estavam engajados nesse projeto de industrialização. E o nome de Newton Rique estava à frente desse projeto como representante e aliado dos Diários Associados. Ele chegou a ceder espaço físico para instalação da TV Borborema, que ficava localizado no andar superior do prédio onde funcionava o banco de sua propriedade e que recebia o nome de sua família. (SANTOS, 2008). Dessa forma ficou claro a influência que Newton Rique teve na produção e divulgação de matérias no **DB** relacionadas à industrialização da cidade.

¹⁵² O então governador, Pedro Gondim, também participou de uma reunião na Fiep, em Campina Grande, no dia 28 de agosto de

O Departamento de Industrialização da Sudene opinou favoravelmente ao deferimento da mencionada colaboração, pela razão principal de que a ideia do Governo da Paraíba, além de ajustar-se às linhas gerais da política industrial da Sudene, contribuirá para a ampliação das indústrias nesse Estado e para organização de uma estrutura de serviços capaz de elevar a eficiência e reduzir os respectivos custos de produção. (DB – 03.09.1963; p.4)

O relatório sobre a criação de novas indústrias, que viriam a ser instaladas no Estado com a criação dos Distritos Industriais, foi feito pela Assessoria em Planejamento S.A. (Asplan), de São Paulo, e encaminhado para a Sudene em setembro de 1963. Em Campina Grande, o terreno onde foi criado o DI¹⁵³ estava localizado em uma área agrícola nas imediações do bairro do Ligeiro, distante 4,5 quilômetros do centro da cidade. “O solo é arenoso e está atualmente sendo explorado com o cultivo de mandioca, milho, feijão e fava, formando pequenos roçados dispersos¹⁵⁴”. A área total media 196 hectares, começando às margens da Avenida João Wallig.

Em dezembro de 1964, o projeto do DI sofreu algumas modificações como o alargamento das ruas e loteamentos; locação da linha da Chesf e das indústrias Wallig e Cande¹⁵⁵. A planta definitiva do empreendimento foi entregue e apresentada ao então presidente da Fiep, Agostinho Veloso, no dia 23 de dezembro de 1964. “Uma vez registrado na Prefeitura o loteamento do Fagrin, este imediatamente providenciará a escrituração dos lotes já ali adquiridos para as instalações industriais da Unidade de Recuperação do Dnocs e das fábricas da Cande, da Wallig e de outras empresas que requereram sua localização no Distrito Industrial do Ligeiro”. (DB – 24.12.1964; p.4)

A área inicial do DI, em Campina Grande, começou a ser ocupada em 1964 por oficinas do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs). “O objetivo inicial dos Distritos Industriais era fornecer toda a infraestrutura para pequenas e médias empresas da região que

1964, e “pessoalmente”, como frisou o jornal, entregou aos empresários o projeto definitivo do Distritos Industriais de Campina Grande e João Pessoa. “O chefe do Executivo fez questão de vir a Campina Grande dar conta de sua missão e reafirmar os altos propósitos de que está possuído com o fim de acelerar o progresso da maior cidade da Paraíba, no seu parque industrial”, destacou o **DB**. O governador também declarou, na ocasião, “que no momento em que a Chesf entregar o projeto da implantação da energia elétrica” no DI em Campina Grande, as obras seriam imediatamente “atacadas pelo Estado que já dispõe de recursos financeiros para isto. Afirmou ainda que irá ao Rio em busca de recursos para a ajuda à indústria da terra e a essas obras de infraestrutura”. (DB – 29.08.1964; p.5)

¹⁵³ No período em que foi criado o Distrito Industrial de Campina Grande já havia um importante parque fabril na cidade instalado no bairro de Bodocongó, que segundo Buega Gadelha, todas as indústrias já fixadas naquele bairro continuaram no local. Bodocongó foi considerado por muitos anos uma localidade propícia para instalação de fábricas porque contava com um açude na região que servia de reservatório tanto para as famílias que moravam no bairro como também fonte de abastecimento para as empresas. (Depoimento de Buega Gadelha concedido a autora no dia 3 de fevereiro de 2010).

¹⁵⁴ DB – 03.09.1963; p.8

¹⁵⁵ DB – 15.12.1965; p.3

iriam se beneficiar com os projetos aprovados pela Sudene, como previa o documento de origem do órgão”. (LIMA, 1996:56). Outro detalhe que mereceu destaque foi a quantidade de empregos que os distritos iriam oferecer depois de instalados. Somente em Campina Grande, o **DB** trouxe matéria com o título “Distrito Industrial empregará cerca de 15 mil operários¹⁵⁶”, tentando mostrar que a cidade iria se transformar em uma verdadeira capital do trabalho.

No Estado da Paraíba, os dois polos de industrialização eram a capital do Estado, João Pessoa, e o município de Campina Grande, que (...) desenvolvia-se a passos largos desde os anos 40. Estes dois polos foram os que melhor se prepararam para esta nova política. O Estado dispunha de diversos recursos naturais, possibilitando a implantação de empresas rentáveis em diversos setores. (LIMA, 1996:60-61)

Na década de 1960 Campina Grande se transformou em uma praça com plena vitalidade econômica e as ações da Sudene ajudaram o município a conquistar a 4ª posição como economia mais importante do Nordeste com 23 projetos aprovados pela Superintendência – as primeiras posições ficaram com Recife (67), Fortaleza (44) e Salvador (40).

Tabela 1
Número de projetos industriais aprovados pela Sudene até 1967

Estados	
Pernambuco	124
Bahia	82
Ceará	67
Paraíba	53
Alagoas	22
Rio Grande do Norte	19
Maranhão	11
Sergipe	10
Piauí	9

Fonte: DB – 04.08.1967; p.6

¹⁵⁶ DB – 13.04.1965; p. 3

Como se pode observar, dos 53 projetos aprovados pela Sudene para a Paraíba, 23 foram para Campina Grande, configurando-se durante a década de 1960 como um polo industrial tanto do Estado como também da região Nordeste. Contando com incentivos fiscais das três esferas do poder – municipal, estadual e federal – Campina Grande viu seu número de indústrias mais que duplicar de 1950, quando havia 93 estabelecimentos, para 212 empresas, em 1960¹⁵⁷. Um crescimento de 127% se compararmos as duas décadas. Através da Sudene, o município teve um grande salto na quantidade de indústrias instaladas. De 1961 a 1970, foram aprovados 26 projetos industriais. Do total, 11 se referiam à implantação de indústria; 10 de ampliação e ou modernização; e cinco de reformulação financeira.

Tabela 2
Indústrias incentivadas pela Sudene em Campina Grande de 1961 a 1970

Ano	Estabelecimento	Produto	Objetivo do projeto
1961	Casa Fracalanza	Cordas e fios de Sisal	Implantação
1962	Cotonifício Campinense	Sacos de algodão	Ampliação e modernização
1963	Fracalanza	Sacos de algodão	Compra de equipamentos
1964	Cande	Tubos plásticos rígidos	Implantação
1965	Cande	—	Complementação
	Incopresa	Elementos vazados, ladrilhos, etc	Implantação
	Ilcasa	Leite pasteurizado	Implantação
	Sibral	Sisal	Modernização
	Wallig Nordeste S.A.	Fogões a gás liquefeito	Implantação
1966	Cande	—	Reformulação Financeira
	Fibrasa	Beneficiamento de sisal	Modernização
	Ipelsa	Celulose e papel	Reformulação Financeira
	Premol	Artefatos de concreto	Ampliação

¹⁵⁷ Fonte: Censo Industrial do Estado da Paraíba – IBGE

	Wallig Nordeste S.A.	—	Reformulação Financeira
1967	Bentonit União Nordeste S.A.	Beneficiamento de Argila/Bentonita	Implantação
	Artefatos Metalúrgicos Müller Nordeste S.A.	Utensílios domésticos, pias metálicas, etc.	Implantação
	Fertilizantes de Campina Grande S.A.	Industrialização de lixo urbano	Implantação
	Bentonit União Nordeste S.A.	—	Ampliação
	Wallig Nordeste S.A.	—	Equipamentos (Complementação)
1968	Arbame Mallory do Nordeste S.A.	Artigos elétricos e eletrônicos	Implantação
	Frigrande	Tecidos Comestíveis e subprodutos de bovinos e suínos	Implantação
1969	Bentonit União Nordeste S.A.	—	Aumento de colaboração financeira
	Besa	Placas esponjosas de borracha	Implantação
1970	Artefatos Müller Nordeste S.A.	—	Equipamentos (Complementação)
	Cotonifício Campinense S.A.	—	Atualização Financeira
	Ilcasa	Beneficiamento de leite	Equipamentos (Complementação)

Fonte: Projetos industriais aprovados pela Sudene de 1960 a 1970, em Campina Grande. Paraíba. Sudene, biblioteca Central. Recife (PE)

Até 1965, Campina Grande chegou a abrigar o maior parque fabril da Paraíba com 636 estabelecimentos, 87 dos quais utilizando mais de cinco operários. Já em relação à mobilização total de recursos para a industrialização, em projetos aprovados pela Sudene em 1965, foi de 12.188.434.000 cruzeiros, dos quais 8.382.161.000 somente em Campina Grande. (CINGRA, 1966). Na fase desenvolvimentista inaugurada pela Sudene no Nordeste, Campina Grande se tornou grande centro fabril por causa de alguns fatores elencados pela Cingra:

- a) Espírito empresarial agressivo, que se vem afirmando desde a fase mercantil anterior;

- b) Substancial oferta de energia elétrica, com interligação ao sistema de Paulo Afonso por duas linhas transmissoras, o que no Nordeste, acontece somente em Recife e Campina Grande;
- c) Grande variedade de matérias-primas vegetais, animais e minerais;
- d) Água abundante e barata, contando com duas adutoras com potencial de 575 milhões de metros cúbicos;
- e) Ligação, por estradas pavimentadas, com os principais centros demográficos da região e do Sul do Brasil;
- f) Ligação ferroviária com as grandes capitais nordestinas;
- g) Grande rede bancária (22 estabelecimentos);
- h) Distrito industrial em adiantada implantação, dispondo já de água, energia e outras obras de infraestrutura;
- i) Moderno sistema de telecomunicação, com os grandes centros do país, através de microondas, telefone, etc. (CINGRA, 1996)

Mesmo com todos esses fatores positivos elencados acima, veremos mais adiante que, com a infraestrutura garantida para a instalação de novas indústrias, o problema da falta de água e de energia elétrica perdurou pelos anos de 1965 e 1966 por falta de recursos. Com a liberação da construção dos Distritos Industriais na Paraíba, a escritura definitiva do terreno onde iria ser instalado o complexo de indústrias em Campina Grande foi assinada em fevereiro de 1965, como mostrou o **DB**. “Somente após a assinatura daquela escritura poderá o Fagrin fazer igualmente por escritura pública a transferência dos terrenos destinados às indústrias em implantação no Distrito Industrial do Ligeiro”. (DB – 10.02.1965; p.8).

Naquele período, a Wallig Brasil S.A, Cande – Campina Grande Indústria Ltda e o Dnocs já estavam construindo os prédios para instalar as fábricas, mas aguardavam em fevereiro de 1965 apenas as escrituras com o título de propriedade. A doação do terreno foi feita pela prefeitura, através da Companhia de Industrialização de Campina Grande (Cingra). Outras fábricas, de iniciativa local, também estavam pleiteando terrenos no DI.

A campanha visando um melhor tráfego na área onde iria se instalar o distrito, além da disponibilidade de água, energia elétrica e outros melhoramentos, já tinha sido iniciada e

referenciada no **DB**. Tudo isso para mostrar que o governo municipal e estadual estava fazendo de tudo para que Campina Grande oferecesse condições propícias para as novas indústrias. No entanto, o problema da água e de outros serviços, considerados essenciais para colocar em funcionamento o distrito, foi amplamente discutido no **DB**.

Em meio a finalização do projeto do DI da cidade, outra grande preocupação da Fiep era com a efetivação das obras de infraestrutura garantidas para as novas indústrias que iriam se instalar na cidade. Durante uma reunião realizada na Federação no dia 10 de setembro de 1964, foram discutidos os investimentos feitos até o momento pelo Fundo de Desenvolvimento Agrícola e Industrial no Distrito Industrial e sobre a instalação da energia elétrica e do abastecimento de água, que seriam feitos através dos recursos do Fagrín com colaboração da Sanesa, da Chesf e da prefeitura. No entanto, a falta de recursos para a concretização dessas obras foi considerado o grande obstáculo pelos órgãos responsáveis pela instalação da água e da energia no distrito. Para que esses problemas fossem solucionados, Pedro Gondim pleiteou ao presidente da República, naquele ano, Castelo Branco, o valor global de três bilhões de cruzeiros¹⁵⁸.

Uma das características do DI de Campina Grande era a disponibilidade de água, diariamente, às indústrias que ali fossem se instalar. Com caráter de centro urbano em crescimento, esse detalhe não podia faltar, e o convênio assinado entre o Fagrín e a Sanesa para a construção “imediate” de uma subadutora no distrito, “cujas obras o governador Pedro Gondim já liberou a quantia de sessenta e oito milhões de cruzeiros, depositados no Banco do Estado da Paraíba e necessários à execução da primeira etapa daqueles serviços que consiste na construção da subadutora e na ligação desta ao reservatório a ser construído no Distrito Industrial, com capacidade de 400 metros cúbicos¹⁵⁹”.

Com o título “Água resolverá problema básico do Distrito Industrial de Campina”, o **DB** frisou que um dos maiores problemas apontado pelos “industriais locais e especialmente do Sul do país que visitavam a área destinada ao Distrito Industrial, planejando ali instalar suas

¹⁵⁸ DB – 11.09.1964; p.5

¹⁵⁹ DB – 10.11.1964; p.5. Logo após a publicação do convênio para construção da subadutora, o jornal publicou um editorial com o título “Água no Distrito Industrial” elogiando a iniciativa e cobrando “pressa” do governo em dotar o Distrito Industrial de água e energia elétrica para que as novas indústrias comessem a se instalar no local. “Consta que a Wallig, que já está com o projeto de sua fábrica em Campina Grande praticamente concluído, espera apenas que os terrenos do Distrito recebam os benefícios da terraplanagem, do abastecimento d’água e do suprimento de energia elétrica, para ordenar o início das obras”. (DB – 12.11.1964; p.2).

indústrias, era exatamente a ausência de água no local, elemento essencial e até imprescindível ao funcionamento de estabelecimentos fabris¹⁶⁰”. Mesmo com todo esse problema da água, o Governo do Estado não permitiu que esse entrave se tornasse um impedimento para a execução do plano de instalação do DI, juntamente com a direção do Fagrin, o Estado elaborou um orçamento de 108 milhões de cruzeiros para as obras da subadutora. No local também foi construído um reservatório, que serviu exclusivamente para o distrito.

E no dia 13 de abril de 1965, o **DB** registrou em suas páginas a construção do reservatório com capacidade para 400 metros cúbicos, que tinha por finalidade o abastecimento de água para as instalações industriais que já se encontravam em andamento como também as que iriam se fixar no distrito¹⁶¹. Tudo isso, o jornal fez questão de destacar que a instalação de grandes complexos industriais, como a Wallig e a Cande, “não teria sido possível sem a garantia do suprimento de água que está sendo levada a efeito pela Sanesa no Distrito Industrial”. (DB – 13.04.1965; p.3).

Outro problema que ganhou destaque no jornal foi a questão da instalação de energia nos Distritos Industriais da Paraíba. Em março de 1965, o **DB** divulgou que, por determinação do governador Pedro Gondim, foi pago à Chesf a quantia de 390 milhões de cruzeiros, correspondente a contas em atraso do fornecimento de energia na capital e em Campina Grande.

O Fagrin, autorizado pelo seu Conselho Deliberativo, foi incumbido de efetuar aquele pagamento, conforme convênio assinado com a Chesf, pelo qual esta companhia se comprometeu, dentro de 10 meses, a instalar duas Estações Abaixadoras, destinadas ao fornecimento de energia aos Distritos Industriais de Campina Grande e João Pessoa. (DB – 31.03.1965; p.8)

Percebeu-se que todos os esforços que o governo da época tentou fazer para dotar o DI de Campina Grande de infraestrutura adequada para instalação de novas indústrias foram feitos. No entanto, só depois da criação da Companhia de Industrialização do Estado da Paraíba¹⁶² (Cinep),

¹⁶⁰ DB – 29.12.1964; p.8

¹⁶¹ A construção estava sendo supervisionada pela Diretoria de Obras da Sanesa, sob a orientação do engenheiro Lynaldo Cavalcanti. O então governador Pedro Gondim autorizou a liberação de 100 milhões de cruzeiros, através do Fundo de Desenvolvimento Agrícola e Industrial (Fagrin) para a realização do empreendimento. (DB – 13.04.1965; p.3)

¹⁶² O primeiro presidente da Cinep foi Evaldo Cruz (indicado por Juarez Farias, à época secretário de Planejamento do Governo do Estado). Segundo Zenaide (1996), a Cinep passou a comandar a implantação dos Distritos Industriais paraibanos e o sistema de incentivos fiscais para pequenas, médias e grandes empresas que se instalassem no Estado, objetivando diversificar e ampliar o parque industrial da Paraíba. Através do decreto nº 10.204, de 6 de abril de 1984, o governador Wilson Braga mudou o nome da companhia para Sinep e passou a se chamar Superintendência de Industrialização do Estado (Sinep), órgão com regime especial.

em novembro de 1967, em substituição ao Fagrin, foi possível dar continuidade a complementação dos Distritos Industriais de Campina Grande e de João Pessoa. “Naquela época não existia Secretaria de Indústria e Comércio, e o Fagrin era uma estrutura absolutamente burocrática e estatal, e havia necessidade de agilizar a abertura em termos operacionais, de empresas privadas. Então criou-se a Cinep”. (ZENAIDE, 1996:29)

Conforme Zenaide (1996:29), na época de instalação da Cinep pouca coisa havia sido feita em termos de infraestrutura, “só as desapropriações dos terrenos e a elaboração dos projetos de urbanização de ambas as áreas, mas não se havia mobilizado recursos para infraestrutura de esgotos, rede elétrica, arruamento, terraplanagem, enfim, a estrutura básica”.

Por felicidade da Paraíba, o governador João Agripino se relacionava muito bem com o Presidente da República, general Castelo Branco, e obteve um empréstimo a juros módicos e condições de pagamento a longo prazo, junto ao Banco Central, através do qual foi possível acelerar a implantação dos Distritos Industriais, ao mesmo tempo em que se fazia funcionar a Cinep e atrair para a Paraíba vários empreendimentos industriais de porte, como Arbame, Wallig, Candê, Toália e outros. (ZENAIDE, 1996:29-30).

3.1. Wallig: esperança renovada no setor industrial

Não se pode negar que durante os anos 1960, a industrialização foi objeto de destaque nos periódicos, assim como a discussão em torno de sua concretização. E a instalação da Wallig em 1967 proporcionou grande visibilidade a Campina Grande e abriu caminhos para que outras indústrias de grande porte escolhessem a cidade para se instalar, já que ela era considerada a maior indústria do município. “Foi grande a euforia da população com a notícia da instalação desta fábrica, e isto serviu de incentivo para novos investimentos públicos visando à industrialização”. (LIMA, 1996:68). A Wallig encaminhou à Sudene projeto de implantação e recebeu incentivo do órgão em 1965.

No dia 4 de dezembro de 1963, o **DB** trouxe uma matéria do presidente da Wallig, indústria do Rio Grande do Sul¹⁶³ especializada na fabricação de fogões, e iniciava o texto com uma frase emblemática de Werner Pedro Wallig. “A decisão já está tomada e a nossa empresa vai

Cinep era considerada de economia mista. Só que, em 1992, no governo de Ronaldo Cunha Lima, restabeleceu o nome Cinep com “C” e a condição de sociedade de economia mista através do decreto nº 14.278. (ZENAIDE, 1996:77)

¹⁶³ A Wallig era uma empresa pertencente ao Grupo Wallig do Rio Grande do Sul surgida em Porto Alegre em 1904.

instalar aqui, uma indústria de fogões¹⁶⁴”. Esse recorte mostrou o quão Campina Grande estava propícia a receber fábricas de grande porte através dos incentivos fiscais oferecidos a elas. Durante reunião com a direção da Fiep, Werner recebeu o apoio e a colaboração para instalar a indústria na cidade. O presidente da Wallig ainda declarou ao jornal que ele já teve conhecimento sobre Campina Grande. “Nossa visita agora é somente para confirmar a instalação de uma fábrica nesta cidade. Para isso contamos com o apoio (...) do seu dinâmico Prefeito, o sr. Newton Rique, que nos trouxe até aqui e da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, que nos dá todo o apoio”. (DB – 04.12.1963; p.8)

Para mostrar o quanto a cidade iria ganhar com a instalação da Wallig, o presidente da empresa disse à reportagem do **DB** que o investimento em Campina Grande seria de três bilhões e quatrocentos milhões, considerando o capital fixo e o de giro. E nessa primeira etapa do projeto a indústria também tinha como planos a criação de cerca de 400 empregos tanto para homens como mulheres. Oliveira (2005a) ressaltou que a matéria-prima (de Volta Redonda – RJ) e os técnicos eram “importados” de outras regiões do país, cabendo a Campina Grande apenas o fornecimento da mão de obra barata. A produção foi toda voltada para uma linha de fogões que tinha alto padrão de qualidade e funcionalidade, “mas de um preço extremamente acessível ao grande público. Conseguimos essas condições ideais em função da alta racionalidade na produção e nas condições favoráveis que esperamos receber em função dos planos da Sudene”, frisou Werner Wallig ao jornal¹⁶⁵.

Conforme informações do vice-presidente da empresa, Walter Brusius, através de declarações feitas ao **DB**, a Wallig investiu até maio de 1965 – data da publicação dessa matéria –, 400 milhões de cruzeiros em Campina Grande e ainda iria aplicar cerca de oito bilhões de cruzeiros para iniciar a produção de oito mil fogões a gás liquefeito não só para o Nordeste como para o mercado Latino Americano e também para a África. Naquele momento, a indústria já tinha mudado a área onde ia erguer a fábrica, concluiu a terraplanagem e aprontou as fundações da secção de estamperia. Já na segunda fase do empreendimento, a Wallig estava com planos para produzir 15 mil fogões¹⁶⁶.

¹⁶⁴ DB – 04.12.1963; p.8

¹⁶⁵ DB – 04.12.1963; p.8

¹⁶⁶ DB – 08.05.1965; p.3

Até então, o projeto da Wallig Nordeste S.A. não tinha sido aprovado, mas no dia 5 de maio de 1965, mês em que se comemora o Dia da Indústria (25 de maio), a Sudene concedeu a aprovação à empresa durante a 59ª Reunião do Conselho Deliberativo da Superintendência, que aconteceu no auditório da Escola Estadual Elpídio de Almeida, na Prata. Antes de inaugurar a empresa em Campina Grande, o **DB** frisou mais uma vez que a “Wallig vai produzir 8 mil fogões por mês”. Foi com esse título que o jornal trouxe uma matéria no dia 21 de janeiro de 1966 e se mostrou, mais uma vez, contundente em defender a industrialização na cidade ao descrever, na maioria das vezes, apenas os benefícios que a instalação de novas empresas iriam trazer para o município.

A instalação e inauguração da Wallig se tornaram um marco da modernidade/modernização de Campina Grande, pois a cidade conseguiu mostrar ao país que foi possível seguir os sinais do progresso instituídos na década de 1960 através da industrialização. Ao longo do período de instalação de fábricas na cidade, o **DB** se manifestou com tendência acentuada através da invenção de uma memória seletiva sobre a industrialização e por isso só percebemos os pontos positivos desse período nas páginas do jornal, assim como alguns fatores considerados negativos que podiam impedir a consolidação do parque fabril.

O mundo novo representado por Campina Grande através das páginas do **DB** teve como referência a Wallig Nordeste S.A., instalada no dia 9 de agosto de 1967¹⁶⁷. O presidente e maior acionista da indústria, Werner Wallig, aceitou o convite do então prefeito de Campina Grande, Newton Rique, em 1963, para instalar a empresa no município. Depois de eleito, o prefeito visitou algumas cidades do Sul do país à procura de industriais dispostos a instalar fábricas em Campina Grande. “Um elenco de facilidade e incentivos foi elaborado por um escritório especializado do Rio de Janeiro, especialmente contratado pela Prefeitura, a fim de reforçar os atrativos já regulamentados e postos em prática pela Sudene e pelo Banco do Nordeste (...) e pelo Governo do Estado”. (DB – 29.03.1966; p.5). Pelo menos essa foi a ideia e o discurso que as elites locais tentavam construir e veicular a respeito da instalação da Wallig na cidade.

¹⁶⁷ Há controvérsias em relação à data de inauguração da Wallig Nordeste S.A., pois em alguns livros apontam que foi no dia 19 de agosto de 1967 ou em anos distintos como em 1965 e 1969. No entanto, com base no **Diário da Borborema**, no dia 10 de agosto de 1967 o jornal publicou uma matéria referente à inauguração da empresa. Como o periódico circulou um dia depois dos acontecimentos, entendeu-se que a Wallig foi inaugurada no dia 9.

Nome já conhecido em todo o País, não somente pela grandiosidade de suas unidades fabris no Rio Grande do Sul, mas sobretudo pela alta qualidade dos seus produtos, cuja característica principal é a constante renovação de modelos e aprimoração técnica, a Wallig prestou a Campina Grande, um dos maiores serviços já assinalados na história do progresso da 'Rainha da Borborema'. (DB – 29.03.1966; p.5).

Depois de conceder amplo destaque à inauguração da Wallig, no dia 10 de agosto de 1967, o **DB** publicou uma matéria com o título “Campina recebeu Presidente Costa e Silva” detalhando como foi a chegada e a recepção¹⁶⁸ feita para ele e como não podia faltar, em um intertítulo, o jornal reservou espaço para a Wallig. “O relógio marcava 9 horas e 25 minutos. E juntamente com o governador João Agripino e o bispo diocesano D. Manoel Pereira da Costa, o presidente da República cortou a fita simbólica sob aplausos dos presentes”. Logo depois, Arthur da Costa e Silva visitou as dependências da indústria¹⁶⁹ para observar de perto o funcionamento das máquinas consideradas modernas para a época. (DB – 10.08.1967; p.8)

Em meio às festividades da inauguração da Wallig em Campina Grande, a Câmara de Vereadores Félix Araújo realizou uma solenidade para outorga do título de ‘cidadão campinense’¹⁷⁰ ao diretor-presidente da empresa, Werner Pedro Wallig¹⁷¹. Na mesma ocasião, também foi condecorada com a comenda do “Mérito Municipal” a irmã de Werner, Marga Wallig.

No mesmo caminho da Wallig, outras indústrias também receberam incentivos da Sudene para se instalar em Campina Grande, entre elas a Cande, em 1964; Incopresa - Indústria de Construções Premoldadas S/A (1965); Ilcasa Indústria de Laticínios (1965); Bentonit União Nordeste S.A. (1967); Artefatos Metalúrgicos Müller Nordeste S.A. (1967); Fertilizantes de

¹⁶⁸ Com detalhes, o **DB** divulgou a chegada do presidente Costa e Silva, que desembarcou no Aeroporto João Suassuna, em Campina Grande, acompanhado de ministros, do governador da Paraíba, João Agripino, de autoridades civis e militares, para inaugurar a Wallig Nordeste S.A. O presidente veio em um avião da Força Aérea Brasileira (FAB), desembarcando às 9h10. “O dia estava bonito, nem sol nem chuva, um pouco nublado e um tanto frio pondo em contraste a calorosa homenagem que foi concedida ao presidente Costa e Silva, sétimo presidente da República que visita Campina Grande”. (DB – 10.08.1965; p.8).

¹⁶⁹ Conforme informações contidas no jornal, a Wallig, no dia de sua inauguração, dispunha de uma área de 96 mil metros quadrados, tendo de área construída 23 mil metros quadrados. O quadro funcional era de 508 operários, 87 funcionários administrativos e cinco engenheiros. A empresa recebeu apoio da Sudene, Governo da Paraíba e Prefeitura de Campina Grande. O Banco do Nordeste também ajudou nos investimentos. (DB – 10.08.1965; p.8)

¹⁷⁰ O autor do projeto que conferiu honraria ao diretor-presidente da Wallig foi o então vereador José Leon Nepomuceno, que fez a entrega do pergaminho ao homenageado. (DB – 10.08.1967; p.6)

¹⁷¹ Em forma de homenagem, no dia 11 de agosto de 1967, o **DB** publicou uma matéria com o título “Campina agradece a Werner Wallig conferindo-lhe título honorífico”. Ao longo do texto e influenciado pelo “boom” da industrialização, o jornal dedicou um espaço para contar um pouco da vida do diretor-presidente da Wallig. Werner Wallig nasceu no dia 30 de julho de 1921, em Porto Alegre, e sua adolescência foi dividida entre os estudos e a fábrica do seu pai, João Wallig, pois “desde jovem se interessava por tudo que dizia respeito à indústria”. Em 1966, Werner foi citado entre os dez maiores “capitães-de-indústria do País”. (DB – 11.08.1967; p.8)

Campina Grande S.A. (1967); Arbame Mallory do Nordeste S.A. (1968); Frigrande (1968); Besa – Borracha Esponjosa S.A. (1969), entre outras. Vale ressaltar que algumas dessas empresas foram instaladas no período em que foi publicada a série “Uma Indústria por Dia”, no **DB**, entre 1965 e 1966, mas não foram descritas nesse projeto.

A Wallig foi realmente uma bandeira que mostrou Campina Grande para o Brasil, porque era uma das principais indústrias do país e se instalou em Campina Grande de uma forma moderna, mais moderna do que as outras que existiam em outros estados. Isto serviu de atrativo para outros grupos empreendedores viessem se instalar na cidade¹⁷².

Segundo o atual presidente da Fiep, Francisco de Assis Benevides Gadelha (Buega Gadelha), as indústrias que se instalaram em Campina Grande na década de 1960 tiveram grande desempenho nos anos 70. O **DB** foi um grande porta-voz desse bom momento que as empresas vivenciavam, construindo uma imagem positiva da e sobre a cidade. E como fonte e objeto de pesquisa principal deste trabalho, tentamos compreender como foi o processo de industrialização através dos discursos produzidos no jornal. Segundo Lima (1996:72), durante o período em que “os incentivos à industrialização do Nordeste foram patrocinados de forma intensiva pelo governo federal através da Sudene e de seus mecanismos, podemos afirmar que a Paraíba, assim como Campina Grande, foi muito beneficiada com a instalação de novas indústrias e a modernização das empresas já instaladas no município.

No início da década de 1970, além dos incentivos no âmbito federal e municipal, o Estado ainda mantinha a Companhia de Industrialização da Paraíba (Cinep) e o Núcleo de Assistência Industrial da Paraíba¹⁷³ (NAI/PB). Em decorrência da implantação do programa de apoio às pequenas e médias empresas regionais, centralizado e coordenado pela Sudene, a Paraíba institucionalizou o Núcleo no início dos anos 70. “Buscava-se desse modo um órgão que cuidasse exclusivamente das pequenas e médias empresas industriais paraibanas, respaldando os objetivos da Cinep”. (ZENAIDE, 1996:33)

Em termos regionais, o êxito desse programa estimulou o surgimento do Cebrae – Centro Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas, em meados de 1972. (...) Integrando, a partir de então, o conjunto de agentes e executores do sistema Cebrae, o

¹⁷² Depoimento de Buega Gadelha concedido a autora no dia 3 de fevereiro de 2010.

¹⁷³ O NAI/PB era uma sociedade civil sem fins lucrativos cujo objetivo era promover a execução do Programa de Pequena e Média Empresa no Estado. O Núcleo integrava o sistema regional de assistência às empresas, sistema este que era representado, coordenado e controlado pela Sudene, com participação do Banco do Nordeste do Brasil. (DB – 14.01.1971; p.3)

NAI/PB pode aumentar e intensificar suas atividades, atendendo a um maior número de empresas do Estado, oferecendo assistência técnico-gerencial, treinamento empresarial e elaboração de pesquisas setoriais, viabilizando, desse modo, o desenvolvimento de uma experiência muito rica, objetivada em um melhor direcionamento do apoio às pequenas e médias empresas. (ZENAIDE, 1996:33)

O NAI mudou a denominação para Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa da Paraíba (CEAG/PB) e atendeu de 1970 a 1995, 1.500 empresas paraibanas de pequeno e médio porte com trabalhos de consultoria, de estudos e projetos de financiamento, isenção e assistência técnica. Assim como o NAI, o Cebrae também alterou a nomenclatura para Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Paraíba (Sebrae), que até hoje atua no mercado de trabalho. Com base no debate em relação à modernização via industrialização, o jornal trouxe no dia 14 de janeiro de 1971 uma matéria intitulada “NAI/PB orientará também indústrias do interior”, assinada por Paulo de Souza.

Com base no texto de Paulo de Souza, verificamos que o programa de assistência às pequenas e médias indústrias também teve como objetivo a “adequação da mentalidade, com o reconhecimento de sua importância no contexto do desenvolvimento regional. E aí está o grande valor dos cursos para pequenos e médios empresários, ministrados pelo NAI/PB”. Dentre os temas abordados estavam custos industriais, administração, produção, comercialização e contabilidade. Os empresários de João Pessoa, Campina Grande, Sousa, Patos e Cajazeiras, receberam treinamento pelo NAI. (DB – 14.01.1971; p.3).

Na década de 1960, Campina Grande havia se notabilizado em âmbito regional e até mesmo nacional como cidade apta a receber novas indústrias, pois havia um incremento nos discursos no sentido de mostrá-la como um local propício a esse desenvolvimento que tanto pregavam no país. A partir dos anos 70, acentuou-se o processo de industrialização através da intervenção do Estado brasileiro. Esse período foi referenciado como sendo o “Milagre Brasileiro¹⁷⁴”, momento em que o crescimento econômico passou a ser a preocupação central tendo como carro-chefe a expansão industrial.

¹⁷⁴ A expressão “milagre brasileiro” decorreu de fenômenos parecidos que ocorreram na Alemanha (Occidental) e no Japão nos anos 1950. A economia industrial alemã conseguiu emergir dos escombros da Segunda Guerra Mundial com pujança, passando a competir com o mercado mundial. “A dificuldade em explicar a rapidez com que a Alemanha se reerguia das ruínas da guerra – motivo de surpresa e admiração – levou os profissionais da imprensa e analistas a divulgarem o fenômeno através da expressão ‘milagre alemão’. Por sua vez, o Japão, outro país atingido duramente pela guerra, projetou-se economicamente no mundo, com grande força e poder de competitividade, a partir dos anos 60, o que levou os analistas a identificarem o fenômeno como o ‘milagre japonês’”. (BRUM, 1999:323).

Brum (1999) lembra que assim que a economia brasileira apresentou altas taxas de crescimento em anos sucessivos, o governo militar, principalmente na gestão de Emílio Garrastazu Médici (1969/1974), procurou difundir a imagem de que a década de 1970 seria assinalada como “milagre brasileiro”. “A expansão da economia brasileira foi beneficiada também pela conjuntura econômica mundial, francamente favorável. O mundo capitalista vivia uma situação de ampla disponibilidade de capital, e o Brasil (...) buscou créditos externos em escala crescente”. (BRUM, 1999:324). Esse período se estendeu de 1968 a 1973. No entanto, “o país não teve condições de sustentar por longo tempo esse alto desempenho. A partir de 1974, o crescimento do PIB passou a apresentar tendência declinante. E, em 1981, o país entrou em crise profunda”. (BRUM, 1999:322).

Em Campina grande, os reflexos da chamada “crise do milagre” foram perceptíveis no início dos anos 1980, principalmente no setor industrial com o processo de desaceleração da economia, que culminou com o fechamento de importantes indústrias instaladas no distrito industrial campinense. Segundo Lima (1996), a industrialização foi colocada a partir dos anos 50 do século XX como sendo a grande resolução para os problemas sociais que o Nordeste, assim como Campina Grande, enfrentava naquele tempo. No entanto, após o período de apogeu, entre 1960 e boa parte dos anos 70, esse cenário do desejo de mais crescimento econômico mudou e como consequência ocorreu o fechamento de várias indústrias ou até a mudança de algumas empresas de Campina Grande para João Pessoa.

Para Lima (1996), o fato mais marcante da crise que passou a assolar Campina Grande foi o fechamento da Wallig em 17 de setembro de 1979. Assim como muitas indústrias aproveitaram o momento propício para instalação na cidade com a chegada da Wallig, com o seu fechamento, outras grandes empresas também fecharam as portas, como a Sanbra, Sanca, Fracalanza, Fibrasa, entre outras¹⁷⁵.

Entre os fatores que contribuíram com a crise da industrialização em Campina Grande estava a mudança na política tributária adotada pelo regime militar após 1965, que passou a “adotar uma política centralizadora privilegiando as capitais em detrimento das cidades de porte médio como Campina Grande. Desde o início da década de 1970, essa preocupação com a

¹⁷⁵ Na década de 1970, o **Diário da Borborema** continuou a intensa luta em prol da industrialização junto aos empresários do setor e a quantidade de matérias referentes ao fechamento das empresas foi considerada mínima durante a pesquisa feita pela autora sobre os anos 1970.

possível crise no setor já foi visível no **DB**. Foram publicadas algumas matérias referentes à industrialização. Em uma delas foi intitulada “Cacique diz que industrialização parou¹⁷⁶”. Esse termo se referiu ao gerente regional do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Antônio Ernani Cacique. Segundo Ernani, há três anos, anteriores à publicação da matéria, que mereceu destaque na capa, em 1971, nenhuma nova indústria teria se instalado em Campina Grande e não haveria perspectivas para os próximos anos.

No entanto, foram instaladas indústrias na cidade nesse período, através dos incentivos pela Sudene, como a Artefatos Müller Nordeste S.A. (1970); Cotonifício Campinense S.A. (1970); Ilcsa (1970); Bentonit União Nordeste S.A. (1969); Besa (1969); Arbame Mallory do Nordeste S.A. (1968); e Frigrande (1968). O gerente regional do BNB pretendia, com suas declarações no jornal, reivindicar a consolidação da industrialização e a abertura de mais crédito e incentivos para que outras empresas viessem para o município. Naquele mesmo ano, o **DB** publicou outra matéria na capa com informações concedidas pelo economista e diretor executivo da Condeca, Salomão Meneses. No texto, pudemos extrair que na cidade algumas indústrias estão se instalando, mas alguns melhoramentos também devem ser introduzidos no parque industrial de Campina Grande. Para Salomão, “deve-se pensar em Campina Grande em termo integrado. A industrialização deverá estar integrada com o setor primário”. Não pensar em nível local, mas sim um desenvolvimento integrado com o Compartimento da Borborema¹⁷⁷.

Já em 1970, outra preocupação para Campina Grande veio à tona no **DB**: a escolha das indústrias em se instalarem em João Pessoa. O jornal trouxe matéria com o título “Campina perde indústria de refrigeradores”. Conforme informações contidas na matéria, a empresa, sem citar o nome, teria preferido se instalar no Distrito Industrial de João Pessoa, e o motivo alegado pelo jornal teria sido a ausência de uma política mais agressiva de interesse dos investidores. “O processo de industrialização campinense entrou, de certo tempo para cá, numa espécie de esvaziamento, não mais se instalando aqui novas indústrias, nem se tendo notícias de que alguma poderá vir se implantar nesta cidade”. (DB – 27.05.1970; p.8).

Mais uma vez o jornal publicou matéria referente à transferência de uma indústria já instalada em Campina Grande para o Distrito Industrial de João Pessoa. Dessa vez foi a ION S.A,

¹⁷⁶ DB – 25.12.1971; capa

¹⁷⁷ DB – 30.07.1971; capa

que fabricava óculos e funcionava na Rua Antenor Navarro, no bairro da Prata. Em 1971, a empresa produzia 200 armações por dia e pretendia aumentar – depois da transferência – para três mil armações. Um dos diretores da ION, Antônio Diniz Magalhães, relatou ao **DB** que a indústria não continuou em Campina Grande porque na capital haveria mais vantagens para a firma. “Entre as razões por que deseja transferir para João Pessoa está a maior facilidade de recebimento da matéria-prima para fabricação (...) e ainda maior facilidade para a exportação por via marítima”. (DB – 27.06.1971; p.8). Nesse período já era possível perceber a perda de importância de Campina Grande no contexto estadual.

Dois anos depois (1973), com um título bem enfático “Campina Grande estava disputando fábrica que João Pessoa ganhou¹⁷⁸”, o então presidente da Cinep, Marcelo Figueiredo, revelou ao jornal que a Companhia ofereceu tudo o que foi ao alcance, como aluguel de galpões mais baratos, para que a Johnson & Johnson não se instalasse em João Pessoa. Marcelo Figueiredo informou ao periódico que “o aluguel dos galpões de Campina custariam 6 a 7 vezes menos do que a Johnson & Johnson vai pagar em João Pessoa. Revelou que industriais pessoenses fizeram contatos sigilosos, sem o conhecimento da Cinep”. (DB – 30.03.1973; capa).

Em meio a esse início de crise, o presidente da Comdeca, Salomão Menezes, se pronunciou em abril de 1973 na Câmara de Vereadores e o **DB** trouxe matéria sobre o assunto. Para o economista, Campina Grande nunca teve um plano de desenvolvimento. “O problema não é trazer indústrias que fechem após dois anos, mas sim as que têm visibilidade econômica. Nos Distritos Industriais existem muitos ‘elefantes brancos’, que não estão capacitados a entrar no mercado de capitais¹⁷⁹”. Mesmo assim, o economista acreditava que a maior parte das indústrias instaladas no DI campinense estava em fase de expansão. E para mostrar que Campina Grande estava preocupada com essa expansão, o jornal construiu um discurso favorável sobre as possibilidades oferecidas pelo Distrito Industrial.

Apoio e esperança não faltaram para os industriais em cada sinal de superação da crise. No IV Congresso Norte-Nordeste de Patologia, que aconteceu em 20 de julho de 1971, — mesmo sendo um evento sobre um tema totalmente diferente da industrialização —, o então governador Ernani Sátiro pronunciou o discurso de abertura e aproveitou o momento para dizer que ajudaria

¹⁷⁸ DB – 30.03.1973; capa

¹⁷⁹ DB – 25.04.1973; capa

Campina Grande a se erguer desta crise, não somente “injetando-lhe coragem, otimismo consciente, não otimismo inorgânico dos sonhadores, mas o organismo dinâmico dos que têm os pés na realidade, os pés no chão, embora para as estrelas”. Com o título bem promissor “Governador promete ajudar arrancada para o progresso de Campina”, Ernani ainda se explicou durante o pronunciamento afirmando que “a sua presença a Campina Grande foi para dizer que ela contará sempre com a minha solidariedade, apoio e entusiasmo para todos os seus empreendimentos, que são sempre os empreendimentos de interesse público”. (DB – 22.07.1971; capa).

Com base no anúncio de transferência de indústrias para a capital, o então presidente da Cinep, o engenheiro Marcelo Lopes, teve mais uma vez espaço no jornal e anunciou em 2 de março de 1973 a implantação de mais três novas indústrias em Campina Grande. Ele ainda culpou a instabilidade política como uma das causas do enfraquecimento do setor local. “Campina Grande teve a maior parte de seus projetos aprovados pela Sudene no período de 63 a 68. De 1968 para cá, houve uma redução na aprovação de projetos, fato que, de um certo modo, prejudicou o desenvolvimento da cidade em relação ao Estado da Paraíba¹⁸⁰”.

Nos anos 60, Campina Grande se notabilizou como “capital do trabalho”, mas na década de 1970, não houve uma regularidade discursiva como em anos anteriores sobre a industrialização na cidade. Mesmo assim, o **DB**, em algumas ocasiões, tentava resgatar essa “luta” pelo desenvolvimento através do setor industrial. Em um desses casos, no dia de aniversário do município, em 11 de outubro de 1975, o jornal publicou várias matérias com caráter especial tanto voltado para o ensino universitário – que estava se consolidando através da Universidade Regional do Nordeste –, como também sobre a industrialização. Campina Grande foi mais uma vez comparada a São Paulo através do título “Na industrialização, Campina Grande é o São Paulo dos sertões nordestinos”.

O **DB** atualizou o discurso de comparação entre Campina Grande e São Paulo com tom emblemático. Este enunciado se externalizou mais uma vez fazendo uma referência ao povoamento da Paraíba, que aconteceu antes da Revolução Industrial. Neste caso, como forma de engrandecimento do Estado, o jornal supunha uma fisionomia de civilização predominantemente

¹⁸⁰ DB – 02.03.1973; capa

agrária. Mesmo assim, a Paraíba conseguiu se sobressair dessa situação com os incentivos do governo federal, estadual e municipal, atraindo mais indústrias.

A despeito do homem paraibano, descendente do colono europeu seiscentista, do indígena primitivo e do negro importado para a lavoura da cana-de-açúcar não ter tido a oportunidade de se familiarizar mais cedo com o uso e o manejo das máquinas e equipamentos da Revolução Industrial, e viver em luta contra uma natureza difícil, Campina Grande construiu, em pleno coração dos nossos sertões, um polo industrial dinâmico e surpreendente. (DB – 11.10.1975; caderno especial, p.5)

E “foi dentro desse ‘estado de espírito campinense’” que o governador Ivan Bichara Sobreira¹⁸¹ decidiu criar na Paraíba, atendendo a uma velha reivindicação da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (Fiep), a Secretaria da Indústria e do Comércio, em 1975, para coordenar a execução da polícia estadual de desenvolvimento industrial e comercial do Estado. De 1960 – considerado o início da industrialização na Paraíba com o declínio da cultura do algodão –, até 1977, a Sudene promoveu um amplo desenvolvimento no Estado com a aprovação de projetos referentes a implantação, modernização e reformulação financeira. Segundo Andrade (1981), a Paraíba teve mais projetos aprovados em 1967 (30). Já em 1968 foram 22 projetos; 1970 (22); 1971 (21); 1972 (11); 1973 (9); 1974 (4); 1975 (8); 1976 (6) e 1977 (9).

¹⁸¹ Ivan Bichara foi escolhido governador pelo então presidente da República, general Ernesto Geisel. No dia 24 de maio de 1974 – data do aniversário do novo governador –, aconteceu o anúncio através das rádios sobre o nome de Ivan para o governo paraibano. (SOUTO, 1993)

Tabela 3
 Projetos aprovados pela Sudene no período de 1960 – 1977

Estados	
Pernambuco	716
Bahia	470
Ceará	333
Paraíba	229
Rio Grande do Norte	134
Alagoas	73
Sergipe	63
Piauí	36
Maranhão	33

Fonte: (ANDRADE, 1981)

Foram várias as tentativas para projetar as indústrias, principalmente através das páginas do **DB**, mas na década de 1970, essa regularidade discursiva foi reduzida e a educação (ensino superior) ganhou destaque através de um debate sobre a federalização e estadualização da Fundação Regional do Nordeste (Furne). A crise no setor industrial foi marcada em Campina Grande pelo fechamento da Wallig em 1979. E quando o Brasil adentrou os anos 80, a recessão tomou de conta e o país apresentou um esgotamento da matriz industrial; uma grande crise da dívida externa; e a falência financeira do Estado brasileiro¹⁸². A região Nordeste também foi afetada durante a chamada “década perdida”. “O parque industrial existente no país, no início da década de 1980, possuía uma base relativamente sólida, e podia continuar a expandir-se em proporção e qualidade razoáveis, se mantida uma situação de normalidade”. (BRUM, 1999:427). No entanto, com a exigência do pagamento dos juros da dívida externa, o Governo Federal teve que reduzir os investimentos em vários setores da sociedade, incluindo a industrial.

Ao longo das décadas de 1950, 60 e 70 as corporações transnacionais haviam feito fortes investimentos em países promissores de desenvolvimento médio, como o Brasil e outros, atraídas especialmente pelo baixo custo da mão de obra, pelas perspectivas de expansão

¹⁸² Ver mais em Brum (1999).

de seus negócios e para garantir ou conquistar mercados. Nos anos de 1980, no entanto, o fluxo de capitais das corporações multinacionais passou a dirigir-se preferencialmente para os países centrais. (...) Várias razões explicam essa mudança. De um lado, os países em desenvolvimento deixaram de ser atrativos aos investidores internacionais, ao menos por algum tempo: estavam altamente endividados e foram forçados a adotar políticas recessivas de ajustes internos para fazer face aos compromissos da dívida externa. Em consequência, mergulharam em profunda crise econômica. (BRUM, 1999: 431-432)

Nesse contexto, lembrou Pereira (2008), a região Nordeste também foi afetada com a recessão econômica que influenciou o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e provocou um declínio de -2,4 pontos, em 1981, e -0,8 pontos em 1983. “o setor industrial apresentou declínio apenas em 1981, por ter sido a recessão intensa, enquanto o setor de serviços teve declínio apenas em 1983”. (PEREIRA, 2008:143). Mesmo nesse tom de crise econômica, o **DB** não “desanimou”, juntamente com os empresários de Campina Grande, e tentou mostrar que o setor industrial podia se tornar mais atraente em toda a Paraíba através dos incentivos concedidos pela Sinep. Em uma série especial publicada no Dia da Indústria (25 de maio) em 1985, o jornal se apresentou contraditório ao tentar “mascarar” a crise que o país estava vivenciando e ao mesmo tempo mostrando que o setor não estava de “vento em popa” como muitos industriais tentavam demonstrar.

Em uma primeira matéria da série intitulada “Paraíba vai ser o Estado mais atraente em termos de incentivo à industrialização”, o discurso apareceu bastante otimista para um período de recessão e de corte de investimentos do Governo Federal. Segundo o jornal, a Sinep pretendia elaborar uma proposta de atualização da política de incentivos fiscais da Paraíba em busca do desenvolvimento industrial, tão almejado, e encaminhar o projeto ao Estado. Dessa forma, “a Paraíba, assim, pretende acompanhar o nível de desenvolvimento demonstrado por outros Estados nordestinos, ultimamente, como o Ceará e o Rio Grande do Norte”. Os mecanismos propostos pela Sinep “deverão surtir efeitos bastante positivos, com mais empresas desejando instalar-se na Paraíba graças a mecanismos que subsidem bastante sua implantação”. (DB – 25.05.1985; p.10).

Na mesma edição, em tom de preocupação, o jornal publicou uma matéria se referindo à apreensão da Fiep em relação às perspectivas industriais de Campina Grande, já que o país estava assolado por uma dívida externa com altas taxas de juros impossibilitando novos empreendimentos com raras oportunidades de rentabilidade. Por tudo isso, a Fiep “vê escassas

perspectivas de um bom surto industrial não só em Campina Grande como em todo o Estado”. Entretanto, o empresário e um dos membros da diretoria da Federação, Geraldo Dias, afirmou ao **DB** que “se faz necessário uma boa dose de otimismo aliado ao gênio inventivo da nossa gente, principalmente os empreendedores da terra e os que vêm a nos ajudar, participando do processo que desejamos de desenvolvimento no setor industrial”. (DB – 25.05.1985; caderno especial; p.4).

Geraldo Dias apontou algumas alternativas para que a cidade não mergulhasse nessa crise nacional. “Para incrementar a indústria campinense (...) se faz necessário o aproveitamento da vocação natural da cidade que ora apresenta segmentos industriais que devem merecer o mais decisivo apoio dos governos tanto a nível municipal, como estadual e federal¹⁸³”. Mesmo preocupados com a recessão brasileira, os industriais e o jornal sempre tentaram alavancar o setor em Campina Grande referenciando a “vocação natural” do povo trabalhador que faz crescer o município.

3.2. Da crise às discussões sobre o ensino superior

Em meio ao período de crise, a quantidade de matérias que saía no **DB** referente à industrialização também sofreu uma redução na década de 1970 e o jornal passou a dar mais destaque à educação, que no período destacado acima acontecia uma corrente para federalizar a Universidade Regional do Nordeste (Urne). A nossa visitação ao tempo passado foi delimitado a partir dos anos 70 para mostrarmos, através das representações do jornal, como o ensino superior se encontrava naquele tempo, mas foi imprescindível também contarmos um pouco dos primeiros passos para se consolidar o setor educacional em Campina Grande com a crise da industrialização.

Outra forma encontrada pelos intelectuais da época de seguir os passos da modernização, que contagiou o país no século passado, foi a tentativa de consolidação da educação em Campina Grande, já que, por falta de mais cursos de nível superior na cidade até 1966, muitas estudantes campinenses tiveram que se deslocar para estudar no Recife (PE), que era considerado, àquela

¹⁸³ DB – 25.05.1985; Caderno especial; p.4

época, o maior centro universitário do Nordeste. A partir daí, o setor foi galgando espaços na sociedade e conseguiu superar as crises e se consolidar anos depois.

O setor educacional na cidade começou a ganhar espaço com a criação da primeira escola de ensino superior de Campina Grande, a Politécnica, em 1952¹⁸⁴ — década em que a sociedade brasileira se consolidou como urbana e industrial, principalmente com a bandeira do “desenvolvimentismo” pregada durante o governo de Juscelino Kubitschek¹⁸⁵ (1955-1960). O primeiro curso da instituição foi o de Engenharia Civil, que teve a primeira turma formada em 1958. Em 1963, foi criado o de Engenharia Elétrica. Segundo Torres & Montenegro (2007:15), “a Escola Politécnica já nasce com a missão de fornecer mão de obra qualificada para as empresas que viessem se instalar na cidade”. Momento este que a cidade estava sendo favorecida pelos incentivos fiscais oferecidos pelo governo federal e estadual, centralizando as atenções para o desenvolvimento via industrialização. Naquele período havia entre os campinenses a ideia de que os engenheiros formados na Escola Politécnica poderiam ajudar o Brasil a superar os problemas relacionados à ciência e tecnologia, possibilitando a construção de um saber técnico para realizar obras de infraestrutura que o Brasil precisava até então.

Esse desejo de crescer e de se tornar referência em ensino superior reforça o imaginário desse grupo que cria a Escola Politécnica, lhe dá vida e amplia e consolida. A aquisição do primeiro computador em Campina Grande, o primeiro do Norte-Nordeste e um dos cinco primeiros do país, pode ser entendido emblema da força transformadora e da vontade de responder aos desafios de seu tempo superação do atraso em que estava inserida a cidade e região. (TORRES & MONTENEGRO, 2007:28)

O ano de 1952 abriu o leque para a criação de novos cursos na Paraíba. A década de 1950 registrou o surgimento de quase todas as escolas isoladas, que anos depois delinearão o corpo da

¹⁸⁴ O primeiro vestibular da Escola Politécnica aconteceu em 1954 e as aulas tiveram início em março do mesmo ano. Durante os anos de 1954, 1955 e 1956, a Politécnica funcionou em um dos setores da Escola Elpídio de Almedia, o Estadual da Prata. Em 1957, a escola se mudou para o Grupo Solon de Lucena, sede oficial que foi doada pelo Governo do Estado através do decreto nº 876 de 4 de novembro de 1955. Um dos passos considerados importantes para a Politécnica aconteceu em 1958 com a cessão de um terreno no bairro de Bodocongó para a construção definitiva da escola, embrião do atual campus da Universidade Federal de Campina Grande. (LOPES, S/D). Até 1947 existia apenas uma instituição de ensino superior na Paraíba, a Escola de Agronomia do Nordeste (EAN), em Areia, que pertencia ao Governo do Estado.

¹⁸⁵ Em 1958, o então presidente Juscelino Kubitschek esteve em Campina Grande e o **Diário da Borborema** prestou uma ampla homenagem nas páginas do jornal. O presidente veio inaugurar o novo sistema de abastecimento de água, a adutora de Boqueirão, em 6 de novembro de 1968. Campina Grande foi mais uma vez chamada de “São Paulo em miniatura” pelo dinamismo dos seus habitantes e pela força empreendedora dos seus líderes da indústria e do comércio. Àquela data foi considerada pelo jornal como um passo para o futuro dos campinenses. Na época, o município vivenciava um declínio da cultura do algodão e uma industrialização que se apresentava promissora aos olhos do grupo desenvolvimentista local. (DB – 07.1.1958; capa). JK também foi homenageado com uma estátua de bronze na Praça da Bandeira, no Centro.

Universidade Regional do Nordeste (URNe) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A Escola Politécnica foi uma delas, pois em 1960 ela foi incorporada ao campus II da UFPB, em Campina Grande, juntamente com a Faculdade de Ciências Econômicas, unidade de ensino superior criada pelo município de Campina Grande e por ele mantida.

No mesmo passo de desenvolvimento, um grupo de intelectuais da cidade, liderados por Edvaldo de Souza do Ó e Lopes de Andrade, criaram a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (Fundact), que era uma entidade de caráter privado, instituída pela Lei municipal nº 48 de 28 de dezembro de 1957. Segundo Lima (1996:51), a Fundact “servia de guia para os industriais locais (...) que desejassem investir na região. A criação desta fundação fazia parte dos planos de um setor da sociedade que acreditava que a industrialização seria a redenção para a cidade, resolvendo todos os problemas sociais”.

Como podemos perceber, a educação fazia parte das discussões em Campina Grande, mas, o tema que centralizava as atenções dos intelectuais e empresários nos anos 60 foi a industrialização. No período que funcionou na cidade, a Fundact desenvolveu atividades ligadas à indústria e ainda manteve a Faculdade de Filosofia de Campina Grande, onde formava uma nova geração de intelectuais. “Com exceção da Faculdade de Direito, todas as demais deveram a sua organização e início de funcionamento, em grande parte, à FUNDACT”. (MELO, 1992, p.21). Até 1966, ano de criação da Universidade Regional do Nordeste (URNe), havia em Campina Grande duas faculdades que se integraram à UFPB, a Escola Politécnica, com os cursos de Engenharia Civil, Engenharia Mecânica e Engenharia Elétrica, com um total de 244 alunos, e a Faculdade de Ciências Econômicas (Face)¹⁸⁶, que mantinha os cursos de Ciências Econômicas e de Sociologia e Política, com 223 estudantes. Campina Grande também contava com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, pertencente à Fundact, e a Faculdade de Serviço Social, que tinha 51 alunos matriculados e era mantida pela Congregação das Irmãs Missionárias.

Na década de 1960, Campina Grande despontava no cenário regional por possuir uma situação favorável, e esse foi um dos fatores para que a sociedade campinense reivindicasse uma faculdade campinense. Segundo Porfírio (2008), no início de 1966, as faculdades de Filosofia e

¹⁸⁶ A Face foi criada através da Lei Municipal nº 512, de 1º de julho de 1955. Durante a fase de transição do comércio algodoeira para a industrialização, os intelectuais e industriais alegavam que Campina Grande sentia a necessidade de uma Faculdade de Ciências Econômicas onde se formam as novas equipes de técnicos, para as diversas atividades que seriam desenvolvidas em Campina Grande com o surto de industrialização. (TORRES E MONTENEGRO, 2007)

de Serviço Social passavam por uma crise, e como forma de aglutinar algumas faculdades isoladas que funcionavam em território local, a prefeitura tentou buscar uma solução de cunho educacional. Antes de ser criada a URNe, o município contava com 175 mil habitantes e polarizava as atividades econômicas e sociais de boa parte da Paraíba e de várias cidades de outros estados.

O então prefeito Williams de Souza Arruda encaminhou à Câmara Municipal mensagem nº 12/66-AL, de 15 de fevereiro de 1966¹⁸⁷, com o projeto de lei de criação da Universidade Regional do Nordeste. Na mensagem, o prefeito afirmou que dois fatores importantes contribuíram para a criação da universidade: o primeiro, sendo Campina Grande a quarta cidade economicamente mais importante da região Nordeste, e por isso, a cidade precisava de incrementos para manter esse desenvolvimento alcançado com o surgimento da Sudene; e o segundo, foi que o município estava exigindo um esforço mais urgente no ensino superior, “pois sem ele, a cidade poderá rapidamente mergulhar na estagnação”. (DB – 16.02.1966; capa). Williams também declarou que já tinha a pretensão de instituir uma nova universidade, que integraria a Faculdade de Filosofia, Faculdade de Serviço Social, Faculdade de Direito, de Arquitetura e Urbanismo e a Faculdade de Odontologia. (PORFÍRIO, 2008). De acordo com o projeto, a URNe iria funcionar como autarquia municipal dando direito ao prefeito para autorizar a consignação de recursos no orçamento e assinar convênio com a Fundact.

Na Câmara, o projeto de lei foi numerado como 26/66 e recebeu no dia 3 de março de 1966 o parecer da Comissão de Educação e Cultura, que tinha como presidente relator o vereador Anésio Ferreira Leão. No documento, a comissão destacou e enalteceu o progresso conquistado nas últimas três décadas e fez um alerta de que a cidade corria o risco de um “inevitável estrangulamento (...) se o setor cultural local, que se atrasou em relação ao avanço comercial e industrial, não for urgentemente desenvolvido em todas as suas potencialidades¹⁸⁸”.

No documento foi relatado também que, em relação ao desenvolvimento apenas econômico, a cidade conseguiu responder positivamente ao desafio, pois estatísticas asseguravam

¹⁸⁷ A cerimônia foi descrita na capa da edição do dia 16 de fevereiro de 1966 do **DB** e, segundo o jornal, contou com a presença de intelectuais, representantes do clero, professores, jornalistas, banqueiros e comerciantes. O prefeito assinou a mensagem às 17h30, no salão nobre da Prefeitura Municipal propondo a criação da URNe. Vale ressaltar que tanto as pessoas ligadas ao âmbito acadêmico participaram da cerimônia como também os empresários que tinha relação com a economia da cidade. (DB – 16.02.1966; capa)

¹⁸⁸ Mais sobre o assunto ver Sousa do Ó (1986:19).

que Campina Grande era a quarta cidade economicamente mais importante do Nordeste, incluindo até as capitais do estado, e a sétima mais importante do país. Havia também a alegação que a criação da URNe iria ajudar o governo municipal a alavancar o ensino superior na cidade. Com a ideia de que Campina Grande já nasceu grande no nome, havia a preocupação de que, “mesmo que venha a possuir o melhor ensino primário e secundário e tanto tenha crescido e prosperado, poderá voltar a ser superada por outras cidades da região, suas concorrentes (...), onde o instituto da Universidade já existe”. (SOUSA DO Ó, 1986:21-22).

Poucos dias depois de conclamado o voto favorável à propositura, a Câmara aprovou e o prefeito Williams Arruda sancionou a Lei nº 23, de 15 de março de 1966, criando a URNe¹⁸⁹, com sede em Campina Grande. Sendo assim, o artigo 2º da Lei nº 23 integrou à universidade a Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, a Faculdade de Filosofia, a Faculdade de Direito, a Faculdade de Odontologia e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

A Universidade Regional do Nordeste – URNe nasceu dentro de um contexto histórico carregado de agitação e de contagiante expectativa como foi aquele que dominava o cenário brasileiro no início da década de 60. Misturavam-se as lutas pelas chamadas ‘reformas de base’ com o indisfarçável otimismo da era ‘Juscelino Kubitschek’. A Sudene despontava como uma nova esperança para a Região. A URNe foi, então, projetada no meio desse clima de anseios em torno da redenção do Nordeste. Inspirada no modelo da Universidade de Brasília – UNB, pretendia-se inaugurar um tipo diferente de Ensino Superior capaz de mudar a feição do sistema universitário do país. Suas inúmeras crises, porém, ao longo da história, como se sabe, atropelaram os planos originais, inclusive por conta de sua insustentável situação de debilidade financeira. (SILVA, 1996c:47).

Naquele mesmo ano, no dia 30 abril, foi instituída uma entidade sob a forma jurídica de fundação, com personalidade de direito privado, destinada à expansão e ao aperfeiçoamento do ensino e pesquisa de nível superior no país e especialmente no Nordeste. À entidade foi dado o nome de Fundação Universidade Regional do Nordeste (FURNe). Suas atividades foram iniciadas apenas no ano letivo de 1967, quando funcionaram várias unidades que integraram seu sistema de ensino, destacando-se os cursos de Ciências Sociais e de Letras, de Administração Pública e de Empresa, de Direito, Didática, de Engenharia Química e de Química Industrial.

Nesta ocasião, foi extinta a Fundact, através de aprovação da lei nº 2010, de 20 de março de 1968, e todo o patrimônio da fundação passou a integrar a FURNe. Dessa forma, todos os

¹⁸⁹ O primeiro reitor da URNe foi Edvaldo de Sousa do Ó, tendo como vice o cônego Emídio Corrêa Viana.

cursos pertencentes à Fundact passaram a fazer parte da então Fundação Universidade Regional do Nordeste. O **DB** também repercutiu sobre o fechamento da Fundação e conforme declaração do presidente o órgão, Edvaldo do ó, publicada no jornal, o ensino superior chegou a atingir uma nova fase, que estava exigindo a convocação de outros elementos capazes de assegurarem a consolidação do estágio já alcançado e seu desenvolvimento seguinte. Dessa forma, ele exprimiu o “seu máximo empenho para que Campina Grande, em nenhum momento, se veja marginalizada e sem os instrumentos indispensáveis à realização do progresso e bem-estar de seu povo, que tem na Instituição Universtiária um fator essencial ao desenvolvimento”. (DB – 13.04.1966; p.8). Na ocasião não faltou entusiasmo e esperança de que, com o fim da Fundact, o desenvolvimento estaria assegurado de acordo com as pessoas envolvidas e ligadas diretamente com o avanço do ensino superior local.

No entanto, desde os primeiros anos de criação da FURNe, a instituição enfrentou inúmeras crises¹⁹⁰ e o pleito da federalização da instituição esteve presente nos meios políticos e na comunidade acadêmica com os mesmos objetivos com que foi alcançado o procedimento em relação à primeira Universidade da Paraíba, criada em 2 de dezembro de 1955 e federalizada pela Lei nº 3835 de 13 de dezembro de 1960.

Desde a criação da URNe, a demanda e os anseios da comunidade só fizeram crescer e os cursos foram ampliando, e à medida que a universidade evoluía se ampliava também os problemas de natureza administrativa e financeira. Foi a partir daí que a instituição iniciou, juntamente com a comunidade acadêmica e os políticos, uma luta para se firmar como unidade de Ensino Superior com reconhecimento no contexto regional. E uma das soluções encontrada foi a federalização da URNe, que se tornou uma luta constante em todo o processo de evolução da universidade até a sua estadualização. Esse projeto teve várias adesões, mas também encontrou barreiras, como podemos perceber ao longo das matérias publicadas no **Diário da Borborema**.

O **DB** não deixou de acompanhar a tentativa de federalização da FURNe que tanto os políticos almejavam. No início de 1968, dois anos depois de criada a URNe, o jornal também encampou a luta pela federalização. Esse cenário foi construído com base nas declarações de,

¹⁹⁰ Na sua implantação, a URNe seguiu o modelo de estrutura da Universidade de Brasília (UNB), em um sistema que se integram os Institutos Centrais, as faculdades e unidades complementares, já que ela veio tentar inovar o ensino superior brasileiro. No entanto, a inadequação de projetos e de realidade afetou a estrutura acadêmica e administrativa da URNe, que na época possuía recursos limitados e estava inserida em uma região com realidade bem adversa da sociedade urbano-industrial de Brasília. (VIEIRA, 1979)

principalmente, políticos da época. Por causa dos problemas financeiros, pagamento de pessoal e manutenção, que a universidade enfrentou desde o início, o reitorado aguardava que uma solução definitiva ao processo fosse tomada em 50 dias, conforme foi publicado no jornal em 30 de janeiro de 1968, após uma viagem de Edvaldo do Ó ao Rio de Janeiro. Na ocasião, o professor também tratou de outros assuntos ligados ao funcionamento da instituição. Em contato com a Fundação Getúlio Vargas, Ministério da Educação (MEC) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (Capes), Evaldo obteve para a URNe vários cursos para serem realizados no ano de 68. (DB – 30.01.1968; p. 3). No entanto, essa previsão não foi concretizada e a universidade continuou enfrentando crises.

Mesmo nesse clima de luta pela federalização, de 1967 a 1968, como lembra Porfírio (2008), a URNe deu um passo de gigante para tomar feição de uma grande universidade. Nesse período ocorreu a instalação da sua biblioteca e de um Restaurante Universitário, além da formação do Museu de Arte, que recebeu o nome de Assis Chateaubriand depois de receber do presidente dos Diários Associados uma coleção de quadros considerados valiosos.

Entrevistado pelo **DB**, o ex-governador José Américo, fundador das Escolas de Agronomia, em Areia, e da Politécnica, em Campina Grande, disse que era favorável à federalização da URNe para que a instituição pudesse obter a expansão que tão desejava. No entanto, ele achava que não era prudente que a universidade absorvesse os estabelecimentos que já tinham adquirido as condições de estabilidade no Estado. Desde o início, José Américo disse que se manifestou favorável pela “criação de uma Universidade com sede em Campina Grande, como centro de estudos dos problemas regionais, mas na esperança de sua federalização, que proporcionaria os meios para que ela fosse mantida”. (DB – 09.02.1968; capa).

Esse assunto gerou polêmica e interesses dos políticos, em muitos casos criando até divergências sobre a federalização ou não da URNe. No mesmo período da entrevista de José Américo, o então deputado Vital do Rêgo também se manifestou na tribuna da Câmara dos Deputados na sessão do dia 23 de janeiro. Esse discurso, conforme informou o **DB**, foi amplamente divulgado pela Rádio Borborema na época. E a partir desse pronunciamento, a Paraíba “tomou conhecimento dos propósitos do Ministro Hélio Beltrão, da Pasta do Planejamento e Coordenação Geral, de não federalizar nossa Universidade, mas, tão somente

oferecer-lhe ‘apoio’, continuando ela ser mantida pela Fundação da Universidade Regional do Nordeste”. (DB – 11.02.1968; p. 3).

No discurso transcrito na íntegra pelo jornal, Vital do Rêgo se manifestou “peremptório, de federalizar a Universidade campinense, feita para o Nordeste”. O então deputado também se mostrou favorável à federalização e lançou na ocasião um protesto “em nome da palavra empenhada pelo respeitável chefe da Nação e pelo seu ilustre Ministro da Educação e cobro o compromisso oficial em nome da honra pública!”. (DB – 11.02.1968; p. 3). Nesse contexto, os empresários tentavam inserir Campina Grande no processo de industrialização, que já caminhava a passos largos, e dotar a cidade de instituições de ensino reconhecidas que continuassem a mostrar o município como grande e desenvolvido.

O início da década de 1970 foi marcado, através das representações do jornal, pelo processo de vestibular das instituições de nível superior que existiam em Campina Grande. Mas também nesse período aconteceu a implantação do sistema departamental na URNe, pois antes, a universidade congregava escolas superiores isoladas. Neste caso, o **DB** publicou matéria referindo-se aos novos diretores que até então tinham sido escolhidos pelo reitor José Geraldo Araújo. (DB – 27.02.1970; p. 3).

As instituições de ensino de Campina Grande não só queriam elevar a cidade a um desenvolvimento em todo o país, como também pretendiam ajudar e prestar serviços às indústrias da Paraíba e do Nordeste. No dia 13 de fevereiro de 1970, o jornal publicou matéria referente a um equipamento no valor de 52 mil cruzeiros novo doados pelo Conselho Nacional de Pesquisa à Escola Politécnica. O equipamento serviria para utilização dos cursos de Engenharia Civil e Mecânica, “podendo ainda prestar serviços às indústrias”. (DB – 13.02.1970; p.8). As instituições não se preocupavam apenas com o ensino de graduação, mas sim, de instalar em Campina Grande um Centro Regional de Pós-graduação, para que sejam formados “engenheiros de alto nível para compor o quadro docente das universidades e fomentar a realização de pesquisas científicas e tecnológicas que permitam ao Brasil cada vez mais deixar de depender da importação de ‘Know-how’¹⁹¹”.

O **DB** mais uma vez passou ideia de pioneirismo ao relatar que Campina Grande podia ser a primeira cidade na região Norte e Nordeste a ter um curso de mestrado em engenharia, “graças

¹⁹¹ DB – 01.05.1970; p. 8

ao alto nível de ensino atingido, na área de engenharia elétrica”. Foi em 5 de outubro de 1970, que o mestrado em Engenharia Elétrica foi instalado na escola¹⁹². O segundo curso de mestrado implantando na Politécnica foi o de Engenharia Civil, aprovado em reunião realizada no dia 30 de outubro de 1970. O curso só iniciou as atividades no começo do ano letivo de 1971. “Estava assim ganha a batalha na sua fase inicial. Muito havia ainda a fazer para tornar realidade a Pós-Graduação na Escola”. (LOPES, S/D:134).

Foi só em julho de 1970 que a Escola Politécnica recebeu telegrama do Rio de Janeiro, assinado pelo diretor Lynaldo Cavalcanti, comunicando que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) havia aprovado, em definitivo, o projeto de implantação dos cursos de pós-graduação da Poli. O financiamento previa uma dotação da ordem de quatro milhões de cruzeiros para aplicação durante um período de dois anos especificamente na pós-graduação. “Tal fato ensejará um desenvolvimento crescente do meio universitário campinense que passará a contar com professores e técnicos de alto nível, os quais poderão colaborar tanto no setor de ensino e pesquisa como no setor industrial, para o progresso da cidade e da região”. (DB – 26.07.1970; p. 8). Podemos perceber também nesse trecho o desejo do jornal e dos empresários de possibilitar a industrialização também por meio das universidades instaladas em Campina Grande.

Ainda em 1970, a URNe também lutava para ser reconhecida pelo Governo Federal para que a instituição fosse federalizada. Essa iniciativa, que começou anos anteriores, fez parte de uma campanha com o objetivo de prestar apoio à universidade como forma de postular a sua “consolidação como conquista irreversível da comunidade campinense e da vasta região liderada, cultural e economicamente, por nossa cidade¹⁹³”. Junto com a sociedade, o Lions Club¹⁹⁴ também promoveu um movimento de conscientização popular para que o considerado grande público tenha conhecimento da finalidade da instituição, bem como sua significação dentro da promoção do chamado desenvolvimento integrado. “Nesses esclarecimentos – que serão feitos através de palestras (...), além de pronunciamentos pelo rádio e televisão – serão enfocadas as maiores

¹⁹² A Politécnica contou com o apoio e cobertura da Universidade Federal da Paraíba, através do reitor Guilardo Martins Alves, que em 1970 também era presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. O corpo docente do mestrado foi formado por doutores brasileiros e estrangeiros, inclusive do Canadá, dos Estados Unidos e da França. (DB – 01.05.1970; p. 8)

¹⁹³ DB – 05.07.1970; p.8

¹⁹⁴ O Lions Club é uma organização internacional de clubes voltada para serviços humanitários. Na época em que foi realizada a campanha, o clube funcionava no bairro da Prata, em Campina Grande.

facilidades de acesso, em nível de ensino universitário que serão, fatalmente, proporcionadas às classes humildes, quando da federalização da Universidade”. (DB – 05.07.1970; p.8). Percebeu-se que tanto os políticos, como o jornal e a comunidade em geral, entraram nessa campanha em prol da federalização, como forma de reconhecer uma instituição criada em Campina Grande e que passava por crises naquele momento.

Afora esse tipo de campanha, quem era leitor do **DB** também teve a impressão de que esse processo estava mais perto de acontecer por causa da regularidade das matérias com tons positivos afirmando que faltava pouco para a URNe federalizar. Em uma dessas matérias, o então reitor José Geraldo de Araújo¹⁹⁵ concedeu entrevista ao jornal e disse que o reconhecimento da universidade se devia ao retardamento de alguns aspectos institucionais que estavam sendo regularizados, “especialmente agora que a Universidade adquiriu uma nova estruturação corporificada no sistema departamental, recentemente implantado e já funcionando, com resultados iniciais bem positivos”. (DB – 07.05.1970; p.8).

No início da década de 1970, o **DB** apresentou um panorama de certa tranquilidade na URNe, o que mais afligia, segundo o jornal, era a questão do reconhecimento da URNe, e de forma explícita, trouxe matéria de capa no dia 9 de setembro de 1971 questionando sobre as causas que estavam impedindo o andamento do processo de reconhecimento. Isto nos levou a crer que o jornal, junto com a sociedade campinense encampou essa campanha e cobravam que ocorresse esse reconhecimento. “Objetivando esclarecer a opinião pública e, particularmente os estudantes universitários sobre esse problema, iremos colocar toda nossa equipe em ação a fim de que possa ser dita toda a verdade sobre a Universidade”. (DB – 09.09.1971; capa).

O reitor postulava o reconhecimento de forma globalizada abrangendo todos os cursos superiores mantidos pela universidade. E concluídas essas etapas – regularização dos aspectos institucionais, adequação dos estatutos às exigências do Ministério de Educação, o reitor afirmou que a tão almejada federalização poderia ser concretizada. Esse reconhecimento almejado pela universidade só aconteceu em 1996, nove anos depois da estadualização da URNe, no segundo reitorado do professor Itan Pereira da Silva. O ato de reconhecimento foi assinado em Campina

¹⁹⁵ José Geraldo de Araújo foi nomeado reitor em 10 de abril de 1969 através de decreto municipal nº 105/69, atendendo a exigências do comando militar do Estado. “Era a crise no seu ponto máximo, quebrava-se a autonomia universitária, administrativa e institucionalmente. Doravante, a Universidade era envolvida nos planos dos Comandos Militares da Região”. (VIEIRA, 1979:108)

Grande pelo então ministro da Educação, Paulo Renato Souza, ex-reitor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Com a assinatura do Decreto de reconhecimento pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) passou à condição de Instituição de Ensino Superior consolidada e definitiva, cujos méritos foram reconhecidos pela instância governamental responsável pelo ensino em todo o país.

Chegou um momento em que o jornal trouxe editorial em prol da URNe e afirmou que a federalização parecia bastante difícil naquele contexto. Nesse material, o **DB** fez questão de mostrar a importância da universidade na formação intelectual dos campinenses e até da região. Mas para que a consolidação da instituição fosse concretizada para manter o funcionamento, já que a universidade tinha a “necessidade de receber uma substancial ajuda para poder continuar a subsistir. Já foi dito e repetido por seus dirigentes que, como está, é praticamente impossível continuar, havendo mesmo o perigo de parar”. Essa solução seria a federalização, “providência que viria trazer um enorme benefício para Campina Grande, que passaria a receber um impulso extraordinário, até mesmo fora do comum. A Paraíba seria grandemente beneficiada, com suas cidades compartilhando também do impulso tomado por Campina Grande”. (DB – 13.05.1972; capa). O jornal tentou sensibilizar a sociedade com palavras fortes e previsões negativas caso essa federalização não saísse do papel. Para isso, o periódico também cobrou atitude do Governo do Estado e deu um tipo de solução nesse mesmo editorial.

Isso seria lamentável e não só os campinenses como também todos os paraibanos, estão na obrigação de evitar que ocorra. O Governador Ernani Sátiro, um intelectual que nunca escondeu sua simpatia para com Campina Grande e a formação da juventude, poderá se constituir no salvador da universidade. Para isso, seria necessário que nessa solução de emergência a Fundação Universidade Regional do Nordeste passasse a ser mantida pelo Estado. (DB – 13.05.1972; capa)

Antes da publicação desse editorial, o **DB** também trouxe uma matéria de capa sobre uma reunião entre os reitores da URNe e da UFPB. Na ocasião, o então reitor Antônio Lucena da Universidade Regional do Nordeste declarou ao jornal que “Campina Grande terá a sua Universidade Federal, com absorção ou não da Politécnica e da FACE” e pediu apoio ao reitor da UFPB, Humberto Nóbrega, à campanha para implantação da Universidade Federal de Campina Grande. Em resposta à URNe, ele disse que “o problema tem que ser equacionado, tem de ser

estudado em conjunto. Considero, no entanto, que a Paraíba somente tem a ganhar com a criação de mais uma Universidade, que será motivo de progresso”. (DB - 04.11.1971; capa).

Nesse período havia uma luta pela federalização da Universidade Regional do Nordeste, que objetivava incorporar as duas faculdades localizadas em Campina Grande, a Politécnic e a Faculdade de Ciências Econômicas. No entanto, o que se percebeu foi que a Poli não se apresentou favorável a essa solução, de ficar sob o domínio da URNe, e chegou a propor a criação de um novo campus da UFPB em Campina Grande.

O descredenciamento da Escola Politécnic como sede de cursos de pós-graduação significaria a perda de cerca de três milhões de cruzeiros anuais, com prejuízo para as empresas comerciais e industriais desta cidade. Não poderíamos admitir a menor diminuição do ‘status’ de que desfruta a Escola Politécnic (...) em face do prestígio de que ela goza nos mais altos círculos da educação no país. (LOPES, S/D:156)

Essas declarações faziam parte de um memorial elaborado em uma reunião realizada no dia 43 de novembro de 1971 pelo Conselho Departamental, presidida pelo diretor da Politécnic, Francisco Barbosa de Lucena, que contou com a assinatura de 52 professores e de dois ex-diretores da escola, os professores Lynaldo de Albuquerque e José Silvino Sobrinho. Esse documento foi entregue ao professor e reitor da UFPB, Humberto Carneiro. O grupo que liderava a Poli acreditava que a FURNe não apresentava condições para anexar as duas faculdades consideradas bem sucedidas por eles, pois desde que foi criada ainda não teria conseguido reconhecimento de nenhum dos seus cursos e essa atitude “não seria um ato lúcido em prol do desenvolvimento e da melhoria do ensino superior em Campina Grande”. (LOPES, S/S:155).

Esse impasse continuou e a cada reitorado da Universidade Regional do Nordeste os professores tentavam encontrar soluções para acabar com a crise na instituição, principalmente a financeira que prejudicava alunos e o corpo docente. Ao longo da década de 1970, o **DB** parecia que tinha ignorado essa crise que se propagava na FURNe e preferiu dar ênfase às lutas pela federalização e reconhecimento da instituição. Nesse período há também uma forte mobilização em prol da industrialização e da construção de equipamentos que propiciassem desenvolvimento para a cidade. Parecia que o município estava engajado nessa luta de federalização e na instalação de mais indústrias como forma de fortalecer a economia local.

Com tom elogiativo ou não, as matérias que foram publicadas sobre as universidades instaladas em Campina Grande abordaram principalmente a federalização como a única solução para o ensino universitário de Campina Grande. Essas declarações foram afirmadas pelos políticos da época, muitos deles vereadores locais, que contavam com o espaço do jornal para propagar essa defesa. Em outros casos, o **DB** fazia questão de enaltecer o ensino superior da cidade divulgando matérias sobre a quantidade de alunos que as faculdades possuíam e que, ao longo dos anos, alcançaram crescimento e reconhecimento¹⁹⁶. Com o título “Campina Grande tem mais de 4 mil universitários”, o jornal fez questão de ressaltar que os dados foram alcançados através de um pesquisa feita pelo próprio periódico. A instituição que possuía mais estudantes em 1974 era a FURNe com 2.500; a Faculdade de Medicina com 360; a Face com 331 e a Escola Politécnica com 880¹⁹⁷.

Em muitas das matérias sempre aparecia um tipo de solução e expectativa para a federalização da URNe. Em outubro de 1975, a Câmara de Vereadores elaborou um documento para ser entregue ao ministro da Educação, Ney Braga, como também ao presidente da Câmara Federal, o deputado Célio Borges, contendo o pleito do reconhecimento da universidade.

Não desconhece V. Exa. a importância de Campina Grande dentro do contexto nacional, como maior cidade do interior do Norte-Nordeste do país, uma influência que se irradia por Estados vizinhos e até além, e verdadeira capital econômica de vasta região paraibana, liderando 52 municípios do chamado Compartimento da Borborema, que perfaz uma população de mais de 1 milhão de habitantes.

Podemos dizer que a ajuda que até hoje nos veio dos diversos governos estaduais e federais, foi devido ao fato de fazermos valer a nossa voz em momentos críticos. A iniciativa partiu sempre daqui, e se quase sempre fomos atendidos, é que foram reconhecidas pelos poderes públicos as nossas reais necessidades e muito justas pretensões.

Dentre estas iniciativas, uma se sobressai pela sua importância, pelo modo sobre-humano com que foi conseguida e é mantida, e pelos serviços que presta não só à comunidade local como a inúmeros outros Estados brasileiros, e assim, ao próprio País: a Universidade Regional do Nordeste. (DB – 10.09.1975; p. 7)

Neste trecho do documento feito pela Câmara para ser entregue ao ministro da Educação percebeu-se a forma como eles pretendiam alcançar essa federalização, primeiramente, tentando

¹⁹⁶ Outras matérias abordaram que o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) liberou 700 mil cruzeiros para a URNe, em 18 de dezembro de 1973; um ano depois, o jornal trouxe uma reportagem com o título “Professores da URNe receberão salários que estão atrasados”, em 30 de outubro de 1974; e assim seguem os anos 70 sobre informações das universidades locais.

¹⁹⁷ DB – 02.03.1974; p.4

enaltercer a cidade e a sua importância no país, como também mostrar que a URNe não atendia só aos campinenses, mas sim uma gama de estudantes vindos de outros estados, dessa forma, contribuindo com o ensino para todo o Brasil. Mesmo o Governo Federal recebendo esse memorial, a federalização mais uma vez não saiu do papel.

Nesse interím, a Universidade Federal da Paraíba, na gestão do reitor Humberto Nóbrega, teve que elaborar uma nova estrutura na instituição por meio de um Decreto Federal nº 73.701, de 28 de fevereiro de 1974. Pela nova estrutura criou-se o Centro de Ciências e Tecnologia em Campina Grande absorvendo a Escola Politécnica, a Faculdade de Ciências Econômicas e a Escola de Agronomia de Areia. “Na verdade, achava-se naquela ocasião, que seria a melhor solução para os problemas do ensino universitário em Campina Grande. O desejado Campus II da Universidade Federal da Paraíba poderia abrigar em seu complexo todas as Faculdades e Institutos superiores”. (LOPES, S/D:173).

No entanto, o CCT teve uma curta existência (1974-1978) para dar lugar a criação de “multi-campi”. “A criação do Campus II da Universidade Federal da Paraíba tinha sido sugerida em diversas oportunidades como uma das possíveis soluções para os problemas do Ensino Superior em Campina Grande”. Mas isto foi feito pelo reitor Lynaldo Albuquerque e órgão de decisão superior da UFPB em 1978, através da proposta de novo Estatuto e Regimento Geral da universidade. A decisão do Conselho Federação de Educação (CFE) foi homologada pelo Ministério da Educação e Cultural através da Portaria nº 1.209, de 16 de novembro de 1978. Pelo novo estatuto foram criados: Campus I (João Pessoa); Campus II (Campina Grande); Campus III (Areia) e Campus IV (Bananeiras).

Os anos 1980 chegaram e os problemas não diminuíram. Conforme Melo (1992), de forma direta ou indireta, a contribuição da Prefeitura de Campina Grande foi significativa para manter a universidade nos primeiros anos de funcionamento. No entanto, essa contribuição foi reduzida drasticamente e os problemas financeiros da URNe começaram a se agravar. Em 1967, por exemplo, a contribuição da prefeitura foi de 60,08% sobre o orçamento da FURNe, mas ela foi reduzindo ano após ano até chegar a 0,08%, em 1987.

Já em relação à contribuição do Governo do Estado, como aponta Melo (1992), era muito pequena, representando pouco para a receita da URNe, em torno de 3% entre os anos de 1976 e 1982. No período de funcionamento da URNe, o Governo Federal também enviou contribuição

para a instituição, mas diminuiu esse valor anos antes da sua estadualização. “À medida que caíam as contribuições federal e municipal e a do Estado era quase inexistente, os recursos próprios da FURNe, isto é, as mensalidades dos estudantes, passaram a representar a maior parcela da receita, variando entre 39,2% em 67 e 74% em 86”. (MELO, 1992:39)

Embora as mensalidades dos estudantes se constituíssem em sua principal fonte de receita, também neste setor a FURNe teve de enfrentar muitas dificuldades, em face do baixíssimo poder aquisitivo de seu corpo discente, como seria de esperar em se tratando da região Nordeste. (MELO, 1992:43)

As mensalidades dos estudantes também tiveram que ser elevadas cumulativamente no período de novembro de 1979 a setembro de 1984 em 4.068%, para cobrir essa lacuna de diminuição da receita da instituição. “Essa situação ocasionou uma evasão de estudantes da URNe na média de 798 por semestre – sem falar daqueles que trancavam suas matrículas ou pediam transferências para outras universidades”. (PORFÍRIO, 2008:159-160). Na década de 1980 já foi possível perceber que o **DB** cedeu espaço para a crise que assolava a URNe e a luta pela federalização se tornou mais intensa. Uma das saídas encontrada foi a incorporação dos 22 cursos da Fundação Regional do Nordeste ao Campus II da UFPB, apresentado à Câmara dos Deputados em 15 de março de 1984. O projeto de lei foi elaborado pelo deputado Octacílio Queiroz e “estava posta na ordem do dia a luta dos estudantes, professores e funcionários da URNe pela federalização da instituição, promovendo uma grande mobilização junto à comunidade campinense e aos políticos do Estado da Paraíba para pedir apoio e aprovação a esse projeto”. (PORFÍRIO, 2008:175).

Para Otacílio Queiroz, a incorporação dos cursos à universidade federal era uma saída para a grave situação em que se encontrava a URNe, resguardando-se, assim, os direitos dos estudantes. “Todavia ele lembra que a federalização seria a ideal, mas lamenta que setores da própria Campina Grande tivessem se posicionado contra a matéria”. (DB – 21.05.1985. p. 8). No entanto, esse projeto foi arquivado em fevereiro de 1987 pela Mesa da Câmara Federal, “porque era oriundo da legislatura anterior e o Regimento Interno da Casa não permitia a continuação da sua tramitação”. (PORFÍRIO, 2008:178). Mas antes, as esperanças já tinham sido frustradas com a declaração do então ministro da Educação, Marcos Maciel, quando negou, mais uma vez, a possibilidade de federalização da instituição, como também da encampação dos cursos para a

UFPB, argumentando que não há recursos suficientes para tal medida. “Marcos Maciel explicou que se abrisse um precedente, estaria discriminando outros Estados, visto que há quase 600 universidades em idêntica situação e com igual pleito”. (DB – 23.05.1985; capa).

Todas as possibilidades de federalização pareciam esgotadas e até então a ideia da estadualização da instituição como forma de sobrevivência da universidade não tinha sido debatida com mais veemência¹⁹⁸. Em 1986, a “estadualização” começou a fazer parte do imaginário da comunidade universitária depois da publicação de um editorial do informativo da administração da URNe, assinado pelo então reitor Sebastião Vieira, que defendeu a absorção do Estado do pessoal docente e técnico-administrativo. Para o professor, essa ideia era a solução mais imediata para a universidade, como primeiro passo para a federalização. Essa ideia “era aceita por uns, como salvadora da URNe, vista com indiferença por outros, porque tanto fazia uma coisa ou outra, e não acatada pela maioria das lideranças dos segmentos da universidade, principalmente pelos líderes do movimento estudantil”. (PORFÍRIO, 2008:179).

A forma que tomou essa proposta, num primeiro momento, foi a possibilidade de uma ajuda financeira de até 30% do orçamento da URNe, por parte da Administração Estadual, em troca do direito de nomear o Reitor. O meio de torná-la realidade ocorreu após a eleição indireta para Governador do Estado do ex-Senador biônico Milton Bezerra Cabral¹⁹⁹, em 16 de junho de 1986, pela Assembleia Legislativa da Paraíba. O novo governante era natural de Campina Grande e filho do ex-prefeito da cidade e ex-Deputado Estadual Severino Bezerra Cabral. (PORFÍRIO, 2008:179)

Ainda no mês de agosto de 1985, Milton Cabral enviou mensagem ao presidente da Assembleia, deputado Evaldo Gonçalves de Queiroz, solicitando autorização para celebrar um convênio com a FURNe e pediu a abertura de um crédito especial de até 20 milhões de cruzados. O governador também não deixou de enaltecer o papel que Campina Grande desempenhava na região e na economia e fez questão de lembrar a criação da FURNe e a “importância que a URNe jogava no atendimento aos estudantes, onde 39% dos 6.800 alunos da instituição matriculados naquele ano eram campinenses, 48% de outras cidades paraibanas e 13% oriundos dos demais estados brasileiros, especialmente, os da Região Nordeste”. (PORFÍRIO, 2008:186). Nesse momento, o governo se responsabilizou por esses 30% do orçamento da entidade.

¹⁹⁸ As primeiras tentativas de estadualizar a URNe foi debatida já em 1982, quando o reitor Vital do Rêgo intercedeu junto ao governador Clóvis Bezerra. Outros reitores também buscaram essa solução, mas não houve interesse por parte do governo. (MELO, 1992).

¹⁹⁹ Milton Cabral governou o Estado de 16 de junho de 1986 até 15 de março de 1987.

Durante o processo eleitoral de 1986 para escolha do novo governante da Paraíba, o Diretório Central de Estudantes (DCE), a Associação dos Docentes e dos funcionários convidaram os dois candidatos, Marcondes Gadelha e Tarcísio de Miranda Burity para discutir sobre o futuro da universidade. Na ocasião, Tarcísio garantiu que a universidade seria estadualizada em seu governo. Para ele, a estadualização seria o caminho mais simples e mais viável para a solução dos problemas financeiros da URNe. O Estado encamparia todos os cursos, assumindo e mantendo o corpo de funcionários, inclusive os professores, com salários dignos. (DB – 08.11.1986; p. 8). Ele aproveitou a oportunidade para criticar a ajuda que estava sendo feita pelo governo de 30%, condicionado ao controle do Estado e apontou algumas saídas para aquela situação, mas preferiu deixar que os professores e estudantes discutissem entre si a melhor alternativa.

De forma convincente, Tarcísio Burity considerou a URNe como o maior patrimônio de Campina Grande, fruto de esforços em uma demonstração de pioneirismo, mas, em 1986, a instituição não tinha condições de sobreviver, “a não ser que haja uma intervenção do Governo Federal”. Mesmo apontando a estadualização como solução mais imediata, o candidato não deixou de pleitear a federalização, tida como ideal para salvar a universidade da crise. Outro caminho delimitado por ele foi a federalização direta, ou seja, a absorção dos cursos que existiam na fundação pela Universidade Federal da Paraíba. A partir daí surgiria o embrião de criação da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), que foi instituída em 2002. Para Burity, a partir da federalização direta, “haveria um movimento interno de cissiparidade, dentro da própria Universidade, que culminaria com o desdobramento da Universidade Federal em duas: a Universidade Federal de João Pessoa e a outra de Campina Grande”. (DB – 08.11.1986; p.8).

E naquele momento, mesmo defendendo a federalização, o caminho mais simples e viável a seguir seria a estadualização. Este compromisso foi reafirmado em março de 1987, sete meses antes da criação da UEPB, quando Tarcísio Burity²⁰⁰ assumiu o governo e proferiu na aula inaugural da universidade a seguinte afirmação: “A FURNe não ficará órfã. Ela será estadualizada em meu governo”. (MELO, 1992:84). Essa frase foi marcante para a comunidade universitária que esperava ansiosa por uma resposta à crise da instituição.

²⁰⁰ Tarcísio Burity ficou no governo de 15 de março de 1987 a 15 de março de 1991.

Com o título “Burity anuncia hoje estadualização da URNe e realiza sonho de Campina”, o **DB** enalteceu a universidade como sendo o maior patrimônio da cidade e aproveitou a oportunidade para dizer que o anúncio oficial da estadualização da universidade aconteceria no Ginário Cesar Ribeiro durante a colação de grau dos 700 concluintes da instituição. Tarcísio Burity foi exaltado como o governante que se empenhou em conseguir esse feito²⁰¹. E o documento²⁰² tornando a URNe estadualizada foi assinado no dia 6 de outubro de 1987. Esse momento foi considerado pelo jornal como “um dos maiores acontecimentos já vividos pela população de Campina Grande”. (DB – 06.09.1987; p. 7). Conforme trecho da matéria publicada no dia 6 de setembro de 1987, o então reitor Sebastião Vieira transferiu o desejo de determinados segmentos, como a comunidade acadêmica e políticos, para toda a cidade ao declarar que, “para Campina Grande, a estadualização representou a efetiva participação do Governo Burity no desenvolvimento econômico da cidade, a começar pelos efeitos que o restabelecimento da entidade provocará o comércio e na indústria local”. (DB – 06.09.1987; p. 7).

O fato é que os campinenses querem ver a instituição voltar ao clima vivido nos primeiros anos após a fundação, exercendo grande atrativo para estudantes dos mais diversos pontos do Nordeste e fazendo parte do orgulho da população, mas não querem perder a condição de donos da tradição de terem, em sua cidade, uma Universidade que nasceu do esforço deles próprios. (DB – 05.09.1987; p.5)

Mesmo após a assinatura e envio do documento estadualizando a URNe, o deputado Evaldo Gonçalves se pronunciou no plenário da Assembleia conclamando todas as forças políticas da Paraíba e do Nordeste para lutarem pela federalização. Na opinião do parlamentar, “a estadualização da FURNe não é tudo. O objetivo maior é sua federalização. Temos que reunir nossas forças a fim de alcançarmos tal objetivo, tornando suas atividades docentes mais abrangentes e extensivas, além da gratuidade total do ensino e da pesquisa”. (DB – 11.09.1987; p.2).

E nada melhor do que escolher o dia de aniversário de Campina Grande, 11 de outubro de 1987, para anunciar a criação da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). O ato foi assinado pelo então governador do Estado, Tarcísio Burity, no Parque do Povo, com a presença de um

²⁰¹ DB – 05.09.1987; p.5

²⁰² A mensagem foi enviada ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado José Fernandes de Lima, contendo as justificativas da importação de estadualizar a FURNe.

grande público ansioso pela mudança²⁰³. Durante as comemorações, o então prefeito Ronaldo Cunha Lima também assinou mensagem passando para o Estado todo o acervo da FURNe para materializar-se a estadualização da instituição.

O ato de estadualização da Universidade Regional do Nordeste foi o ponto dominante das comemorações dos 123 anos de Campina Grande, ao qual o governador Tarcísio Burity não só compareceu, como trouxe grande parte de seus auxiliares para testemunhar o resgate do compromisso por ele assumido em Campina. (DB – 13.10.1987; p.6).

A partir do discurso proferido por Tarcísio Burity parecia que todos os problemas tinham sido resolvidos com a estadualização da FURNe, que para ele, “essa universidade vai ter a certeza da garantia do seu futuro. Vai ter a estabilidade financeira. (...) A partir de agora, o Estado vai dar jeito nisso. A garantir dos fluxos normal e financeiro, para que a universidade funcione com tranquilidade”. (DB – 13.10.1987; p.6). E no dia 13 de outubro daquele ano foi iniciado o primeiro processo de inscrições para o vestibular da UEPB para preenchimento de 2.160 vagas distribuídas em 22 cursos.

Hoje, Campina Grande é reconhecida pelo ensino superior que possui, pois daqui da cidade, todos os anos são formados novos profissionais em diversas áreas nas duas universidades públicas: UEPB e UFCG, e nas demais, que são particulares, entre elas se destacam a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas (Facisa), a Faculdade de Ciências Médicas (FCM), Escola Superior de Aviação Civil (Esac), a União de Ensino Superior de Campina Grande (Unesc), Faculdade Maurício de Nassau e o Centro de Educação Superior Reinaldo Ramos (Cesrei).

²⁰³ No ano de criação da UEPB, a região Nordeste contava com 13 universidades estaduais. Os estados do Ceará, Pernambuco e Bahia criaram as suas universidades naquele ano também.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação começou a ser elaborada a partir das representações da modernização de Campina Grande nos anos 1960, 1970 e 1980 nas páginas do **Diário da Borborema**. Partindo de indícios e sinais sobre a tentativa de urbanização, industrialização e reconhecimento do ensino superior, pudemos percorrer pelo recorte temporal proposto e dar respostas às nossas indagações de como foi construído esse discurso pelo meio impresso. Antes de tudo tivemos que interrogar “porque isso ocorreu, a que redes de poder e de interesses está ligado esse órgão de comunicação, que relações mantêm com o autor do discurso”. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009:238).

Iniciamos as discussões sobre o que conseguimos concluir acerca do processo de modernização em Campina Grande com a frase do escrito francês, Honoré de Balzac, “se a imprensa não existisse, seria preciso inventá-la²⁰⁴”. Partimos do pressuposto de que o veículo impresso adquiriu importância como documento histórico nas últimas décadas do século XX. Até então, era praticamente impossível utilizar os jornais impressos como fontes documentais, pois a tradição historiográfica do século XIX, que tinha como pressuposto a busca pela verdade, impôs limites à prática do historiador.

Antes de tudo tivemos que mostrar o quão importante foi a imprensa, neste caso, o **DB**, para a construção de discursos sobre Campina Grande desde a sua criação, em 1957, até os dias atuais. Por ser genuinamente campinense, a elite e políticos da época aproveitaram o espaço no jornal para transmitir seus ideários de transformar o município em “grande”. Como a televisão ainda estava iniciando os trabalhos no Brasil no início dos anos 1950, o jornal e o rádio praticamente eram considerados os canais de comunicação mais importantes para a população e pessoas que detinham o poder. E sem o veículo impresso, pesquisas como essa não teriam sido possíveis nessa ótica de trabalho sobre a representação.

O trabalho foi construído com base no olhar do que o **DB** representou sobre Campina Grande a partir das reportagens/matérias, editoriais e artigos. Podemos pensar uma conclusão a guisa das “cidades delgadas” descritas no livro “As cidades invisíveis” de Ítalo Calvino²⁰⁵.

²⁰⁴ A frase está presente em um dos principais romances de Balzac, “Ilusões Perdidas” (1839). Honoré de Balzac é considerado o fundador do Realismo na literatura moderna.

²⁰⁵ O livro foi construído com base nos diálogos entre o veneziano Marco Polo e o imperador dos tártaros, Kublai Khan. Em narrativas breves, “As cidades invisíveis” põe em cena as descrições das 55 cidades por onde Marco Polo visitou em missões

Através das cidades de Isaura, Zenóbia, Armila, Sofrônia e Ercília, foi possível nos remeter a muitas paisagens da cidade moderna, como a verticalidade ou a transformação de seus espaços. Também nelas talvez se incluísse o próprio urbanismo modernista²⁰⁶, em busca de um lugar ideal. Ou seja, a cidade pode ser construída e imaginada conforme se privilegiem aspectos específicos. Rezende (1997:21) traça um conceito de cidade bem semelhante ao que buscamos.

A cidade é feita de sonhos e de desejos. Sonhos e desejos que, um dia, se tornarão recordações, se incorporam aos inúmeros labirintos da memória, revelarão as faces escuras do passado ou deixarão que elas permaneçam desconhecidas para sempre. Mas sonhos e desejos que se reinventam e se transformam. Assim é a cidade, a grande moradia dos homens.

Comparando Campina Grande a essas cidades imaginárias, percebemos que a busca por um lugar ideal também foi persistentemente discutido e planejado. A cidade dos sonhos foi sim almejada por essa elite, políticos e empresários, responsáveis, por muitas vezes, pelo destino da modernização da urbe. No entanto, tivemos que pesar até que ponto essa modernização foi realmente considerada completa em todas as instâncias. A tentativa de se transformar em cidade moderna ocorreu quando aconteceu a reforma urbana a partir da década de 1930 e retomada nos anos 1960. Com isso, o cenário campinense se alterou, mas com a ajuda também da cultura do algodão, que proporcionou hegemonia comercial e deu o pontapé inicial para a tentativa de industrialização já na segunda metade do século XX.

Equipamentos considerados modernos também foram adquiridos e inaugurados com festa na cidade pelos políticos. O **DB** não deixou de dar destaque a essas aquisições, assim como as reformas e propostas de melhorias para as áreas que tinham grande movimentação e podiam ser consideradas até como cartões-postais. Podemos citar como exemplo as reformas empreendidas no calçadão da rua Cardoso Vieira; no Açude Novo e Açude Velho; da Estação Velha; e quando criados os símbolos heráldicos.

diplomáticas a mando de Khan. As localidades foram agrupadas em 11 temas. O desejo de Khan era montar um império perfeito a partir dos relatos que escutava. As cidades descritas eram lugares imaginários que possuem nomes de mulheres.

²⁰⁶ O urbanismo moderno pode ser entendido como as intervenções urbanas que têm o intuito de eliminar os “males” da sociedade como se fossem “ações cirúrgicas”, em que simplesmente se eliminam os espaços degradados ou se transformam estes espaços em espaços belos e salubres. Este pensamento se adequaria a uma corrente denominada progressista, que desconsidera elementos sócio-culturais e históricos, na busca por uma cidade ideal, e assim se busca a reprodução do espaço para demonstrar uma imagem que talvez não seja condizente com sua realidade. Ver mais Choay (1965)

No âmbito econômico, o desenvolvimento pode ser considerado como o verdadeiro motivo dos campinenses visualizarem essa modernização que pairava na cidade, já que ocorreram mudanças estruturais que alteraram o perfil sócio-econômico local. Mas todas essas tentativas de alcance do desenvolvimento tiveram seus ápices e suas crises, como podemos perceber com a cultura do algodão, que teve seu declínio já na década de 1960. Mas o segmento considerado “desenvolvimentista²⁰⁷” não deixou por menos e iniciou a luta, com ajuda do **DB** pela industrialização e busca por instalação de mais empresas para que Campina Grande se tornasse um polo industrial capaz de competir com outros estados.

Por certo tempo, o município conseguiu atrair várias indústrias com a ajuda dos incentivos fiscais disponibilizados pelo governo federal, via Sudene, do Governo Estadual e local. A criação de um Distrito Industrial capaz de abrigar essas novas empresas que escolheram Campina Grande para se instalar também propiciou benefícios e desenvolvimento para a cidade, pois com o aumento no número de estabelecimentos industriais, a cidade despontava no cenário paraibano com até mais empresas se comparado com a capital, João Pessoa. Rezende (1997:25) afirma que “os caminhos da cidade moderna não passaram apenas pelas trilhas da industrialização. Não houve essa relação de necessidade absoluta”. No entanto, em Campina Grande percebemos que a instalação de novas indústrias teve ligação direta com o desenvolvimento e a modernização da cidade em busca da concretude da modernidade. “Na verdade, é a ideia de progresso que enfeitiça os homens e que veem na cidade seu lugar privilegiado. O mundo da mercadoria e do valor de troca é fundamental para que a cidade assuma seu papel de agente da modernidade, para que se produza o contraponto entre o urbano e o rural”. (REZENDE, 1997:25).

No entanto, depois dessas vibrações com o grau de desenvolvimento que a cidade conseguiu alcançar, houve o período de crise e fechamento de muitas indústrias, ocasionando desemprego e desaceleração da economia. Campina Grande não deixou de ir em busca de seus ideais e se iniciou entre as décadas de 1970 e 1980 a luta pelo reconhecimento e ampliação do ensino superior, pois a ida de muitos estudantes para Recife cursar uma faculdade passou a incomodar os administradores da cidade. Começou então o engajamento para transformar o município em polo educacional, que foi alcançado e consolidado como podemos perceber hoje em dia.

²⁰⁷ O banqueiro e ex-prefeito de Campina Grande, Newton Rique, pode ser considerado o líder desse movimento desenvolvimentistas que viam na industrialização o caminho para se alcançar o progresso.

Com base nas análises que fizemos em busca dessa representação da modernização em Campina Grande, o **DB** conseguiu disseminar essa luta em favor principalmente da salvação da Universidade Regional do Nordeste (URNe), que enfrentou diversas crises até a sua estadualização, em 1987. O ideário de cidade moderna teve sua concretude nas páginas do jornal quando foi anunciada a criação da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) como garantia de um futuro promissor para o município.

Nesta pesquisa, o jornal possibilitou que nós chegássemos a uma representação de como se deu essa modernização em Campina Grande a partir dos anos 1960, 70 e 80, mas com a utilização de outros aportes teóricos e outras indagações, o historiador pode chegar a outras respostas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

AGRA DO Ó. Alarcon. **Da cidade de pedra à cidade de papel: projetos de educação, projetos de cidades – Campina Grande (1959)**. Campina Grande, EDUFCEG, 2006.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A dimensão retórica da historiografia**. In. O historiador e suas fontes. PINKS, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Org.). São Paulo: Contexto, 2009.

ALVES, Jorge Souza; SILVA JUNIOR, Geraldo Francisco da. **A dinâmica do mercado de trabalho campinense: mudanças e permanências**. In. OLIVEIRA, Roberto Veras (Org.). Campina Grande em debate: a condição urbana da periferia pela lente do trabalho e das políticas públicas. Campina Grande: EDUEP; EDUFCEG, 2009.

AMORIM, Léa. **Recortes da modernidade: a sedução do progresso recria a memória na demolição do patrimônio histórico**. In. GURJÃO, Eliete de Queiroz (Org.). Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande. Ação Educar. Secretaria de Educação de Campina Grande, 2000.

ANDRADE, Manuel Correia. **Estado, capital e industrialização do Nordeste**. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1981.

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica**. Tradução Andréa Dore. Bauru, SP: Edusc, 2006.

ARAÚJO, Fátima. **História e ideologia da imprensa na Paraíba**. Edição ilustrada, João Pessoa, 1983.

Associação Comercial e Empresarial de Campina Grande. **História**. Disponível em: (http://www.accg.com.br/?page_id=13). Acesso no dia 22 de dezembro de 2010.

BAUDELAIRE, Charles. **Sobre a modernidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. Coleção Leitura.

BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. Rio de Janeiro: Agir, 1960.

BENEVIDES, Victoria Maria. **O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento**. In. (ORG.) GOMES, Ângela de Castro, et al. **O BRASIL DE JK**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas (FVG)/CPDOC, 1991.

BERGER, Christa. **Do jornalismo: toda notícia que couber, o leitor apreciar e o anunciante aprovar, a gente publica**. In. **O jornal: da forma ao sentido**. MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell. 2ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

BERMAN, Marshall. **Todo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Tradução Carlos Felipe Moisés; Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BRADBURY, Malcolm. **As cidades do modernismo**. In. **Modernismo: guia geral 1890-1930**. BRADBURY, Malcolm; MCFARLANE, James. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BRESCIANI, Maria Stella M. **História e Historiografia das Cidades, um Percorso**. In. Freitas, Marcos Cezar (org.). **Historiografia Brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1988

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 20 edição. Ijuí (RS). Ed. UNIJUÍ, 1999.

CABRAL FILHO, Severino. **A cidade através de suas imagens**: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950). Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim. **A cidade e a festa no interior do Nordeste**: espetáculo de poder, modernização e transformação cultural em Campina Grande – PB. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000a.

CARDOSO, Maria Francisca Thereza C. **Campina Grande e sua função como capital regional**. Revista Brasileira de Geografia. Outubro-Dezembro de 1963b.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 8ª edição. 2ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2009. (Repensando a Geografia).

CARVALHO, Maria Jackeline Feitosa; SCOCUGLIA, Jovanka B. **Novos discursos, velhos problemas**: políticas urbanas e planejamento em Campina Grande-PB (1970-2005). Disponível em: (http://eduep.uepb.edu.br/alpharrabios/v2-n1/pdf/NOVOS_DICURSOS_VELHOS_PROBLEMAS.pdf). Acessado em 16 de agosto de 2010.

CASTRO, Hebe. **História Social**. In. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CAVALCANTI, Silêde Leila Oliveira. **Campina Grande de(fl)vorada por forasteiros**: a passagem de Campina patriarcal a Campina burguesa. In. Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande. GURJÃO, Eliete de Queiroz (org.). Ação Educar. Secretaria de Educação de Campina Grande, 2000.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução Ângela S. M. Corrêa. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

CINGRA, **Campina Grande, Dados e Informações** – Companhia de Industrialização de Campina Grande (Cingra), 1966.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro, Editora Bertrand, 1990.

CHOAY, Francoyse. **O Urbanismo, utopias e realidade, uma antologia**. Tradução de Dafene Nascimento. Perspectiva: São Paulo, 1965.

DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande**. Campina Grande, Editoração Eletrônica, 1993. Volume I.

Entrevista de Francisco de Assis Benevides Gadelha Buega Gadelha concedida à autora no dia 3 de fevereiro de 2011.

Entrevista de Nicolau de Castro concedida à autora no dia 5 de janeiro de 2011.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Riker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais** – (Morfologia e História). São Paulo. Companhia das Letas, 1989.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Leituras filosóficas. Edições Loyola. 16ª edição. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo, 1996.

HERNANDES, Nilton. **A mídia e seus truques**: o que o jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público. São Paulo: Contexto, 2006.

JANOTTI, Maria de Lourdes. **O livro Fontes Históricas como fonte**. In. Fontes Históricas. PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). São Paulo: Contexto, 2005.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. **Documento e História**: a memória evanescente. In. O historiador e suas fontes. PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. São Paulo: Contexto, 2009.

LIMA, Damião de. **O processo de industrialização via incentivos fiscais**: expansão e crise em Campina Grande. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1996.

LOPES, Stênio. **Escola Politécnica de Campina Grande**. Uma Experiência de Desenvolvimento Tecnológico do Nordeste. Campina Grande: Editora Tecnal, S/D.

LUCA, Tania Regina de. **Fontes impressas**: História dos, nos e por meio dos periódicos. In. Fontes Históricas. PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). São Paulo: Contexto, 2005.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura**: História Cidade e Trabalho. Bauru: EDUSC, 2002.

MELO, Luis Gonzaga. **Da Universidade Regional à Estadual da Paraíba**: 1966-1991. Campina Grande – PB, 1992.

MELO, José Marques de. **A opinião do jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO – Paraíba. **Livro do Município de Campina Grande**. João Pessoa, UNIGRAF – União Artes Gráficas Ltda, 1984.

MOUILLAUD, Maurice. **A informação ou a parte da sombra.** In. O jornal: da forma ao sentido. Sérgio Dayrell Porto (Org.). 2ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

_____. **A crítica do acontecimento ou o fato em questão.** In. O jornal: da forma ao sentido. Sérgio Dayrell Porto (org.). 2ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

OLIVEIRA, Maria José Silva. **Do discurso dos planos ao plano discurso:** Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Campina Grande 1970/1976. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005a.

OLIVEIRA, Maria José Silva. **Emblemas da modernidade campinense.** In. Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande. GURJÃO, Eliete de Queiroz (Org.). Ação Educar. Secretaria de Educação de Campina Grande, 2000b.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Tempos de JK:** a construção do futuro e a preservação do passado. In. Anos JK: margens da modernidade. MIRANDA, Wander Melo (Org.). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Rio de Janeiro: Casa de Lucio Costa, 2002c.

OLIVEIRA, Maria José Silva; RODRIGUES, José Edmilson (Orgs.). **Memorial FIEP:** Seis décadas de ações transformadoras. Campina Grande. Gráfica Marcone, 2009.

OLIVEIRA, Roberto Véras de; & PEREIRA NETO, Eugenio Vital. **Indústria calçadista, emprego, qualificação e ação pública em Campina Grande.** In. Campina Grande em debate: a condição urbana da periferia pela lente do trabalho e das políticas públicas. OLIVEIRA, Roberto Véras de (Org.). Campina Grande: EDUEP; EDUFCEG, 2009.

PEREIRA, William Eufrásio Nunes. **Reestruturação do Setor Industrial e Transformação do Espaço Urbano de Campina Grande – PB a partir dos anos 1990**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. **O imaginário da cidade**. Visões literárias do urbano: Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

_____. **Muito além do espaço**: por uma história cultural do urbano. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol. 8. N.º 16, 1995, p. 279-190.

_____. **Exposições universais**: espetáculos da modernidade do século XIX. Editora HUCITEC, São Paulo, 1997.

PORFÍRIO, Waldir. **Anos de luta**: da intervenção no DCE da URNE à estadualização da universidade (1981/1987). Campina Grande: [s.n.], 2007.

QUEIROZ, Marcus Vinicius Dantas de. **Quem te vê não te conhece mais**: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950). Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo (USP), São Carlos, 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAGO, Margareth. A “nova” **historiografia brasileira**. Anos 90. Porto Alegre, nº 11, julho de 1999. Disponível em: (<http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/11/11art5.pdf>). Acessado em 2 de agosto de 2010.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales – a inovação em história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

REZENDE, Antonio Paulo. **(Des)encantos modernos: Histórias da cidade do Recife na década de XX**. Recife: FUNDARPE, 1997.

SAMARA, Eni de Mesquita; TYPY, Ismênia Spínola Silveira Truzzi. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANTOS, Wagner Geminiano dos. **Enredando Campina Grande nas teias da cultura: (des)inventando festas e (re)inventando a cidade. 1965-2002**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2008.

SILVA, Keila Queiroz e. **Sem Lenço e Sem Documento: Mulheres de 60, Filhas de um Novo Tempo?** In. Eliete de Queiroz Gurjão (Org.). *Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande*. Ação Educar. Secretaria de Educação de Campina Grande, 2000a.

SILVA, Josefa Gomes de Almeida e. **Raízes Históricas de Campina Grande**. In. *Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande*. GURJÃO, Eliete de Queiroz (Org.). Ação Educar. Secretaria de Educação de Campina Grande, 2000b.

SILVA JÚNIOR, Geraldo Francisco. **Campina Grande: desenvolvimento histórico no século XX**. In. *Campina Grande em debate: a condição urbana da periferia pela lente do trabalho e das políticas públicas*. OLIVEIRA, Roberto Vêras de (Org.). Campina Grande: EDUEP; EDUFCG, 2009.

SILVA, Itan Pereira da. **Uma universidade emergente: retalhos de uma história de 30 anos**. Secretaria de Educação da Paraíba, Campina Grande, 1996c.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4 ed. (atualizada). Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Antonio Clarindo Barbosa de. **Lazeres permitidos, prazeres proibidos:** sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2002a.

SOUSA, Luiz Gonzaga de. **Movimentos da Vida.** João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1996b.

SOUSA DO Ó, Edvaldo de. **História da Universidade Regional do Nordeste.** Volume I. Campina Grande. Editora Grafset, 1986.

SOUTO, José. **Ivan Bichara Sobreira:** Um político diferente. In. Poder e Política na Paraíba: uma análise das lideranças (1960/1990). SILVA, Francisco Pontes de; MELLO, José Octávio de Arruda; & SANTOS, Walter (Org.). Edição API União, João Pessoa, 1993.

SUDENE. **Boletim Econômico.** Vol. 1. Nº 1. P.1-194. Recife, PE. 1962.

SYLVESTRE, Josué. **Nacionalismo & Coronelismo:** Fatos e personagens da História de Campina Grande e da Paraíba (1954/1964). Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. **Da Revolução de 30 à queda do Estado Novo:** fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1930/1945). Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1993.

_____. **A cassação de Newton Rique:** um prejuízo para Campina Grande. In. Poder e Política na Paraíba: uma análise das lideranças (1960/1990). SILVA, Francisco Pontes de; MELLO, José Octávio de Arruda; & SANTOS, Walter (Org.). Edição API União, João Pessoa, 1993.

TORRES, José Valmi Oliveira Torres; MONTENEGRO, Rosilene Dias. **Escola Politécnica: construindo o imaginário de modernidade em Campina Grande através do Diário da Borborema.** Universidade Federal de Campina Grande, 2007.

VAINFAS, Ronaldo. **História das Mentalidades e História Cultural.** In. Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. Rio de Janeiro, 1997.

VIEIRA, Agostinho Cícero. **A Universidade Regional do Nordeste e a comunidade campinense.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1979.

ZENAIDE, Hélio. **História da Cinep: Companhia de Industrialização do Estado da Paraíba.** Texto Arte, Paraíba, 1996.